



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA**

**MIGUEL AFONSO LINHARES**

**ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO FILOLÓGICO SOBRE AS LÍNGUAS**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2014**

MIGUEL AFONSO LINHARES

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO FILOLÓGICO SOBRE AS LÍNGUAS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística Aplicada.

Área de concentração: Linguagem e interação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudiana Nogueira de Alencar.

FORTALEZA – CEARÁ

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Linhares, Miguel Afonso.

Análise crítica do discurso filológico sobre as línguas [recurso eletrônico] / Miguel Afonso Linhares. - 2014.

1 CD-ROM: 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 149 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2014.

Área de concentração: Linguagem e interação.

Orientação: Prof.ª Dra. Claudiana Nogueira de Alencar.

1. Língua. 2. Ciência. 3. Filologia. 4. Análise do Discurso Crítica. I. Título.

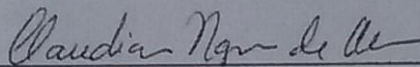
MIGUEL AFONSO LINHARES

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO FILOLÓGICO SOBRE AS LÍNGUAS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e interação.

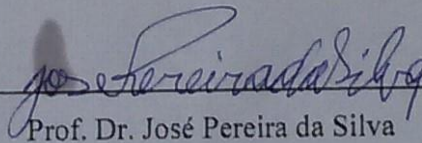
Aprovada em: 25/09/2014.

BANCA EXAMINADORA



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudiana Nogueira de Alencar (Orientadora)  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

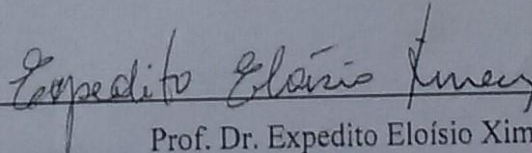


---

Prof. Dr. José Pereira da Silva  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dina Maria Machado Andréa Martins Ferreira  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



---

Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

A todos os povos que tiveram os seus conhecimentos sobre a linguagem silenciados pela colonialidade do poder e do saber.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, de entrada, ao Primeiro-Mestre, cujo “conhecimento é maravilhoso demais para mim; elevado é, não o posso atingir” (Sl. 138 (139)), como também a Seu Santo, o Glorioso Mártir Sebastião, que não cessa de demonstrar que roga por mim ante o Altíssimo.

Em segundo lugar, àqueles que me deram a vida e têm apoiado em tudo a vida que tenho escolhido: minha família, especialmente minha mãe, Lúcia, e minha tia, Regina, bem como minha avó, Madalena, e meu pai, Wilson, além de minha irmã, Germana, e meu irmão de coração, Lúcio.

Em seguida, àquela que aceitou a proposta desta pesquisa, a orientou, me introduziu em reflexões que eu desconhecia, soube compreender os percalços de tão intensa caminhada e lutou para que eu pudesse chegar até aqui: minha orientadora, a Prof.<sup>a</sup> Claudiana.

Aos examinadores deste trabalho: Prof. Pereira, Prof.<sup>a</sup> Dina e Prof. Expedito. Cada um já fazia parte da minha trajetória antes da banca, cada um já me tinha doado um pouco do que são e do que sabem, e agora escolheram renovar as doações a mim com as suas inestimáveis leituras, críticas e sugestões.

Enfim, àqueles que compartilharam comigo a jornada do mestrado, que me alegraram nos momentos de lazer e me ajudaram nos momentos de dificuldade, em particular os companheiros dos Estudos Críticos, Eduarda, Gabriela, Fernando e Marcos, e os amigos Robson e Ticiane.

“Em vez da eternidade, a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente.”

(Boaventura de Sousa Santos)

## RESUMO

Desde o capítulo terceiro da obra “póstuma” de Saussure (2006) até os trabalhos recentes mais “heterodoxos” (por exemplo, Makoni e Meinhof, 2006), tem sido uma preocupação constante na Linguística definir o que é *a* língua, tanto que as diferentes correntes dos Estudos da Linguagem distinguem-se, fundamentalmente, por estarem assentadas sobre diferentes perspectivas do que seja *a* língua. Contudo, como observa Rajagopalan (2003), não se percebe, nem de longe, o mesmo interesse por parte dos linguistas em definir o que é *uma* língua, aquilo a que Coseriu (1979) chama, laconicamente, um “advérbio substantivado”, ou seja, *a* língua na forma de [falar] *português, espanhol, inglês* etc. Este trabalho trata, precisamente, dessa desatenção, mas de um modo diferente do esperável. Esperar-se-ia que abordasse como a Linguística tem encarado não *a* língua, mas *as* línguas. Não obstante, preferiu-se retroagir aos estudos linguísticos imediatamente antes de a Linguística se configurar como ciência, isto é, antes da difusão do pensamento saussuriano. Assim, escolheu-se analisar não o discurso da Linguística, mas o discurso da Filologia, especificamente da Filologia Românica. Efetivamente, a presente pesquisa parte de uma compreensão da Filologia como prática social, uma prática social que ocupa uma dimensão considerável do desenvolvimento dos Estudos da Linguagem no Ocidente e que tem na Romanística um dos seus ramos mais avançados, em virtude das condições idôneas constituídas pelo vasto conhecimento das duas pontas que abalizam a história das línguas românicas: o latim e as próprias línguas continuadoras dele. Observou-se, então, que em obras consideradas clássicas da Filologia Românica é recorrente o uso de termos como *língua, idioma, dialeto, patois* etc., pelos quais se enuncia um mesmo referente no discurso filológico – um código verbal – o que manifesta um posicionamento do sujeito autor ante tais definições, fazendo transparecer o seu posicionamento ideológico, do qual faz parte tanto o seu conhecimento teórico como a sua visão de mundo. Oito são, pois, os textos escolhidos para compor um *corpus* representativo desse discurso sobre as línguas. De cada um fez-se uma leitura atentando para referências que pudessem contribuir com a análise pretendida, quase sempre referências à ciência, à linguagem e/ou às línguas. Tal leitura proporcionou a seleção de 115 pontos críticos. O que se depreende da sua análise, à luz do diálogo teórico-metodológico com os Estudos Críticos da Linguagem (FAIRCLOUGH, 2010; RAJAGOPALAN, 2003; THOMPSON, 2010) e com os aportes das Ciências Sociais, da História Social e da própria Filologia (BURKE, 2010; MIGNOLO, 2003; SANTOS, 2010; ZABALTZA, 2006), é uma patente fragilidade do conceito *língua*, o que comporta uma



consequência verdadeiramente grave: ergueu-se toda uma ciência, institucionalizada há décadas em faculdades por todo o mundo, com um volume de produções nada desprezível, que aporta teorias e métodos cridos universalmente válidos e aplicáveis, mas que parte de um objeto inventado na e pela modernidade, universalizado à força da colonialidade do poder e do saber, manejado ao sabor dos interesses do Estado-nação.

**Palavras-chave:** Língua. Ciência. Filologia. Análise do Discurso Crítica.

## RESUMEN

Desde el capítulo tercero de la obra “póstuma” de Saussure (2006) hasta los trabajos recientes más “heterodoxos” (por ejemplo, Makoni y Meinhof, 2006), ha sido una preocupación constante en la Lingüística el definir qué es *la* lengua. Las distintas corrientes de los Estudios del Lenguaje se distinguen, fundamentalmente, porque están asentadas sobre distintas perspectivas de lo que sea *la* lengua. Con todo, como observa Rajagopalan (2003), no se percibe, ni de lejos, el mismo interés de parte de los lingüistas por definir qué es *una* lengua, aquello que Coseriu (1979) denomina, lacónicamente, un “adverbio sustantivado”, o sea, *la* lengua en la forma de [hablar] *portugués, español, inglés* etc. Este trabajo trata, precisamente, de esta desatención, pero de un modo distinto a lo esperable. Se esperaría que enfocara cómo la Lingüística viene encarando no *la* lengua, sino *las* lenguas. No obstante, se ha preferido retroceder a los estudios lingüísticos inmediatamente antes de que la Lingüística se configurara como ciencia, es decir, antes de la difusión del pensamiento saussureano. De manera que se ha elegido analizar no el discurso de la Lingüística, sino el discurso de la Filología, específicamente de la Filología Románica. Efectivamente, la presente investigación parte de una comprensión de la Filología como práctica social, una práctica social que ocupa una dimensión considerable del desarrollo de los Estudios del Lenguaje en Occidente y que tiene en la Romanística una de sus ramas más avanzadas, por las condiciones idóneas que constituye el vasto conocimiento de las dos puntas que balizan la historia de las lenguas románicas: el latín y las mismas lenguas continuadoras de él. Se ha observado, entonces, que en obras consideradas clásicas de la Filología Románica es recurrente el uso de términos como *lengua, idioma, dialecto, patois* etc., por los cuales se enuncia un mismo referente en el discurso filológico – un código verbal – lo que manifiesta un posicionamiento del sujeto autor ante tales definiciones, haciendo trasparecer su posicionamiento ideológico, del que forma parte tanto su conocimiento teórico como su visión de mundo. Ocho son, pues, los textos elegidos para componer un *corpus* representativo de dicho discurso sobre las lenguas. De cada uno se ha hecho una lectura atentando a referencias que pudieran contribuir con el análisis pretendido, casi siempre referencias a la ciencia, el lenguaje y/o las lenguas. Esta lectura ha proporcionado la selección de 115 puntos críticos. Lo que se desprende del análisis de estos, a la luz del diálogo teórico-metodológico con los Estudios Críticos del Lenguaje (FAIRCLOUGH, 2010; RAJAGOPALAN, 2003; THOMPSON, 2010) y los aportes de las Ciencias Sociales, la Historial Social y la Filología misma (BURKE, 2010; MIGNOLO, 2003; SANTOS, 2010; ZABALTZA, 2006), es una patente fragilidad del concepto *lengua*, lo que

conlleva una consecuencia verdaderamente grave: se ha levantado toda una ciencia, institucionalizada desde hace décadas en facultades por todo el mundo, con un volumen de producciones nada despreciable, que aporta teorías y métodos que se creen universalmente válidos y aplicables, pero que parte de un objeto inventado en la y por la modernidad, universalizado a la fuerza por la colonialidad del poder y del saber, manejado al gusto del Estado-nación.

**Palabras clave:** Lengua. Ciencia. Filología. Análisis Crítico del Discurso.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 UM SABER ANTIGO, UMA(S) CIÊNCIA(S) MODERNA(S)</b> .....	19
<b>3 SOBRE LÍNGUAS, DIALETOS, ESTADOS E NAÇÕES</b> .....	40
<b>4 A CIÊNCIA COMO PRÁTICA SOCIAL</b> .....	63
<b>5 O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL</b> .....	82
<b>6 ANÁLISE</b> .....	96
<b>7 CONCLUSÃO</b> .....	122
<u>REFERÊNCIAS</u> .....	126
<u>ANEXOS</u> .....	131
<u>ANEXO A – Pontos críticos</u> .....	132

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho não é a chegada, mas uma parada de um percurso pessoal que comecei há muitos anos, antes mesmo de empreender a graduação em Letras, quando fui aprender o espanhol como língua estrangeira e passei a interessar-me pelas demais línguas românicas. Foi ao menos desde esse momento que a diversidade linguística veio atraindo a minha atenção, pois desejava conhecer não só as línguas românicas estatais, mas também as subestatais, bem como os chamados dialetos.

Contudo, não é fácil aproximar-se da diversidade quando se nasceu e cresceu em uma civilização onde há muito tempo se prima pela homogeneidade, onde se criou uma poderosa fórmula – o Estado-nação – para solver todos os “problemas” da heterogeneidade, onde o país perfeito é monoideológico, monorreliгиозo, monoétnico e... monolíngue. Sobretudo, não é fácil lidar com a diversidade quando a própria ciência, em vez de ser meio de emancipação, é praticada para servir aos aparelhos ideológicos do Estado.

Assim, após o ingresso na graduação em Letras, se por um lado os estudos da Filologia e da Linguística me abriram a mente para a compreensão da engrenagem da máquina *língua*, por outro, obnubilavam cada vez mais a tentativa de discernir [o que são] as línguas. Como aceitar que os romanistas considerassem os códigos em que se diz [ ,oλopop'olo|,dētʃipufi'dētʃi] e [ ,oxopop'oxo|,djentepop'ðjente] como línguas diferentes – língua portuguesa e língua castelhana, ou espanhola – e outros códigos, como aqueles em que se diz [ ,ok:joper'ok:jo|,dentepop'dente] e [ ,œtʃper'œtʃ|,dētper'dēt], como uma língua e um dialeto – língua italiana e dialeto milanês? Pior: como sair do embrulho de ter de reconhecer que os códigos em que se diz [ ,oλopop'olo|,dētʃipufi'dētʃi] e [ ,oλopop'olo|,dentepop'ðente] são línguas independentes – língua portuguesa e língua galega?

Por receber uma formação altamente positivista, parecia-me simplório responder que o conceito de língua nesses casos era meramente político; mais que isto: parecia-me inaceitável que o cientista da linguagem ficasse à mercê dos políticos para definir o que é uma língua e o que não o é. Cabia ao filólogo/linguista, somente a ele, por ser o especialista no assunto, tal tarefa. Porém, mediante quais critérios? Da perspectiva a que se tinha acesso – a hegemônica, ortodoxa, positivista – o único critério à mão era mesmo a forma. No entanto, era uma solução que criava outro problema: as línguas passavam a ser as línguas dos filólogos/linguistas, muitas vezes à revelia das próprias comunidades utentes. Em outras palavras, um filólogo ou um linguista observa determinado código, constata que cumpre os critérios para ser uma

língua independente e inventa uma, quando a comunidade nunca se mobilizou para tal e, portanto, não reconhece que usa semelhante “língua”. Um exemplo ilustrativo disso é a tese doutoral de Geoffrey Hull, intitulada *A unidade linguística da Itália setentrional e Récia (The linguistic unity of Northern Italy and Rhaetia)*, defendida em 1982, na qual o autor monta uma “língua padana” (de *Padus*, o nome latino do rio Pó), que nunca existiu. É certo que podem ser casos em que o filólogo/linguista trabalha em prol de uma minoria à qual não se deu a oportunidade de padronizar o seu código linguístico; o problema é fazê-lo do mesmo pressuposto assumido pelo filólogo/linguista a serviço da hegemonia: o pressuposto de que se constitui legislador.

Foi somente a partir da pesquisa monográfica para a conclusão da pós-graduação *lato sensu* em Filologia, sob a orientação do Prof. Dr. José Pereira da Silva, que o meu entendimento sobre as línguas começou a “virar”. Tendo escolhido estudar a história da padronização do catalão (*A construção da norma-padrão da língua catalã: uma análise dos seus percalços e êxitos* é o título da monografia), uma história singular dentro do conjunto das línguas românicas, por ora estar alinhada às das línguas estatais, ora, às das subestatais e dos “dialetos”, pude começar a entender que as línguas são coisas inventadas: “Quando se fala da língua portuguesa, da língua espanhola, da língua catalã, faz-se referência a objetos ideais, que conjugam vários sistemas linguísticos no tempo e no espaço e são reconhecidos como tais pelos seus usuários por amor de uma coesão estrutural e histórica” (LINHARES, 2011, p. 1118).

Todavia, a especialização não podia oferecer nem o tempo nem o espaço suficientes, tampouco o arcabouço teórico-metodológico necessário, para levantar um questionamento sobre o que são as línguas. Para isto, foi preciso, primeiro, introduzir-me na leitura de discussões teóricas que possibilitassem o questionamento, possibilidade que encontrei nos Estudos Críticos da Linguagem, em virtude da compreensão da linguagem como prática social, prática discursiva e texto, e, nessa linha, da própria ciência como prática social, portanto sujeita a investimentos ideológicos. Efetivamente, conhecer a discussão acerca da ideologia foi absolutamente crucial. Depois, foi preciso ingressar em um espaço institucional que abrigasse uma pesquisa a partir desse questionamento, abrigo que encontrei no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), graças a uma compreensão dos Estudos da Linguagem que os abre aos aportes de outras ciências, mormente das Ciências Sociais. A “indisciplinaridade” dessa Linguística Aplicada foi outro elemento sem o qual este trabalho não teria sido possível. Em particular, à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudiana Nogueira de Alencar, orientadora desta pesquisa, agradeço ter-me

apresentado à crítica latino-americana do eurocentrismo (Anzaldúa, Dussel, Mignolo, Quijano...), que conferiu ao arrazoado uma direção argumentativa diferente da projetada inicialmente, mas que se mostrou muitíssimo interessante e conveniente.

Dubois *et alii* (2006, p. 394), em um dicionário consultado por várias gerações de linguistas, conclui o verbete *lingüística* dizendo o seguinte:

Assim, a lingüística, após um período de fundação caracterizado por uma limitação estreita e rigorosa do objeto “língua” e um recuo para aquém de fronteiras precisas, anexa agora a fala, o discurso, as relações da língua com o indivíduo e o mundo, graças a métodos explícitos rigorosos. Visto que não há ciência que finalmente não leve a um discurso, compreende-se a posição central que ocupa a lingüística no perfil epistemológico de nossa época, na medida em que visa a elaborar modelos de produção, comunicação e compreensão desses discursos.

Com efeito, desde o capítulo terceiro da obra “póstuma” de Saussure (2006, p. 15-28) até os trabalhos recentes mais “heterodoxos” (por exemplo, Makoni e Meinhof, 2006, p. 191-213), tem sido uma preocupação constante na Linguística definir o que é *a* língua. As diferentes correntes dos Estudos da Linguagem distinguem-se, fundamentalmente, por estarem assentadas sobre diferentes perspectivas do que seja *a* língua. Contudo, como observa Rajagopalan (2003, p. 23-36), não se percebe, nem de longe, o mesmo interesse por parte dos linguistas em definir o que é *uma* língua, aquilo a que Coseriu (1979, p. 45-55) chama, laconicamente, um “advérbio substantivado”, ou seja, *a* língua na forma de [falar] *português, espanhol, inglês* etc.

A pesquisa exposta aqui trata, precisamente, dessa desatenção, mas de um modo diferente do esperável. Esperar-se-ia que abordasse como a Linguística tem encarado não *a* língua, mas *as* línguas. Não obstante, preferi retroagir aos estudos linguísticos imediatamente antes de a Linguística se configurar como ciência, isto é, antes da difusão do pensamento saussuriano. Assim, escolhi analisar não o discurso da Linguística, mas o discurso da Filologia, especificamente da Filologia Românica.

Efetivamente, o presente trabalho parte de uma compreensão da Filologia como prática social, uma prática social que ocupa uma dimensão considerável do desenvolvimento dos Estudos da Linguagem no Ocidente e que tem na Romanística um dos seus ramos mais avançados, em virtude das condições idôneas constituídas pelo vasto conhecimento das duas pontas que abalizam a história das línguas românicas: o latim e as próprias línguas continuadoras dele. Observei, então, que em obras consideradas clássicas da Filologia Românica é recorrente o uso de termos como *língua, idioma, dialeto, patois* etc., pelos quais se enuncia um mesmo referente no discurso filológico – um código verbal – o que manifesta um posicionamento do sujeito autor ante tais definições, fazendo transparecer o seu

posicionamento ideológico, do qual faz parte tanto o seu conhecimento teórico como a sua visão de mundo.

Seguindo, pois, a secular tradição da Filologia, mas mediante a abordagem da recentíssima Análise do Discurso Crítica, tracei a crítica do mencionado discurso relativo às línguas na forma de cinco capítulos, dos quais passo a tratar brevemente.

O primeiro é dedicado à Filologia. Infelizmente, a Filologia está cada vez menos presente nos cursos de Letras, assim como o estudo da própria história dos Estudos da Linguagem, de maneira que se torna imperioso localizá-la nessa história e buscar seguir a construção do seu discurso ao longo dela. Mais que isto: é imprescindível procurar discernir a relação entre a Filologia e a Linguística (daí o título: *Um saber antigo, uma(s) ciência(s) moderna(s)*), pois ao mesmo tempo que se leva essa tarefa a cabo, o leitor poderá ir compreendendo por que se escolheu o discurso filológico, que não se trata de uma escolha fundada apenas sobre o currículo resumido nas linhas acima, quase uma mera escolha pessoal, mas sim uma escolha que tem também, e decisivamente, fundamentação metodológica. Como já se disse, a Linguística tem tratado do que é *a* língua, um entendimento que o leitor encontrará formulado como “língua-fenômeno” e “língua-máquina” ao longo das próximas páginas, enquanto a Filologia – a Filologia que está sob crítica aqui, que é a que se tornou ciência como estudo histórico-diacrônico de uma língua ou de uma “família” de línguas – tem de lidar com *as* línguas.

No segundo, trato do conceito *língua* e outros cujas histórias são inseparáveis deste: *dialeto, estado, nação*. Apesar de ser o segundo de cinco, é o capítulo central, aquele em que se investiga, se constrói e se assenta o conhecimento que preenche o arcabouço teórico-metodológico, os quais, assim unidos, viabilizam a análise. Assim, é o capítulo em que a angústia que move a pesquisa – a falta de resposta pela Linguística ao questionamento do que é uma língua – encontra algumas satisfações: embora seja possível remontar a muito tempo a palavra *língua* (< latim literário *lingua* < latim antigo *dingua* < protoindo-europeu < \**d̥n̥ǵʰwés* > protogermânico \**tungō* > inglês *tongue*; protoeslavo \**ęzykŭ* > tcheco *jazyk*; etc.), o entendimento atual – como uma espécie de código verbal distinguível de outros – não é remontável senão ao Renascimento. Ora, como o Renascimento é um acontecimento da história europeia ocidental, logo o conceito *língua* é moderno, no sentido em que foi forjado na conjuntura moldada pelas ações dos Estados europeus sobre o resto do mundo, ou, melhor dito, pela própria criação do “mundo” pelos europeus durante a modernidade.

Nessa conjuntura, o conceito serviu, primeiro, para equiparar certos códigos verbais ao latim, a língua que se empregava em todas as ordens de discurso distinguidas por um prestígio



de mediano a alto. Ao longo do texto, o leitor topará, em geral, com esses códigos referidos como as “línguas dos príncipes”, por terem sido, precisamente, as línguas dos soberanos (*príncipes*, na linguagem medieval e renascentista), que, como o soberano e o Estado eram uma coisa só, vinham ser as línguas dos Estados, ou seja, trata-se, em última análise, de uma estatização de certos códigos, obviamente em detrimento de outros.

Segundo, quando, após a Revolução Francesa, o vínculo do Estado se transformou, da vassalagem ao príncipe para a afiliação à nação, o conceito serviu de veículo à doutrinação nacionalista (ensino da história, da geografia, da literatura nacionais na língua nacional), e, daí, também para excluir a possibilidade de se construir outra nação dentro do mesmo Estado, baseada sobre uma identidade nacional alternativa, veiculada em uma língua nacional alternativa. É aí que toma importância outro conceito – *dialeto* (e os seus congêneres populares: *linguajar*, *patois*, *Mundart* etc.) – inventado com o fim de inferiorizar e silenciar os demais códigos usados pela comunidade nacional.

Assim, a angústia do questionamento do que é uma língua ficaria razoavelmente contentada com o pesquisado até aí, se não viesse ser aguçada pela discussão do terceiro capítulo: *A ciência como prática social*. É o capítulo em que a ciência aparece como uma poderosa cúmplice do Estado-nação, mais poderosa do que se desconfia à primeira vista, por isto mesmo a insistência que o leitor encontrará na associação do cientista moderno ao monge medieval: o cientista toma o lugar do clérigo, a ciência toma o lugar da Igreja, a razão toma o lugar de Deus. E em toda essa operação aparecem os traços do conhecimento científico com os quais estamos tão afeiçoados: um conhecimento natural, universal, objetivo e superior, tudo isso porque produzido por uma razão, que não é a razão de uma sociedade, em certo tempo e em certo espaço, mas de um ser humano, igual a todos os demais seres humanos, em qualquer tempo e em qualquer espaço, uma razão que está acima do corpo corruptível, e, por toda essa segurança de que está munido, é um conhecimento indubitavelmente verdadeiro, enquanto outras formas de saber, nada seguras, não contribuem senão com o atraso do obscurantismo.

Mas também é o capítulo em que a visita às Ciências Sociais, através, sobretudo, do diálogo com Santos (2010) e com a crítica latino-americana ao eurocentrismo (Dussel (2000); Lander (2000); Quijano (2000); Mignolo (2003)), proporciona a contestação: todo conhecimento é social, local (e total), subjetivo e constituinte do senso comum, porque produzido por uma pessoa, que viveu ou vive em determinado tempo e em determinado espaço, dependente da sua experiência em tal tempo e em tal espaço, a qual pode ser atravessada por forças e interesses diversos, inclusive hegemônicos, isto é, a serviço do

estabelecimento e da manutenção das relações de dominação de umas pessoas por outras, de umas sociedades por outras.

Assim, o discurso científico não está, como se sói crer, blindado contra a ideologia; ao contrário, pode e é amiúde investido por ela, entendida segundo o sentido negativo que lhe dá Thompson (2010): contribuir com a hegemonia, questão com a qual o leitor se encontrará já dentro do quarto capítulo. Com efeito, é no discurso e por ele que se estabelecem e se mantêm as relações de dominação, como também é nele e por ele que são contestadas e mudadas. Precisamente, contestação e mudança distinguem a visão que tem Fairclough (2010) do discurso, a qual busquei assumir ao longo deste trabalho, uma vez que implica outros pressupostos que vieram sustentar a minha empreitada: o discurso é uma prática social, é ação, é o meio no qual e pelo qual se constituem os sujeitos, as relações sociais e o próprio mundo: certo fazer com a linguagem constitui um sujeito como tal ou qual (função identitária: constituição da identidade), assim como constitui as suas relações com outros atores (função relacional: constituição das relações sociais), além de constituir, ainda, o “mundo” desse fazer (função ideacional: constituição do mundo). Cada dimensão comporta um efeito na dialética do discurso: a constituição de identidades sociais e posições de sujeito para os sujeitos sociais em um sentido mais amplo e para os tipos de *eu* em outro mais restrito. O discurso acha-se na constituição das relações sociais e assim contribui para a formação de sistemas de conhecimento e de crença.

Finalmente, no quinto capítulo, o leitor achará a análise. Peço a sua indulgência, se o tom lhe parecer “conversacional” demais. De fato, se fosse rigorosamente fazer referência a todas as leituras que permitiram a análise, ela não só tomaria uma dimensão que ultrapassaria as limitações do trabalho, mas também o sobrecarregaria. Não obstante, no decurso da fluidez que o texto ganhou o leitor será, sem dúvida, capaz de divisar como até o(a) autor(a) citado(a) de relance está ali presente, muito mais patentemente aqueles(as) com cujas reflexões montei a sustentação deste edifício.

Oito são, pois, os textos escolhidos para compor um *corpus* que me parece representativo do discurso filológico sobre as línguas: i. a *Introdução* de Michel Bréal à sua tradução da *Gramática comparada das línguas indo-europeias compreendendo o sânscrito, o zende, o armênio, o grego, o latim, o lituano, o eslavo antigo, o gótico e o alemão* (*Grammaire comparée des langues indo-européennes comprenant le sanscrit, le zend, l'arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l'ancien slave, le gothique et l'allemand*), edição de 1875; ii. e iii. os *Prefácios* do próprio Franz Bopp à primeira e à segunda edições dessa mesma obra, pela mencionada tradução de Michel Bréal para o francês na mencionada edição

(original: *Vergleichende Grammatik des Sanskrit, Zend, Griechischen, Lateinischen, Litthauischen, Altslawischen, Gotischen und Deutschen*, 1833-1852); iv. o *Prefácio* de Gaston Paris à sua tradução da *Introdução à gramática das línguas românicas* (*Introduction à la grammaire des langues romanes*), de Friedrich Diez, edição de 1863; v. o *Prefácio* e, vi., a *Introdução* da *Gramática das línguas românicas* de Friedrich Diez, pela tradução de Auguste Branchet e Gaston Paris para o francês (*Grammaire des langues romanes*), edição de 1874 (original: *Grammatik der romanischen Sprachen*, 1836-1842); vii. o *Avant-propos* e, viii., a *Introdução* da *Gramática das línguas românicas* de Wilhelm Meyer-Lübke, pela tradução de Eugène Rabet para o francês (*Grammaire des langues romanes*), edição de 1890 (original: *Grammatik der romanischen Sprachen*, 1890-1902).

De cada texto fez-se uma leitura atentando para referências que pudessem contribuir com a análise pretendida, quase sempre referências à ciência, à linguagem e/ou às línguas. Tal leitura proporcionou, então, a seleção de 115 pontos críticos. Para facilitar o seu manejo, eles aparecerão catalogados da seguinte maneira: pela sigla PC, de *ponto crítico*, pela sua numeração de 1 a 115 e, entre parênteses, pela sua autoria, assinalada pelas siglas MB (Michel Bréal), FB (Franz Bopp), GP (Gaston Paris), FD (Friedrich Diez) e ML (Meyer-Lübke). Todos os pontos críticos foram traduzidos do francês para o português para facilitar a leitura de quem não tem conhecimento dessa língua.

Enfim, a análise crítica do discurso filológico sobre as línguas constitui, creio e defendo, uma contribuição relevante não só para recobrar, renovar e fomentar a discussão sobre esse conceito tão mal resolvido, que é *língua*, ainda que – contraditoriamente – seja cardeal para uma ciência amplamente praticada e profundamente institucionalizada, mas também para buscar compreender uma parte do próprio discurso dessa ciência, bem como um pouco da história das ideias que a têm fundamentado.

## 2 UM SABER ANTIGO, UMA(S) CIÊNCIA(S) MODERNA(S)

A Filologia faz parte dos Estudos da Linguagem, como demonstrarei ao longo deste capítulo. No Ocidente, quando se buscam as origens dos Estudos da Linguagem, independentemente das suas ramificações antigas ou recentes, chega-se à Grécia clássica (Cf. WEEDWOOD, 2002, p. 21-23). Por aí começa o presente trabalho, um começo não só demandado pela argumentação que será desenvolvida, mas também um começo no próprio tempo histórico do objeto em estudo.

Como esclarece Neves (2005, p. 19-34), a suscitação de questões sobre a linguagem entre os gregos antigos foi motivada pelas próprias relações de poder na sua sociedade. Ora, o período da Grécia antiga reconhecido como clássico é aquele em que amadureceu o governo na forma da cidade-estado: a *πόλις*. Nas cidades onde os cidadãos tomavam parte do governo, cujo exemplo mais cabal é a democracia ateniense, o cidadão não fazia sobrepor o seu parecer a outros pela força bruta, mas sim pela força da palavra.

Entende-se, daí, por que a primeira questão acerca da linguagem que ocupou o pensamento grego foi a relação entre a linguagem e o mundo, ou, dito com termos gregos, a relação entre o nome (*ὄνομα*) e a coisa (*πρᾶγμα*): era mister saber se havia uma verdade transcendente à linguagem ou não. Para alguns, era uma relação dada pela natureza (*φύσει*), sendo o nome uma imagem da coisa; para outros, a mesma relação, mas resultante o nome de uma arte; para uns terceiros, uma relação dada por convenção (*νόμοι*), sendo o nome estabelecido segundo o arbítrio de cada um; para uns quartos, a mesma relação, mas sendo o nome imposto por um nomeador que conhece a natureza da coisa.

Assim, se a linguagem é, de alguma maneira, uma representação do mundo, então há um mundo detrás da linguagem, a qual pode representá-lo de forma justa ou injusta. Porém, se a linguagem é mera convenção dos homens para darem existência à sua vivência, então a linguagem é sempre justa. Em uma sociedade na qual era imprescindível que o cidadão soubesse convencer os seus pares de que a sua proposição era verdadeira, a existência de uma verdade independente do sujeito era uma questão que tocava a vida cotidiana do habitante da *πόλις*.

Por isso, não é à toa que *λόγος* – apesar da polissemia já no próprio grego antigo, mas cujo significado originário é “palavra”, ligado como está à raiz do verbo *λέγω*, que é “dizer” – é o termo mais repetido na filosofia ocidental, profundamente enraizada no pensamento grego. Com efeito, e como não cabe aqui revisar exaustivamente esse assunto, o postulado de Górgias (483 c.-375 a.C.) – nada existe; se existisse, não poderia ser conhecido;

mesmo que pudesse ser conhecido, não poderia ser comunicado – ilustra perfeitamente a visão sofística de que a linguagem constitui o mundo: nada existe porque tudo existe pela linguagem, e a linguagem não é a própria coisa. De outro lado, a “teoria da significação” de Aristóteles (384-322 a.C.) é um bom exemplo da outra postura, que encara a linguagem como representação do mundo. Embora defenda que a linguagem é convencional, para Aristóteles o nome é um símbolo (*σύμβολον*) de uma paixão da alma (*πάθημα τῆς ψυχῆς*), “paixão” no seu sentido etimológico, de algo que se padece, se sofre ou se sente, ou, melhor ainda, que se percebe. Há semelhança entre a coisa e o que se percebe dela, mas não entre a coisa e o nome. Mas onde está a verdade transcendente, segundo essa visão? Não está na percepção (*νόημα*), que em si nem é verdadeira nem falsa, mas sim na proposição. Assim, crê-se que há uma realidade objetiva, por exemplo: Sócrates é um homem e é branco; quando uma proposição a espelha fielmente, como *Sócrates é branco*, é verdadeira, mas quando a distorce, como *Sócrates é negro*, é falsa. (Cf. ROBINS, 1979, p. 14-15; WEEDWOOD, 2002, p. 23-30; NEVES, 2005, p. 35-45, 65-84)

Em suma, foi uma necessidade social diretamente ligada ao uso da linguagem que fez brotar o estudo desta entre os gregos antigos, o que esclarece mais dados relevantes para este trabalho: por que razão esse estudo “linguístico” se deu inicialmente dentro de disciplinas cujos objetos não eram propriamente a linguagem: a Retórica e a Poética, resultados diretos dessa necessidade social à qual se tem aludido, e que se pode resumir como a necessidade de formar homens capazes de exercer bem a cidadania, e a Lógica, resultado indireto, já que resulta da busca filosófica da verdade.

Não obstante, na geração depois de Aristóteles, instaurou-se uma conjuntura nova que veio motivar os Estudos da Linguagem a começarem a trilhar uma rota própria e independente das disciplinas mencionadas acima (novamente o social condicionando a evolução da *ἐπιστήμη*). Trata-se da mudança política em que a cidade-estado deu lugar ao vasto império de Alexandre o Grande (356-323 a.C.), e, depois dele, aos grandes reinos chamados helenísticos, mudança essa que acarretou outra no campo sociolinguístico: o grego tornou-se a língua franca de todo o oriente do mar Mediterrâneo. Não só passou a ser falado por gentes que até então os gregos julgavam bárbaras, mas também foi tornando-se sensivelmente diferente do grego em que estava escrita a literatura clássica, e, ainda mais, daquele em que tinham sido compostas a *Ilíada* e a *Odisseia*, de Homero, epopeias fundadoras cuja leitura era indispensável para o conhecimento da formação do homem grego.

Foi precisamente em um ambiente de cultura grega fora da Grécia que surgiu a necessidade de preservar o *ἑλληνισμός*, ou seja, a expressão helênica autêntica. Para tanto, o

faraó Ptolomeu I (c. 367-c.-283 a.C.), antes general de Alexandre o Grande, mandou erguer um edifício em Alexandria, o qual dedicou às musas, daí ser chamado *Μουσεῖον*, que encerrava uma biblioteca. Aí passaram a acorrer, então, sábios de todo o mundo helênico, que se debruçavam sobre as obras dos poetas clássicos, nomeadamente sobre as duas obras máximas de Homero, procurando discernir entre as inúmeras variações (alterações, omissões, adições) que os testemunhos sofreram ao longo da transmissão plurissecular do texto qual devia ser a mais genuína, por aproximar-se mais provavelmente da composição original. Portanto, eram estudiosos que faziam uma *κρίσις*, isto é, um juízo do que era castiço e do que era espúrio, por isso eram *κριτικοί*, ou seja, “críticos”.

Todavia, o trabalho desses estudiosos não se detinha aí. Tinha, ainda, uma dimensão pedagógica. Eram mestres que, a partir da explicação (*ἐξήγησις*) da obra literária, davam lições de língua, história, geografia, religião, ética etc. No exercício dessa função, eram conhecidos como *γραμματικοί*, ou seja, “gramáticos”. Dentre os primeiros gramáticos alexandrinos, sobressaem Zenódoto de Éfeso (325-324 a.C.), Aristófanos de Bizâncio (257-180 a.C.) e Aristarco de Samotrácia (215-145 a.C.), todos os três, bibliotecários. Apesar disso, a palavra *γραμματικός* não era nova. Platão (428/427-348/347 a.C.) chamara *γραμματική* à arte (*τέχνη*) de combinar as letras. Já para Aristóteles, tratava-se do ensino da leitura e da escrita: a *γράμμα* era a letra. (Cf. ROBINS, 1979, p. 12-13; CAMBRAIA, 2005, p. 38-43; NEVES, 2005, p. 106-123)

Como eu disse antes, esse movimento de preservação do helenismo desenvolveu-se não só em decorrência da dispersão dos textos clássicos, mas também por conta da própria mudança que sofrera a língua grega desde os momentos em que esses textos foram produzidos. As normas literárias baseadas nos dialetos gregos vernáculos (jônico, eólico, dórico e ático) deram lugar a uma língua franca, a *κοινή διάλεκτος*, ou “linguajar comum”, o que tornava o labor pedagógico mais difícil do que nos tempos de Platão ou Aristóteles, pois como o aprendiz poderia ter sucesso se a aprendizagem dependia de textos que ele não compreendia facilmente? O gramático helenístico precisava de meios novos para afrontar desafios novos.

Entende-se, pois, por que a primeira obra sobre a linguagem fora dos quadros das disciplinas que se estudavam então se parece muito a um exemplar do gênero que hoje tem o nome de cartilha. Trata-se da *Τέχνη γραμματική* (“Arte gramática”, ou, mais literalmente, “Artes das letras”), de Dionísio Trácio (c. 170-90 a.C.), que é apenas um compêndio sobre a fonologia e a morfologia da língua grega. No entanto, apesar de o autor considerar essa gramática uma arte, cumpre deixar claro que não o é no mesmo sentido em que Platão e

Aristóteles empregaram esse termo: um conhecimento especulativo. A gramática, para Dionísio Trácio, era um conhecimento empírico (*εμπειρία*). (Cf. ROBINS, 1979, p. 10-12, 19-26; NEVES, 2005, p. 125-130)

Até aqui discorri como os Estudos da Linguagem surgiram no Ocidente, posto que comecei a argumentação afirmando que a Filologia faz parte dos Estudos da Linguagem. Entretanto, até aqui ainda não tratei diretamente da origem da Filologia. Passarei a fazer isto em seguida. Mais adiante, o leitor entenderá o porquê desse “atraso”.

Enquanto a palavra *γραμματικός* tem uma referência muito específica, que é a *γράμμα*, a “letra”, a qual remete ao ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, a palavra *φιλόλογος* tem uma abrangência não cerrada: a primeira raiz, *φιλ-*, é a mesma de *φίλος*, que é o amigo, portanto exprime amizade, amor, afeição; a segunda, *λογ-*, é a mesma de *λόγος*, que, como já disse, é originariamente a palavra, depois também enunciado, discurso, lei, razão. Portanto, o filólogo é, do ponto de vista etimológico, o amigo da palavra, o amante do saber. (Cf. BASSETTO, 2005, p. 17)

Efetivamente, com esse sentido, quer de maneira mais latente, quer de maneira mais manifesta, a palavra *φιλόλογος*, bem como a forma latinizada *philologus*, está atestada por toda a Antiguidade desde o século V a.C. Assim, no *Laques* (*Λάχης*), Platão dá o testemunho seguinte: “Minha posição, ó Níquia, é simples em relação às palavras. Ou se quiseres, não simples mas dupla. Pois tenho a impressão de amar as palavras e também de odiá-las”<sup>1</sup> (*Apud* BASSETTO, 2005, p. 18). Na redação original, está dito *τῷ φιλόλογος εἶναι* pelo traduzido como “amar as palavras”. No mesmo sentido, Aristóteles diz, na *Retórica*, que “os espartanos homenagearam a Quílon e o colocaram entre os gerontas, embora fossem bem pouco filólogos”<sup>2</sup> (*Apud* BASSETTO, 2005, p. 18). Quílon (século VI a.C.) foi um dos Sete Sábios da Grécia, portanto a afirmação quer dizer que os gerontas, isto é, os anciãos do Conselho de Esparta (a Gerúsia), não eram nem um pouco eruditos quanto Quílon.

Em língua latina, Cícero testemunha o mesmo sentido em *A Ático* (*Ad Atticum*): “Portanto, transfiramos para Varrão aquela Acadêmica, na qual aqueles homens, nobres sem dúvida, mas de forma alguma filólogos, falam de modo por demais contundente”<sup>3</sup> (*Apud* BASSETTO, 2005, p. 20). Sem dúvida, o mesmo sentido de alguém que possuía erudição, mas com um matiz diferente: a maneira de se expressar do filólogo também o distinguia. No

<sup>1</sup> “Ἀπλοῦν τὸ γ’ ἐμόν, ὦ Νικία, περὶ λόγων ἐστίν. εἴ δὲ βούλει, οὐκ ἀπλοῦν, ἀλλὰ διπλοῦν, καὶ γὰρ ἂν ἐόξαμι τῷ φιλόλογος εἶναι καὶ αὖ μισόλογος.”

<sup>2</sup> “Λακεδαιμόνιοι Χίλονα καὶ τῶν γερόντων ἐποίησαν, ἥκιστα φιλόλογοι ὄντες.”

<sup>3</sup> “Ergo illam Ακαδημικήν, in qua homines nobiles illi quidem sed nullo modo philologi nimis acute loquuntur, ad Varronem transferamus.”

mesmo texto, disse Cícero: “Mas depois que dei início a essas obras mais cuidadas literariamente, Varrão já me anunciara uma grande e certamente profunda consagração”<sup>4</sup> (*Apud* BASSETTO, 2005, p. 19). No original em latim, pelas palavras “mais cuidadas literariamente” usou-se a forma comparativa de *φιλόλογος* em grego: *φιλολογώτερα*. Essas obras “mais filológicas” são aquelas que Cícero produziu quando se afastou da política, versando sobre temas filosóficos e teológicos. Portanto, a expressão “filológica” era mais sofisticada, mais até mesmo que a oratória ciceroniana, já ela altamente literária.

Já na era cristã, Plutarco (42-126 d.C.) nas *Vidas paralelas* (*Βίοι παράλληλοι*), especificamente no *Catão Maior*, fez outro uso da palavra *φιλόλογος* em sentido semelhante: “Então, os mais *filólogos* dos jovens se aproximaram logo e cercaram os homens, ouvindo-os com atenção e admirando-os”<sup>5</sup> (*Apud* BASSETTO, 2005, p. 22). Esses homens eram Diógenes o Estoico (c. 230-c. 150/140 a.C.), Carnéades o Acadêmico (214/213-129/128 a.C.) e Critolau o Peripatético (c. 200-c. 118 a.C.), que tinham ido a Roma em missão diplomática. Seguramente, os jovens que foram ouvi-los não eram eruditos, mas assumiram uma postura de busca do saber, busca que se dava pela palavra. Uso parecido encontra-se outra vez já no fim da Antiguidade, no *Florilégio* (*Ἀνθολόγιον*) de Estobeu (século V): “Zenão dizia dos alunos que uns eram filólogos, mas outros, logófilos”<sup>6</sup> (*Apud* BASSETTO, 2005, p. 24). Trata-se de um jogo de palavras esclarecedor: uns discentes, os filólogos, demonstravam serem amigos da palavra, da palavra que leciona, enquanto outros, os logófilos, demonstravam serem amigos da palavra como mera palavra, ou seja, eram tagarelas.

Ao mesmo tempo, os testemunhos dão conta de especializações a partir dos significados etimológicos apresentados. Assim, o historiador romano Suetônio (c. 69-após 122 d.C.), falando de Lúcio Ateio Pretextato em *Dos gramáticos e rétores* (*De grammaticis et rhetoribus*), esclarece:

Parece ter tomado a denominação de Filólogo porque, como Eratóstenes, que por primeiro reivindicou para si próprio esse cognome, era considerado por seu múltiplo e variado conhecimento. Isso se depreende claramente de seus comentários, embora restem pouquíssimos; a respeito do volume deles uma outra carta ao mesmo Herma acentua: “Lembra-te de recomendar a nossa Floresta, na qual reunimos, como sabes, oitocentos livros de todos os gêneros!”<sup>7</sup> (*Apud* BASSETTO, 2005, p. 20-21)

<sup>4</sup> “Postea autem haec coepi φιλολογώτερα, iam Varro mihi denuntiaverat magnam sane et gravem προσφώνησιν.”

<sup>5</sup> “Εὐθὺς οὖν οἱ φιλολογώτατοι τῶν νεανίσκων ἐπὶ τοὺς ἄνδρας ἵεντο καὶ συνῆσαν, ἀκροώμεκοι καὶ θαυμάζοντες αὐτοῦς.”

<sup>6</sup> “Ζήνων τῶν μαθητῶν ἔφασκε τοὺς μὲν φιλόλογους εἶναι τοὺς δὲ λογόφιλους.”

<sup>7</sup> “Philologi adpellationem adsumpsisse videtur, quia sic ut Eratosthenes, qui primus hoc cognomen sibi vindicavit, multiplici variaque doctrina censebatur. Quod sane ex commentariis eius adparet, quanquam



Eratóstenes de Cirene (275-194 a.C.) foi bibliotecário de Alexandria. Embora a maior parte da sua obra remanescente verse sobre Geografia, os seus próprios contemporâneos chamaram-lhe *Βῆτα*, o nome da segunda letra do alfabeto grego, por considerarem que ele estava muito perto do máximo (o alfa). Isso é sugestão bastante para crer que a extensão do seu saber era efetivamente descomunal, e por isso mesmo tomou o nome de filólogo para si, não sem humildade, diga-se de passagem, dado o sentido etimológico do termo.

Outro romano, Sêneca (4 a.C.—65 d.C.), em uma das suas cartas, detalha essa especificação da palavra *filólogo* confrontando o fazer do filólogo e os do filósofo e do gramático:

Quando pega o livro de Cícero *De Republica* um certo filólogo aqui, um tal gramático ali, acolá alguém dado à Filosofia, cada um revela ao outro sua preocupação. O filósofo se admira de que se tivesse podido afirmar tantas coisas contra a justiça. Quando o filólogo chega a esse mesmo ponto observa o seguinte: há dois reis romanos, um dos quais não tem pai e o outro não tem mãe. Pois pairam dúvidas sobre a mãe de Servus; não se conhece o pai de Ancius, sendo apenas considerado neto de Numa. Nota ainda que aquele a quem chamamos ditador e lemos que assim era denominado nas histórias, entre os antigos era designado por mestre do povo. Ainda hoje consta nos livros de augúrios e há prova de que, quem era designado por aquela expressão, de fato era o mestre da cavalaria. Observa ainda que Rômulo morreu durante um eclipse do sol; que houve provocação contra o povo da parte também dos reis: assim está nos (livros) pontificais e há alguns peritos que pensam assim, como Fenestella. Quando o gramático abre os mesmos livros, primeiramente comenta que as palavras *expse-reapse* foram ditas por Cícero, isto é, “pela própria coisa”, ainda mais *sepse*, isto é, “ele mesmo”. Passa depois para aquilo que o uso secular mudou, como diz Cícero: “Pois fomos chamados de volta do fim da carreira por seu grito”. Aquilo que agora, no circo, chamamos *cretam* (“cal”, “giz”) os antigos diziam *calcem*. Em seguida, reúne versos de Ênio, em primeiro lugar aqueles referentes ao Africano. [...] Afirma que Ênio tirou isso de Homero e Virgílio, de Ênio.<sup>8</sup> (*Apud* BASSETTO, 2005, p. 21-22)

Talvez este seja o testemunho mais claro de um sentido mais específico do termo *filólogo* na Antiguidade. Entende-se bem que o gramático se dedicava a objetos que hoje

---

paucissimi extent; de quorum tamen copia sic altera ad eundem Hermam epistola significat: ‘Hylen mostram aliis memento commendare, quam omnis generis coegimus, uti scis, octingentos in libros!’.”

<sup>8</sup> “Cum Ciceronis librum de re p. prendit hinc philologus, hinc grammaticus, hinc philosophiae deditus, alius alio curam suam mittit. Philosophus admiratur contra iustitiam dici tam multa potuisse. Cum ad hanc eandem lectionem philologus accessit hoc subnotat: duos Romanos reges esse quorum alter patrem non habet, alter matrem. Nam de Serui matre dubitatur: Ancii pater nullus, Numae nepos dicitur. Praeterea notat eum quem nos dictatorem dicimus et in historiis ita nominari legimus, apud antiquos magistrum populi vocatum. Hodieque id exstat in auguralibus libris et testimonium est, quod qui ab illo nominatur magister equitum est. Aequae notat Romanus periisse solis defectione; provocationem ad populum etiam a regibus fuisse: id ita in pontificalibus et aliqui sunt argui qui putant et Fenestella. Eisdem libros cum grammaticus explicuit, primum verba *expse-reapse* dici a Cicerone, id est *re ipsa*, in commentarium refert, nec minus *sepse*, id est, *se ipse*. Deinde transit ad ea quae consuetudo saeculi mutavit, tamquam ait Cicero: ‘Quoniam sumus ab ipsa *calce* eius interpellatione revocati’. Hanc quam nunc in circo *cretam* vocamus *calce* antiqui dicebant. Deinde Ennianos colligit uersos et in primis illos de Africano scriptos [...] Ennium hoc ait Homero se subripuisse, Ennio Virgilium.”

seriam tidos indubitavelmente como objetos de estudos linguístico-literários, enquanto os objetos que atraíam a atenção do filólogo não são, curiosamente, reduzíveis a uma disciplina só, antiga ou moderna, mas integram um conhecimento que lhe permitia esmiuçar o conteúdo do texto.

Com efeito, à medida que se foram jungindo mais tarefas ao trabalho do gramático, este foi configurando cada vez mais o segundo nível da educação greco-romana. A função primeva de ensinar a ler e escrever ficou a cargo do *γραμματίστης*, enquanto que a completação da formação, como que um terceiro grau, era ministrada pelo *ρήτωρ*, o professor de arte retórica. Em Roma, ao primeiro dava-se o nome de *litterator*, mas a palavra *ρήτωρ* foi apenas adaptada à língua latina (*rhetor*). Igualmente, o *γραμματικός* foi primitivamente chamado *litteratus*, mas acabou prevalecendo a adaptação *grammaticus*. (Cf. BASSETTO, 2005, p. 25-26)

A citação anterior apresenta uma distinção entre o filólogo e o gramático, mas como tenho dito desde que comecei a tratar do filólogo greco-romano, o seu saber não era cingido por limites disciplinares, mas tinha um alcance aberto, que podia inclusive estender-se sobre o domínio do gramático, como o atesta Porfírio (232/233-305 d.C.) em *Sobre a vida de Plotino* (*Περὶ τοῦ Πλωτίνου βίου*), em que diz que essa personagem (viveu entre 213 e 269/270 d.C.) não julgava que Cássio Longino (213-273 d.C.) fosse filósofo: “Tendo-se lido para ele *Sobre os Princípios* e *O Amante de Antigüidades* de Longinus, diz ele: ‘Longinus é filólogo, mas filósofo de modo algum’”<sup>9</sup> (*Apud* BASSETTO, 2005, p. 27). Por que Longino era filólogo, mas não filósofo? Porque, segundo Proclo (410/412-485) em *Comentários a Timeu* (*Εἰς τὸν Τίμαιον*), ele, discorrendo sobre Platão, não se dedicava a refletir sobre o pensamento desse filósofo, mas se detinha em estudar a sua expressão. Mas, se é este o caso, por que, então, Longino não foi considerado um gramático? Eunápio (345-420) em *As vidas dos sofistas* (*Βίοι Σοφιστῶν*) qualifica Longino de “biblioteca viva e museu ambulante”, do que se conclui que ele era um filólogo com a mesma justiça com a qual o eram Eratóstenes e Ateio Pretextato. (BASSETTO, 2005, p. 27)

À medida que as mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas que levaram o Império Romano ao seu fim no Ocidente foram consolidando-se, foi perdendo o sentido chamar filólogo a alguém. As escolas, depositárias da cultura “pagã”, desapareceram ao longo do século VI porque as municipalidades não podiam pagar os mestres. O próprio conhecimento da língua grega, tão prezado antes pelos romanos, rareou. A Igreja tornou-se,

<sup>9</sup> “Αναγνωθέντος δὲ αὐτῷ τοῦ τε Περὶ ἀρχῶν Λογγίνου καὶ τοῦ Φιλαρχαίου, φιλόλογος μὲν, ἔφη, ὁ Λογγίνος, φιλόσοφος δὲ οὐδαμῶς.”

então, guardião da cultura: fundaram-se escolas junto às igrejas e aos mosteiros, onde não se lia a *Eneida*, de Virgílio, mas a Bíblia. O homem douto medieval – em regra um clérigo – não era aquele que sobressaía pelo seu múltiplo e variado saber, mas sim pelo seu conhecimento aprofundado da doutrina cristã. É ilustrativo disto que Isidoro de Sevilha (c. 560-636) nem sequer tenha mencionado filólogos nos *Livros das origens ou das etimologias* (*Originum seu etymologiarum libri*), como que uma enciclopédia em que procurou coligar todo o conhecimento do seu tempo. (Cf. ROBINS, 1979, p. 52-56; BASSETTO, 2005, p. 28)

Entende-se, daí, que foram precisamente as mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas que conduziram o Ocidente europeu da Idade Média à Idade Moderna que puseram as condições favoráveis ao recobrimento do termo *filólogo*. Com efeito, desde a queda de Constantinopla em 1453 e o conseqüente fim do Império Romano no Oriente, de língua oficial grega, o conhecimento dessa língua foi crescendo no Ocidente em virtude de eruditos bizantinos se terem refugiado na Itália, levando para aí textos de autores helênicos antigos. Isso ocorreu em um quadro mais geral de revalorização da Antiguidade sem a jaça pagã, em que se começou a cultivar o conceito ciceroniano de *Humanitas*, isto é, os estudos das letras ou *Studia Humanitatis*, que tornam o homem mais humano. Mais ou menos ao mesmo tempo, Johannes Gutenberg inventou e desenvolveu a imprensa, que permitiu a difusão dos textos em um tempo muito menor que o que se levava copiando-os à mão. (Cf. ROBINS, 1979, p. 74-75, 85-87)

Contudo, os *humanistae* não eram como Eratóstenes, Ateio Pretextato ou Longino. Os filólogos humanistas faziam algo muito parecido a parte do trabalho do gramático greco-romano: a *κρίσις*, ou seja, o juízo do que é genuíno e do que é espúrio nos testemunhos de certo texto devido aos acidentes na sua transmissão (alterações, omissões, adições), e a *ἐξήγησις*, ou seja, a interpretação, explicação, comentário sobre o conteúdo do texto. Por que, então, não se nomearam gramáticos? Porque o ofício do gramático não cessou em tempo algum, mas desde fins da Antiguidade veio reduzindo-se precisamente àquilo que se entende hoje por gramática normativa: o estudo da norma-padrão da língua. Por outro lado, tanto a *κρίσις* como a *ἐξήγησις* demandam um conhecimento vasto ao menos do autor e da obra, de modo que, se o filólogo humanista não era uma “biblioteca viva” ou um “museu ambulante”, não deixava de ser um erudito, como o filólogo antigo. (Cf. VASCONCELOS, 1976, p. 139-142)

Segundo Cambraia (2005, p. 43-51), houve cinco gerações de filólogos no humanismo italiano, começando por Francesco Petrarca (1304-1374), a quem seguiu, na segunda geração, Coluccio Salutati (1331-1406); da terceira fazem parte Niccolò Niccoli

(1363-1437) e Poggio Bracciolini (1380-1459); na quarta, há Lorenzo Valla (1407-1457), e, enfim, na quinta, Angelo Ambrosiani “Poliziano” (1454-1494). Todos eles colecionaram manuscritos de textos antigos, compararam-nos e corrigiram o que julgavam ser falha de transmissão. O seu trabalho pioneiro abriu a senda para que, no século XVI, já difusa a imprensa, o filólogo não só procurasse restituir os textos à forma genuína, mas também os editasse. Embora esse trabalho tenha começado a ser feito também na Itália, com Aldo Manuzio (1449-1515) e Marco Musuro (1470-1517), os filólogos-editores mais ativos foram franceses: Robert Étienne (1503-1559), Henri Étienne (morto em 1598), Adrien Turnèbe (1512-1565), Denis Lambin (1520-1572), Joseph-Juste Scaliger (1540-1609). Não obstante, seria uma falha imperdoável não mencionar o labor filológico de Erasmo de Roterdã (c. 1469-1536), que elaborou uma edição crítica do *Novo Testamento*, o chamado *Textus Receptus*, com tal rigor que gozou de considerável prestígio por muito tempo.

Não cabe aqui discorrer sobre os principais filólogos nas gerações seguintes. Convém, sim, acrescentar que ao amadurecer-se cada vez mais o fazer filológico, foi-se precisando, à mesma proporção, o método para desenvolver a *κρίσις*, à qual cumpre chamar mais ajustadamente, agora, Crítica Textual. Foram necessários quatro séculos de prática filológica para que se alcançasse uma síntese metodológica coerente, a qual se deve a Karl Lachmann (1793-1851), daí conhecida como método lachmanniano, que até hoje tem vigência. A sua contribuição mais relevante foi aliviar o peso do juízo do filólogo perante as variantes entre os testemunhos, valendo-se de um conjunto de regras para se aproximar mais ponderadamente ao original. (Cf. CAMBRAIA, 2005, p. 51-54)

Por outro lado, o fim do século XVIII e o começo do XIX também foi o tempo em que apareceu mais um sentido novo no emprego do termo *filólogo*. Em 1786, na região de Bengala, sob o poderio da Companhia Britânica das Índias Orientais, o juiz William Jones ministrou uma conferência perante a Asiatic Society, que fundara dois anos antes em Calcutá, a qual continha uma observação seguinte:

A língua sânscrita, sem levar em conta a sua antiguidade, possui uma estrutura maravilhosa: é mais perfeito que o grego, mais rico que o latim e mais extraordinariamente refinado do que ambos. Mantém, todavia, com estas línguas tão grande afinidade, tanto nas raízes verbais como nas formas gramaticais, que não é possível tratar-se de produto do acaso. É tão forte essa afinidade que qualquer filólogo que examine o sânscrito, o grego e o latim não pode deixar de acreditar que os três provieram de uma fonte comum, a qual talvez já não exista. Razão idêntica, embora menos evidente, há para supor que tanto o gótico como o celta tiveram a mesma origem que o sânscrito. (*Apud* ROBINS, 1979, p. 107)

Se o filólogo fosse apenas um erudito que corrigia, comentava e editava obras gregas e latinas e a Bíblia, não se entende por que lhe interessaria conhecer a gramática do

sânscrito. Interessava-lhe porque o filólogo a que se refere Jones era um pesquisador que procurava descobrir a história de uma língua ou de línguas que aparentemente ou consabidamente têm a mesma origem. Ao mesmo tempo, a Filologia como estudo de textos escritos, visando à edição, continuou presente na atividade desse filólogo que estudava a história de uma língua ou de uma “família” de línguas, pois como é possível contar essa história sem os sucessivos testemunhos que são os textos? O filólogo-historiador da língua pode até não fazer o trabalho do filólogo-editor, mas irremediavelmente depende deste.

Seja como for, a verdade seja dita: a citação de Jones aparece na generalidade dos livros sobre a história da Linguística por outra razão. Independentemente de outros terem percebido antes semelhanças do sânscrito com línguas europeias, foi a partir da sua conferência que os estudiosos ocidentais começaram a atentar para essas semelhanças, desenvolvendo, então, o método histórico-comparativo, espécie de início da “gestação” da Linguística Moderna, cujo “parto” foi a publicação do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, em 1916. (Cf. ROBINS, 1979, p. 106-108)

Assim, à medida que o século XIX avançava, o campo dos Estudos da Linguagem ia cada vez mais sendo compartilhado por uma ciência nova: a Linguística. Por isto, a partir deste ponto voltarei a argumentação à relação entre a Filologia e a Linguística segundo as visões, primeiro, de filólogos portugueses, e depois, de filólogos brasileiros. Adiante, esclarecerei o porquê dessa restrição.

Começemos, pois, pelo chamado pai da Filologia Portuguesa: José Leite de Vasconcellos. O primeiro capítulo das suas *Lições de Filologia Portuguesa* (1966 [1911], p. 3-9), intitulado *Noções preliminares*, é dedicado a discernir cada disciplina que formava os Estudos da Linguagem à época: Gramática (Prática, Histórica, Comparativa), Semasiologia/Sematologia/Semântica, Onomasiologia, Geografia Linguística, Estilística, Métrica, Estética, História da Literatura, Etimologia, Dialectologia, Glotologia/Glótica/Linguística, Filologia. Considerando o percurso palmilhado até aqui, convém, em primeiro lugar, distinguir a Gramática. O estudo gramatical ao qual Vasconcellos dá o nome de prático não é senão a descrição de um sistema linguístico em certo período, enquanto a Gramática Histórica abrange toda a extensão temporal do uso da língua; já a Gramática Comparativa consiste no estudo de várias línguas com o fito de descobrir as relações de umas com as outras. Depois, cumpre enfocar o que esse filólogo entendia por Linguística, à qual preferia chamar Glotologia:

A par de Glotologia, os especialistas dizem História de uma língua. Por exemplo, Littré escreveu uma *Histoire de la langue française*, à qual pôs por sub-título: *études*

*sur les origines, l'étymologie, la grammaire, les dialectes, la versification et les lettres au moyen âge.* A História de uma língua trata efectivamente de tudo isso: do mesmo modo que a Glotologia, ela considera a língua nas suas fontes, e observa-a em todo a sua vida, no tempo e no espaço, dando também notícia dos monumentos literários, e dos trabalhos escritos a respeito d'ela; o remate natural é o vocabulário etimológico. A diferença, se alguma se quer achar, entre Glotologia e História de uma língua, não é pois grande. Ordinariamente emprega-se *Glologia*, falando-se da ciência em geral, e *História* falando-se de uma língua em especial: Glotologia de uma língua é a História d'essa língua. (VASCONCELLOS, 1966, p. 7)

Longe da multiplicidade de enfoques que apresenta hoje, para Vasconcellos, a Linguística era simplesmente o estudo histórico de uma língua, abarcando mesmo a Gramática História. Mas esta não era uma seara do filólogo desde que se começara a desenvolver a pesquisa histórico-comparativa das línguas? Era e não deixava de ser no entendimento de Vasconcellos (1966, p. 8):

A *Filologia* abrange pois:

*História da língua* (Glotologia, Glótica, Lingüística, e seus ramos), com a Estilística e a Metrificação;

*História literária*:

1) *História da literatura* (em sentido amplo), com a Crítica literária;

2) *Bibliografia*.

Faz-se aplicação prática da Filologia, quando se edita criticamente, e se comenta, um texto. —Não se confunda *crítica literária* com *edição crítica*, pois esta só procura restituir à primitiva pureza um texto que se acha deturpado.

Não deixava de ser porque para Vasconcellos a Filologia abrangia toda a dimensão historiográfica que os Estudos da Linguagem ganharam desde os filólogos humanistas. Se bem que o filólogo continuava a ser um erudito, como nos tempos antigos, mas era agora mais especificamente um erudito no campo dos Estudos da Linguagem. O remate do capítulo exprime bem essa visão: “Nas minhas prelecções entendo de ordinário por Filologia Portuguesa o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sôbre tudo como documento formal da mesma língua” (VASCONCELLOS, 1966, p. 9).

A mesma visão é compartilhada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos nas suas *Lições de Filologia Portuguesa* (1976, p. 125-156). A mesma visão, porém mais ardorosa, exaltando o significado da Filologia por um discurso quase teológico:

*Filologia* é portanto etimologicamente : amor da ciência ; o culto da erudição ou da sabedoria em geral. E em especial : o amor e culto das ciências do espírito ( *Geisteswissenschaften* ) – sobretudo da ciência da linguagem, do *verbo* ou do *logos* que é distintivo do homem – expressão do pensamento, manifestação da alma nacional, órgão da literatura e instrumento de nós todos, mas principalmente e sublimadamente dos letrados que, apesar de tudo quanto contra eles se tenha dito e se possa dizer, são poderosos obreiros de Deus. Sem eles, se ninguém assentasse o que presenciou, pensou e viu, não havia progresso nem civilização, torno a dizê-lo. (VASCONCELOS, 1976, p. 129-130)

Contudo, Michaëlis de Vasconcelos também teve de lidar com a progressiva consolidação da Linguística. Diferentemente de Leite de Vasconcelos, ela dá notícia de que no momento em que tratava do assunto (curso do biênio 1912-1913) havia quem propugnasse a emancipação da Linguística (ou Glotologia) carregando consigo a língua enquanto objeto de estudo, de modo que o estudo filológico se restringisse à literatura em todas as suas dimensões. Vasconcelos reagiu em tom de conciliação:

No fundo, na essência, creio que, apesar da aparente divergência, estamos todos de acôrdo. A discussão é apenas de nomes, de palavras. A causa reside nas transformações por que a velha *filologia* – o estudo e culto, o amor e a ciência da linguagem – passou necessariamente, associando-se com ciências modernas, alargando quanto à língua o seu campo de investigações, obrigando praticamente ao desdobramento de disciplinas, como já deixei dito, por a totalidade do saber filológico não ser acessível a ninguém, ou sòmente a entidades muito privilegiadas. (VASCONCELOS, 1976, p. 152)

Não parece descabido comparar o entendimento do que era a Filologia por essa filóloga com a denominação *Letras* na academia brasileira hodierna: um campo disciplinar compósito que dificilmente alguém é capaz de dominar por completo.

Quase coincidentemente, no biênio anterior ao do segundo curso de Filologia Portuguesa ministrado por Carolina Michaëlis de Vasconcelos na Universidade de Coimbra, ou seja, 1910-1911, Ferdinand de Saussure ministrara o seu terceiro e derradeiro curso de Linguística Geral na Universidade de Genebra, cujo conteúdo, junto com os dos dois anteriores, foram coligidos por discípulos seus na forma de um livro “póstumo”, que é o *Curso de Linguística Geral (Cours de Linguistique Générale)*, publicado em 1916 e que, como se metaforizou antes, foi como o parto da Linguística Moderna, em gestação desde o desenvolvimento do método histórico-comparativo. Depois disso, nem a Filologia nem a Linguística foram as mesmas. (Cf. SALUM, 2006, p. XIII-XXII)

Saussure, que tivera uma formação de filólogo, mais precisamente de indo-europeísta e na escola dos neogramáticos, encarava a Filologia apenas como uns estágios da história da Linguística. Uns estágios porque distinguia a Filologia como crítica, exegese e edição de textos escritos, que foi o segundo estágio dessa história, e a Filologia como estudo histórico-comparativo (à qual chamou ambigualmente *Filologia comparativa* ou *Gramática comparada*), que foi o terceiro. O primeiro foi a Gramática. Como se terá percebido, essa visão historiográfica coincide em grande medida com a presente argumentação, mas em que a Linguística se diferenciava desses três estágios, que não tinham sido suplantados um pelo seguinte, mas que naquele momento coexistiam? Da Gramática, em virtude do viés normativo desta, isto é, a tarefa de estabelecer o “certo” e o “errado” no uso da língua, o que afasta o

necessário “desinteresse” para constituir-se como ciência. Da Filologia, porque a língua não é o único objeto desta, posto que o labor crítico-exegético demanda que o filólogo aborde múltiplos objetos. Do comparatismo, por este não ir além da reconstrução de formas anteriores dos códigos comparados, não se ter ocupado de definir um objeto. (Cf. SAUSSURE, 2006, p. 7-12)

Com efeito, a definição do objeto é fundamental na epistemologia saussuriana e, por conseguinte, no desenvolvimento da Linguística independente. Assim, para Saussure (2006, p. 13), a tarefa da Linguística consiste em:

- a) fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família;
- b) procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria.

Observe-se que a primeira tarefa já era cumprida pela Filologia como estudo histórico-comparativo das línguas. Forçoso era, então, erguer uma cercadura mais ostensiva para essa Linguística independente, o que Saussure fez precisamente na forma da definição do objeto:

Por que não é esta [a Linguística] ainda reconhecida como ciência autônoma, tendo, como qualquer outra, seu próprio objeto? É que rodamos em círculo; dum lado, nada mais adequado que a língua para fazer-nos compreender a natureza do problema semiológico; mas para formulá-lo convenientemente, necessário se faz estudar a língua em si; ora, até agora a língua sempre foi abordada em função de outra coisa, sob outros pontos de vista. (SAUSSURE, 2006, p. 24-25)

Portanto, o estudo da língua une a Filologia e a Linguística, mas esta, ao contrário daquela, cinge-se ao estudo da língua em si, ou seja, a língua enquanto sistema de signos, diferente da linguagem (faculdade de produzir signos) e da fala (execução da língua), caracterizado por ter uma natureza psíquica, social, homogênea e que pode ser abstraído da complexidade do ato languageiro. O “golpe de misericórdia” é dado em seguida: “Pode-se, a rigor, conservar o nome de Linguística para cada uma dessas disciplinas e falar duma Linguística da fala. Será, porém, necessário não confundi-la com a Linguística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua” (SAUSSURE, 2006, p. 28).

Contudo, as consequências do corte epistemológico de Saussure não pararam aí. Esse sistema de signos é constituído por valores que são estabelecidos mediante uma relação de oposição entre eles, o que é discernível apenas em um dado momento da história de uma língua: “na perspectiva diacrônica, ocupamo-nos com fenômenos que não têm relação alguma



com os sistemas, apesar de os condicionarem” (SAUSSURE, 2006, p. 101). Ainda que Saussure não tenha relativizado a análise diacrônica enquanto Linguística, na prática a sentença de que a Linguística “propriamente dita” é a que se ocupa exclusivamente da língua conferiu prioridade à análise sincrônica: “Após ter concedido um lugar bastante grande à História, a Linguística voltará ao ponto de vista estático da gramática tradicional, mas com um espírito novo e com outros processos” (SAUSSURE, 2006, p. 98).

O filólogo brasileiro Gladstone Chaves de Melo, na sua *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa* (1981 [1951], p. 3-11), aderiu de tal modo ao pensamento saussuriano que o primeiro capítulo dessa obra é praticamente um protesto contra os leigos, que desrespeitavam a natureza científica da Filologia e da Linguística e se intrometiam em assuntos da alçada delas sem o devido conhecimento:

Poucos são os que têm idéia nítida do caráter científico dos estudos lingüísticos. Basta ver que freqüentissimamente se pergunta a alguém tido por conhecedor da matéria: – “Qual é a sua *opinião* sobre tal ou tal ponto?” Note-se que ninguém pediria a um matemático ou a um físico a *opinião* sobre vetores, sobre cálculos trigonométricos ou sobre problemas de acústica. O curioso pergunta sempre a estes especialistas *como é* isto ou aquilo. (MELO, 1981, p. 3)

Não bastava, pois, que a Filologia e a Linguística fossem ciências; era preciso que o fossem à altura das Ciências Exatas, em que não havia nada de subjetivo (“E aí está um dos critérios para distinguir o antigo filólogo e hoje lingüista: é a objetividade das asserções, fundadas em  *fatos* da língua quotidiana ou da língua escrita” (MELO, 1981, p. 4).

Embora Melo não discorde em nada de Saussure, é interessante conhecer a sua abordagem da questão devido às limitações do *Curso de Linguística Geral*. Assim, chama a atenção para um elemento indispensável para o estudo filológico: o texto escrito. Pode-se fazer Linguística a partir e/ou mediante textos escritos ou orais, mas não há Filologia sem texto escrito. Daí distinguiu uma Filologia  *lato sensu*, como “o estudo  *científico* de uma forma de língua atestada por documentos” (MELO, 1981, p. 7), e uma finalidade específica da Filologia, que é “fixar, interpretar e comentar os textos” (MELO, 1981, p. 7). Por outro lado, a Linguística não tem por objeto a “língua A ou B, mas o  *fenômeno-língua*” (MELO, 1981, p. 8).

Apesar de ter defendido uma Filologia e uma Linguística tão independentes quanto as Ciências Exatas, Melo mostrou-se consciente de que o trabalho filológico demanda que a Filologia seja uma disciplina de fronteiras frouxas: “a Filologia se vale também, freqüentemente, de ciências ou técnicas auxiliares e complementares, como a Arqueologia, a Paleografia, a Mitologia, a Numismática, a História, o Folclore, a Métrica etc.” (MELO, 1981,

p. 7). Esperar-se-ia que, seguindo a esteira de Saussure, ele advogasse uma diferenciação absolutamente nítida da Filologia em face dessas outras ciências com as quais mantém uma relação de colaboração.

O crescente prestígio da Linguística nos Estudos da Linguagem é igualmente visível na *Gramática histórica* do filólogo Ismael de Lima Coutinho (1976 [1938], p. 13-20), em que a própria Gramática Histórica aparece sujeita à Linguística: “A Gramática Histórica não é uma ciência inteiramente autônoma, mas está subordinada à Glotologia, em cujas conclusões deve basear os seus princípios; do mesmo modo, o papel do gramático se subordina ao do glotólogo” (COUTINHO, 1976, p. 14). Convém lembrar que, no começo do século, a Linguística mesma era Gramática Histórica! E o que é a Linguística para Coutinho? Quase aquilo que antes era a Filologia: “a ciência que estuda a origem e o desenvolvimento da linguagem” (COUTINHO, 1976, p. 15). Isto comporta a consequência de reduzir de alguma maneira o campo da Filologia, consequência que Coutinho assumiu ao definir a Filologia como “a ciência que estuda a literatura de um povo ou de uma época e a língua que lhe serviu de instrumento” (COUTINHO, 1976, p. 16). Poder-se-ia cogitar que por *literatura* ele talvez entendesse o conjunto de textos escritos em certa língua, mas fica bem claro que se refere às *Belles Lettres*, quando compara o filólogo ao jardineiro, que divisa as plantas com um olhar de crítica, e o linguista, ao naturalista, que olha para todas as plantas indistintamente.

Outro notável filólogo brasileiro, Silvio Elia, na sua *Preparação à Lingüística Românica* (1979 [1974], p. 1-4), expôs de modo ainda mais claro essa tendência de inversão da relação entre a Filologia e a Linguística que se desenrolava desde o começo do século:

A relação entre a Filologia e a Lingüística é a da parte para o todo. – A Lingüística – *Sprachwissenschaft* dos alemães – é o estudo das línguas em todos os seus aspectos, inclusive o filológico. Historicamente, a Filologia precedeu a Lingüística, mas hoje deve situar-se modestamente no quadro geral dos estudos lingüísticos. Os estudos filológicos têm caráter “histórico”. Partem de línguas determinadas, documentadas através de textos e, depois de percorrerem um itinerário cultural, onde entram a História, a Epigrafia, a Literatura, voltam para o texto de onde saíram. (ELIA, 1979, p. 2)

Viu-se antes que, segundo as definições de Leite de Vasconcellos e Michaëlis de Vasconcelos, a Linguística estava englobada na Filologia; algumas décadas depois, Elia veio dizer expressamente o contrário: a Filologia é uma parte e a Linguística é o todo. Não obstante, mais importante que alcançar a culminância de uma tendência para a qual a presente argumentação vinha apontando, será atentar para a maneira como distingue mais profundamente a Filologia: ela parte do texto escrito e volta a ele. Efetivamente, mesmo quando a Filologia é estudo histórico-comparativo das línguas, há dependência dos textos

escritos, como já argumentei, e, devido à natureza aplicada da Filologia, o conhecimento gerado a partir dos textos é logo revertido sobre o próprio trabalho filológico como crítica, exegese e edição. Um bom exemplo disso é a obra *Fonética Sintática*, do grande filólogo brasileiro Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira, publicada em 1951, a qual consiste em um levantamento rigoroso dos casos de sândi externo no português antigo, baseado, evidentemente, em textos antigos, e cujas conclusões ficam a serviço da crítica dos próprios textos escritos no português antigo.

Além disso, Elia demonstra perspicácia ao discernir que a Filologia e a Linguística se permeavam através do estudo histórico-comparativo das línguas, com o qual a própria Linguística tinha sido igualada antes de Saussure, e que, depois deste, ora permaneceu dentro do campo da Filologia, ora foi identificada com a Linguística Diacrônica. A propósito, isto explica por que a obra de Elia tem o título de *Preparação à Linguística Românica*, quando à página 3 tratou de *Filologia Românica*.

Mais recentemente, Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008, p. 7-26) reexpôs um ponto de vista seu sobre a Linguística Histórica que veio defendendo desde fins dos anos oitenta e a partir do qual oferece um discernimento da questão bastante condizente com o estado dos Estudos da Linguagem nos últimos tempos. Para a filóloga-linguista baiana, é histórico todo estudo linguístico que lida com textos, que são necessariamente produzidos em certo espaço e em certo tempo, que constituem e são constituídos por dados datáveis e localizáveis. Precisa a autora que isto é o que ela entende por Linguística Histórica *lato sensu*, o que pressupõe uma Linguística Histórica *stricto sensu*, que é o que comumente se entende por Linguística Histórica: “a que se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que tais línguas são usadas” (SILVA, 2008, p. 9).

Não obstante, Silva vai além; com efeito, o ponto mais relevante do seu parecer está em arguir que *Linguística Diacrônica* não é equivalente a *Linguística Histórica*. A Linguística Diacrônica segue a pauta do Formalismo, que vem, na verdade, desde a Gramática Comparada, afastando-se quanto pode de fatores “extralinguísticos”. Ao contrário, a Linguística Histórica, ou melhor, Sócio-Histórica, considera plenamente a chamada dimensão extralinguística da mudança.

E como fica a Filologia pela visão de Silva? Fica em um lugar de alicerce:

A linguística histórica no sentido estrito depende, diretamente, da filologia, uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se os *corpora* indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração. (SILVA, 2008, p. 10)

Sem texto não há nem Filologia nem Linguística Histórica, mas entre um trabalho e o outro é o filológico que lapida a matéria-prima bruta, deixando-a em condições de outros se servirem dela para fins cuja consecução depende dessa lapidação prévia. Portanto, diga-se mais ajustadamente: sem texto não há Filologia e sem texto adequado não há Linguística Histórica. Seja como for, nada impede que o mesmo pesquisador faça ambos os trabalhos.

Observe-se, ainda, que o pensamento de Silva diverge em outro ponto importante em relação aos autores resenhados antes: o filólogo não deve ocupar-se apenas dos textos que constituem as *Belles Lettres*, mas de “inscrições, manuscritos e textos impressos no passado” de um modo geral. Um consentimento com essa postura dos filólogos contemporâneos e ao mesmo tempo um esclarecimento dela acha-se em Ximenes (2012b, p. 83):

[...] as gerações atuais [de filólogos] preenchem uma lacuna deixada pelos nossos antepassados, quando se voltam para os arquivos brasileiros, em busca de textos escritos nas antigas capitâneas, nos quais são revelados dados mais longínquos de nossa história registrados no período colonial. A tônica não tem sido mais os textos literários, mas os de cunho oficial das várias instâncias da administração pública preservados nos arquivos públicos, nos cartórios, nos arquivos particulares, nas cúrias das igrejas e nos jornais mais antigos impressos em terras brasílicas.

Na verdade, esse filólogo, atuando em data tão próxima à produção do presente trabalho, demonstra, efetivamente, ter um olhar sobre o próprio ofício capaz de harmonizar a redução que o campo da Filologia sofreu ao longo do século XX e a extensão original desse campo:

Uma das tarefas da filologia, diríamos, o seu papel principal, é o resgate da produção textual de uma época que possibilita conhecer a história da língua, as possíveis mudanças geradas pelas alterações sociais e, sobretudo, compreender todas as manifestações vividas por uma comunidade, expressas nas entrelinhas dos textos. (XIMENES, 2012a, p. 94)

A Filologia pode ter-se reduzido ao que tem sido o seu núcleo desde o humanismo: a crítica, exegese e edição de textos escritos, mas o trabalho filológico continua a ter a mesma grandeza, pois esses textos, independentemente de serem os clássicos literários ou um mero papel de cartório, não são apenas testemunhos de como era o código linguístico em tal momento, mas são testemunhos de infinitos contextos, de incontáveis vivências humanas.

De minha parte, acrescento que uma diferença epistêmica entre a Filologia e a Linguística reside em como filólogos e linguistas encaram o objeto *língua*. Cumpre lembrar que a língua (*langue*) para Saussure é um sistema de signos estabelecidos negativamente. Recobrando uma tese antiga e pouco conhecida sobre a origem da linguagem, de Dante Alighieri (1265-1321) no tratado *Sobre a eloquência vulgar* (*De vulgari eloquentia*), a língua

saussuriana assemelha-se bastante à *forma locutionis*, que, segundo Dante, Deus deu a Adão e que consistia em uma espécie de molde pelo qual o primeiro homem formou a primeira língua. Na esteira do supracitado Melo, chamaremos *língua-fenômeno* a essa visão da língua. (Cf. ECO, 2002, p. 55-75)

É consabido que tal visão foi herdada por toda a Linguística Formalista (Estruturalismo e Gerativismo). Menos evidente é a sua perpetuação nas reações epistemológicas ao Formalismo. Com efeito, se bem a consolidação do Funcionalismo não deixou de provocar uma reviravolta dentro dos Estudos Linguísticos, fato é que nessa corrente a língua continuou a ser a língua-fenômeno: “O enfoque funcionalista considera princípio fundamental subordinar o estudo do sistema linguístico ao uso” (PEZATTI, 2011, p. 169). O Funcionalismo derrubou o muro entre a Linguística “propriamente dita” e a Linguística à qual se permitia que tomasse a licença de se nomear “Linguística”, isto é, respectivamente entre a Linguística da língua e a Linguística da fala, mas a concepção de língua permanece a de uma *forma locutionis*.

Na verdade, mesmo quando se examinam as abordagens das “subáreas hifenizadas” (Sociolinguística, Psicolinguística, Neurolinguística), que levam a interdisciplinaridade marcada no próprio nome, ainda se acha a língua-fenômeno. Diz Alkmim (2011, p. 33) sobre a primeira: “Língua e variação são inseparáveis: a Sociolinguística encara a diversidade linguística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico”. Refere-se a palavra *língua* aí a uma língua? Não, trata-se sem dúvida do sistema, estudado não mais na sua imanência, mas no seu devir:

As mudanças ocorridas em relação às concepções de língua (não mais vista como um sistema virtual, mas como um sistema atual, em uso efetivo em contextos comunicativos), às concepções de texto (não mais visto como um produto, mas como um processo), e em relação aos objetivos a serem alcançados (a análise e a explicação da unidade texto em funcionamento ao invés da análise e explicação da unidade formal, abstrata), fizeram com que se passasse a compreender a Linguística de Texto como uma disciplina essencialmente interdisciplinar, em função das diferentes perspectivas que abrange e dos interesses que a movem. (BENTES, 2011, p. 252)

Aproveito o embalo de estar falando da Sociolinguística e emendo-lhe outro exemplo – o da Linguística Textual – de como essa visão da língua como uma “máquina de códigos” atravessou a barreira disciplinar da Linguística estrita. Por imposição das abordagens, isso fica ainda mais patente nos casos da Psicolinguística, “com seu foco na interação entre as estruturas linguísticas e o processamento mental” (BALIEIRO Jr., 2011, p. 181), e da Neurolinguística, “tradicionalmente voltada para as formas lingüísticas (isto é, para

o sistema, suas regras e normas, seus constituintes e organização) e, portanto, para uma certa *Linguística*” (MORATO, 2011, p. 167).

De outro lado, na Filologia a língua é aquela à qual Coseriu (1979, p. 45-55) chamou *língua histórica*: um objeto ideal que conjuga vários sistemas linguísticos no tempo e no espaço e que é reconhecido como tal pelos seus usuários por amor de uma coesão estrutural e histórica. Laconicamente, diz ele que é um “advérbio substantivado”: é, por exemplo, a *língua portuguesa*, assim definida a partir do que a comunidade utente entende por *falar português*. Em uma palavra, é a língua como um idioma.

Seja quando se faz Filologia como crítica, exegese e edição de um texto escrito seja quando se faz um estudo histórico-comparativo, não está em tela a língua, mas sim *uma* língua. Quando o filólogo edita um texto escrito, uma pergunta que o trabalho tem de procurar responder é qual é a situação do texto no conjunto temporal e espacial coerido pela língua histórica. Quando historiografa uma língua ou uma família de línguas, já está dito: trata exatamente de evidenciar a coesão estrutural e social que assenta uma língua histórica ou um grupo de línguas históricas.

Curiosamente, Camacho (2011, p. 49), discorrendo sobre o fazer sociolinguístico, oferece ao seu leitor o vislumbre de um campo em que a língua também não é a língua-fenômeno, mas uma língua histórica:

Uma das áreas de estudos lida com fatores sociais em grande escala, associados à linguagem, como decadência e assimilação de línguas minoritárias, desenvolvimento de bilingüismo em nações socialmente complexas, planejamento lingüístico em nações emergentes. Esse tipo de enfoque, comumente denominado *Sociologia da Linguagem*, é, na realidade, um ramo das ciências sociais, na medida em que encara os sistemas lingüísticos como instrumentais em relação às instituições sociais.

É verdadeiramente um vislumbre porque o autor se apressa em delimitar o campo fora das fronteiras disciplinares da Linguística, de modo que a episteme do objeto *língua-fenômeno* fica salvaguardada. Dentro dos Estudos da Linguagem, se se querem evocar campos em que o peso da língua-fenômeno é mais leve, então é preciso mais “ousadia epistemológica”, indo até a Semântica, a Pragmática e a Análise do Discurso, porque nesses três campos, mais que a língua-fenômeno, o objeto é a linguagem: “Que a heterogeneidade [teórico-metodológica] pode tornar as coisas mais complicadas para aqueles que querem fazer semântica é certo, mas ela pode também ajudar a ver que talvez a linguagem seja de fato um objeto muito complexo” (OLIVEIRA, 2011, p. 43). De modo especial, a Pragmática, embora estritamente seja a “ciência do uso linguístico”, possui uma abertura disciplinar que pode dar perfeitamente cabida à reflexão sobre as línguas históricas:

Para pragmatistas que se dedicam a levantar problemas teóricos do estudo da linguagem, questões sobre o papel da linguagem na formação do sujeito, sobre a noção de unicidade e identidade lingüísticas, sobre a imprevisibilidade e a criatividade como propriedades lingüísticas, sobre a própria condição do fazer teórico lingüístico não podem mais ficar relegadas ao plano das especulações. (PINTO, 2011, p. 66)

Portanto, sendo o objeto do presente trabalho o conceito *língua*, por todo o arrazoado não há dentro dos Estudos da Linguagem uma seara mais propícia que a Filologia, mormente a Filologia como estudo histórico-comparativo, ou seja, Filologia Indo-Europeia, Filologia Românica, Filologia Germânica, Filologia Eslava etc., pois o indo-europeísta, o romanista, o germanista, o eslavista etc. têm de lidar a todo momento com a questão de quando e onde acaba uma língua e começa outra.

Enfim, cabe esclarecer por que a presente argumentação se fundamentou apenas sobre filólogos lusófonos – portugueses antes de Saussure e brasileiros depois dele –. A razão é muito singela: assim como se demonstrou haver uma variedade de entendimentos sobre a Filologia ao longo do tempo, segue havendo essa mesma variedade de um país para outro. Um exemplo ilustrativo disto é a Espanha, onde, antes do Processo de Bolonha (começado em 1999, desenvolvido avançadamente desde 2007 na Espanha), pelo qual se criou o Espaço Europeu de Educação Superior, que visa estabelecer uma equivalência entre as formações universitárias ministradas nos diferentes países europeus, de modo a facilitar o trânsito de estudantes e profissionais entre esses países, o curso de graduação que abarca o grande campo dos Estudos da Linguagem tinha o nome de Filologia, especificado como *Filologia Alemã*, *Filologia Clássica*, *Filologia Francesa*, *Filologia Hispânica*, *Filologia Inglesa*, *Filologia Portuguesa* etc., segundo a língua que é o objeto precípua da formação (no caso da Clássica, o grego e o latim). O parecer de Loureda (2009, p. 24, tradução minha) mostra bem esse entendimento da Filologia:

O problema, como digo, é de desenho de uma Filologia como estudo integral, que possa dar respostas a todos os problemas da linguagem. Trata-se, no fundo, de propor um modelo articulado no qual se integrem o cultural, o lingüístico e o literário, mas no qual também caibam as outras dimensões da linguagem: a cognitiva, a gramatical e a semântica, a sociocomunicativa e a textual, a variação, a aplicação do lingüístico a qualquer uma das esferas da realidade prática etc. E trata-se, também, de um modelo comum para a lingüística sincrônica e para a diacrônica.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> “El problema, como digo, es de diseño de una Filología como estudio integral, que pueda dar respuestas a todos los problemas del lenguaje. Se trata, en el fondo, de proponer un modelo articulado en el que se integren lo cultural, lo lingüístico y lo literario, pero en el que también quepan las demás dimensiones del lenguaje: la cognitiva, la gramatical y la semántica, la sociocomunicativa y la textual, la variación, la aplicación de lo lingüístico a cualquiera de las esferas de la realidad práctica, etc. Y se trata, también, de un modelo común para la lingüística sincrónica y para la diacrónica.”

Como eu disse antes, quando do comentário às definições de Leite de Vasconcellos e de Michaëlis de Vasconcelos, essa abrangência da Filologia assemelha-se à da denominação *Letras*, que tem o curso que abarca os Estudos da Linguagem no Brasil. Em outras palavras, o *grado en Filología* na Espanha equivale à *graduação em Letras* no Brasil.

Isto antes do desenvolvimento mais avançado do Processo de Bolonha. Desde então, tem-se estendido a tendência de trocar o nome de Filologia desses cursos de graduação pelo de *Estudos: Estudos Alemães, Estudos Clássicos, Estudos Franceses, Estudos Hispânicos, Estudos Ingleses, Estudos Portugueses* etc., ou *Graduação em Língua e Literatura Espanholas, Graduação em Línguas Modernas e suas Literaturas* etc. Apenas a graduação em Filologia Clássica manteve majoritariamente tal denominação, além das faculdades, que continuaram a chamar-se *de Filologia*. O mesmo Loureda (2009, p. 19, tradução minha) esclarece a razão da mudança:

Em uma tentativa de aportar nitidez, os estudos de *Filologia* na Espanha, tradicionalmente associados ao exercício profissional da função docente, foram sendo substituídos por *estudios lingüísticos e literários*, com a intenção de romper com a dinâmica do ensimesmamento das letras e com a esperança de o mercado absorver os futuros graduados não só como docentes, mas também na forma de figuras profissionais como a de assessor lingüístico, tradutor, assessor literário, gestor cultural, crítico literário, redator, mediador lingüístico e intercultural, pesquisador etc.<sup>11</sup>

Compreende-se por que somente a graduação em Filologia Clássica preservou essa denominação: no novo espaço europeu, chamar *Filologia* a esses “novos” cursos implicaria em conservar um idiotismo espanhol ao qual está ligada uma visão de um saber antiquado e inútil, e se bem convém mostrar uma imagem dos Estudos da Linguagem conforme à demanda do mercado, como o estudo do grego e do latim são o próprio estereótipo da antigalha e da inutilidade, mexer no seu nome não faz diferença. Isto da perspectiva mercadológica que tem orientado essa mudança, friso.

---

<sup>11</sup> “En un intento de aportar nitidez, los estudios de *Filología* en España, tradicionalmente asociados al ejercicio profesional de la función docente, se han ido sustituyendo por *estudios lingüísticos y literarios*, con la intención de romper con la dinámica del ensimismamiento de las letras y con la esperanza de que el mercado absorba a los futuros graduados no sólo como docentes, sino también como en forma de figuras profesionales como la de asesor lingüístico, traductor, asesor literario, gestor cultural, crítico literario, redactor, mediador lingüístico e intercultural, investigador, etcétera.”



### 3 SOBRE LÍNGUAS, DIALETOS, ESTADOS E NAÇÕES

No capítulo anterior, evoquei o pensamento de Dante Alighieri, manifestado no tratado *Sobre a eloquência vulgar*, de que entre a faculdade da linguagem e dada língua medeia uma espécie de mecanismo geratriz de uma língua ao qual ele deu o nome de *forma locutionis*, com a qual Adão teria forjado a primeira língua. O termo latino *locutio* não era senão o substantivo corresponde ao verbo *loqui*, isto é, “falar”, portanto era a ação de falar, de modo que se pode traduzir *forma locutionis* como “forma (ou talvez com mais justeza ‘fôrma’) da fala”.

Precisamente por se tratar de uma forma, ou fôrma, esse pensamento foi invocado antes para ilustrar o conceito de língua no *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, conceito hegemônico na Linguística Moderna e ao qual Nadal (1999, p. 13-18) chama “mítico”, não só porque “palavra” ou “discurso” estão entre os significados da palavra grega *μῦθος*, mas também porque ao tirar a língua da história tanto presente (preferência pela “Linguística da língua”) como passada (preferência pela Linguística sincrônica), tornou-a, em bom português, um mito: não algo que produz e é produzido pela vivência humana, mas um objeto supra-humano autônomo.

Contudo, como também argui no capítulo anterior, não é este o conceito de língua, a língua-fenômeno, que constitui o objeto do presente trabalho, mas sim a língua que existe porque as pessoas creem que ela existe, crença fomentada ou mesmo imposta a partir de uma história atravessada pela ideologia e que envolve, no mínimo, tensão, comumente também dominação. Em uma palavra, é a língua histórica o objeto desta pesquisa.

Neste sentido, o citado tratado de Dante mantém-se proveitoso, pois ao lado da palavra *locutio* ele empregou outras referentes à linguagem: *eloquentia*, *lingua*, *loquela* e *idioma*. A primeira, que consta do título da obra (*De vulgari eloquentia*), não foi usada apenas no sentido de “eloquência”, mas também no de “fala” (atente-se para a raiz *loqu-*): não é um estudo somente sobre a eloquência em língua vulgar, mas sobre a expressão em língua vulgar. De outro lado, é precisamente quando se refere a essa língua vulgar, que nada mais era que a língua vernácula (*locutio primaria*) em contraposição ao latim (*locutio secundaria*), que Dante emprega os termos *lingua*, *loquela* e *idioma* (Cf. ECO, 2002, p. 55-75). Consultando o *Dicionário latim-francês* de Félix Gaffiot (1934, tradução minha), tido em alta conta pelos latinistas hodiernos, acham-se as seguintes (e mais relevantes para este trabalho) acepções desses vocábulos, aos quais acrescentamos *sermo*:

**lingua**, *ae*, f. (ant<sup>te</sup> *dingua* M. VICT. 6, 9, 17) ¶ 2 língua, fala, linguagem: *linguam continere* Cíc. *Q.* 1, 1, 38, conter sua língua, calar-se; *operarii lingua celeri et exercitata* Cíc. *de Or.* 1, 83, operários de língua ágil e exercitada; *linguas hominum vitare* Cíc. *Fam.* 9, 2, 2, evitar a falação das pessoas ¶ 3 língua de um povo: *Latina, Graeca* Cíc. *Fin.* 1, 10; *utraque lingua* HOR. *S.* 1, 10, 23, ambas as línguas [grego e latim] || dialeto, idioma: QUINT. 12, 10, 34, etc.; SEN. *Ep.* 77, 14; [poét.] *linguae volucrum* VIRG. *En.* 3, 361, a linguagem dos pássaros.<sup>12</sup> (p. 913)

**lõquēla** e **lõquella**, *ae*, f. (*loquor*), fala, linguagem, palavras: PL. *Cist.* 741; LUCR. 5, 230; Virg. *EN.* 5, 842 || língua: *Graia* OV. *Tr.* 5, 2, 68, língua grega, o falar grego.<sup>13</sup> (p. 921)

**ĩdiõma**, *ãtis*, n. (*ĩdiõma*), idiotismo [gram.]: CARÍS. 291, 2.<sup>14</sup> (p. 766)

**sermo**, *õnis*, m. (*sero* 2), ¶ 4 modo de se exprimir: **a**) estilo: *sermo plebeius, quotidianus, vulgaris* Cíc. *Fam.* 9, 21, 1; *Or.* 67; *Ac.* 1, 5, o falar do povo, o estilo ordinário, corrente da conversação; *illius aetatis sermo* Cíc. *Br.* 60, o estilo daquele tempo, cf. *Br.* 60; *de Or.* 1, 125; *Arch.* 3; *Off.* 1, 134; **b**) língua, idioma: *consuetudo sermonis nostri* Cíc. *Lae.* 21, o uso da nossa língua; *Latinus sermo* Cíc. *de Or.* 3, 42, a língua latina, cf. 2, 28; *Graecus* Cíc. *Fin.* 1, 1, língua grega; *usitatus* Cíc. *Br.* 259, a língua usual; *est actio quasi sermo corporis* Cíc. *de Or.* 3, 222, a ação oratória é como a linguagem do corpo; *voltus, qui sermo quidam tacitus mentis est* Cíc. *Pis.* 1, o rosto, que é como a linguagem muda do espírito; **c**) uma expressão, uma frase, palavras: DIG. 7, 1, 20, etc.<sup>15</sup> (p. 1429)

Percebe-se que há apenas uma divergência entre o uso medieval e o clássico, a qual está no significado da palavra *idioma*, que Gaffiot restringe a “idiotismo”, enquanto Dante a emprega como sinônimo de *lingua* e *loquela* (o que, de resto, é comprovado por Niermeyer, 1976, p. 508). Não obstante, chama mais a atenção nos dados apresentados por Gaffiot o fato de as palavras *lingua*, *loquela* e *sermo* terem sido empregadas para nomear aquilo que na Linguística Moderna se procura discernir tão escrupulosamente: a linguagem, a língua e a fala. Mais que isso, os dados impõem concluir que se bem a escolha da palavra *língua* [portuguesa] para designar uma língua histórica nos diversos idiomas europeus (*lengua* [espanhola] em espanhol, *langue* [française] em francês, *lingua* [italiana] em italiano, [English] *language* em inglês, [Nederlands] *taal* em holandês, [Deutsche] *Sprache* em

<sup>12</sup> « **lingua**, *ae*, f. (anc<sup>t</sup> *dingua* M. VICT. 6, 9, 17) ¶ 2 langue, parole, langage : *linguam continere* Cíc. *Q.* 1, 1, 38, tenir sa langue, se taire ; *operarii lingua celeri et exercitata* Cíc. *de Or.* 1, 83, des manœuvres à la langue agile et exercée ; *linguas hominum vitare* Cíc. *Fam.* 9, 2, 2, éviter les propos du monde ¶ 3 langue d’un peuple : *Latina, Graeca* Cíc. *Fin.* 1, 10 ; *utraque lingua* HOR. *S.* 1, 10, 23, les deux langues [grec et latin] || dialecte, idiome : QUINT. 12, 10, 34, etc. ; SEN. *Ep.* 77, 14 ; [poét.] *linguae volucrum* VIRG. *En.* 3, 361, le langage des oiseaux. »

<sup>13</sup> « **lõquēla** et **lõquella**, *ae*, f. (*loquor*), parole, langage, mots : PL. *Cist.* 741 ; LUCR. 5, 230 ; Virg. *EN.* 5, 842 || langue : *Graia* OV. *Tr.* 5, 2, 68, langue grecque, le parler grec. »

<sup>14</sup> « **ĩdiõma**, *ãtis*, n. (*ĩdiõma*), idiotisme [gram.] : CARIS. 291, 2. »

<sup>15</sup> « **sermo**, *õnis*, m. (*sero* 2), ¶ 4 manière de s’exprimer : **a**) style : *sermo plebeius, quotidianus, vulgaris* Cíc. *Fam.* 9, 21, 1 ; *Or.* 67 ; *Ac.* 1, 5, le parler du peuple, le style ordinaire, courant, de la conversation; *illius aetatis sermo* Cíc. *Br.* 60, le style de ce temps-là, cf. *Br.* 60 ; *de Or.* 1, 125 ; *Arch.* 3 ; *Off.* 1, 134 ; **b**) langue, idiome : *consuetudo sermonis nostri* Cíc. *Lae.* 21, l’usage de notre langue ; *Latinus sermo* Cíc. *de Or.* 3, 42, la langue latine, cf. 2, 28 ; *Graecus* Cíc. *Fin.* 1, 1, la langue grecque ; *usitatus* Cíc. *Br.* 259, la langue usuelle ; *est actio quasi sermo corporis* Cíc. *de Or.* 3, 222, l’action oratoire est comme le langage du corps ; *voltus, qui sermo quidam tacitus mentis est* Cíc. *Pis.* 1, le visage qui est comme le langage muet de l’esprit ; **c**) une expression, une phrase, des mots : DIG. 7, 1, 20, etc. »

alemão, [*český*] *jazyk* em tcheco, *język* [*polski*] em polonês, [*magyar*] *nyelv* em húngaro etc.) se enraíza na expressão *lingua latina*, cujo uso remonta à Antiguidade, a oposição da palavra *língua* a outras é moderna, pois observe-se que os romanos se valiam de vários e dos mesmos termos para se referir a códigos que hoje seriam distinguidos como línguas ou linguajares, falares, dialetos (e socioletos e estilos) ou variantes, o que não quer dizer que eles não sentissem ou não fizessem diferença entre esses códigos; ao contrário, a abonação com as expressões *sermo plebeius*, *sermo quotidianus*, *sermo vulgaris*, tiradas de Cícero, demonstra que havia diferenciação, mas não era uma diferenciação marcada e hierarquizada mediante vocábulos excludentes.

Além disso, se tal oposição aconteceu na Europa moderna, então além de moderna, ela é ocidental. Com efeito, se bem há notável transparência na tradução do conceito *língua* para as línguas europeias, basta sair do Ocidente para outra civilização com a sua própria tradição de Estudos da Linguagem, como a China, para averiguar como a transparência se esvaece. É sabido que a língua vernácula da maioria dos chineses é um conjunto de códigos estreitamente aparentados, mas divergentes a ponto de embarçar a compreensão se cada interlocutor fizer uso somente do seu próprio. Apesar disso, os chineses referem-se a esses códigos quando escritos com caracteres chineses como uma única categoria: *zhōngwén* (*zhōng* significa “meio”, e remete à China, que é *Zhōngguó*, o “País do Meio”, e *wén* é a língua). O mesmo acontece quando a referência é a esses mesmos códigos falados: *hànyǔ* (*hàn* é o etnônimo do povo falante desses códigos, a etnia chinesa majoritária, e *yǔ* é também a língua). Mais especificamente, a língua oficial é *pǔtōnghuà* (*pǔtōng* quer dizer “comum” e *huà* é igualmente a língua). Quando se quer aludir à variação diatópica, fala-se então de *fāngyán* (*fāng* é uma “região” e *yán* é, ainda, a língua). Cumpre confessar que a tradução das palavras *wén*, *yǔ*, *huà* e *yán* como “língua” tem uma pitada de retórica, mas efetivamente *wén* exprime o conceito de língua ligado à cultura literária; *yǔ*, ligado à vernaculidade; *huà*, ligado à fala; *yán*, ligado à comunicação. Do ponto de vista “linguístico”, pode-se dizer que há sete línguas pelo que se entende comumente por chinês ou que o chinês tem sete dialetos: mandarim (*guānhuà*), wu (*wúyǔ*), yue (*yuèyǔ*), min (*mǐnyǔ*), xiang (*xiāngyǔ*), hakka (*kèhuà*) e gan (*gànyǔ*). Não obstante, por trás desse ponto de vista “linguístico” está uma visão etnocêntrica: a visão ocidental do que é língua ou dialeto. A propósito, note-se que a maioria desses códigos são referidos pela palavra *yǔ*, a mesma de *hànyǔ*. (Cf. CIRUELA ALFÉREZ, 1999)

O fato de o conceito de língua ser uma categoria do pensamento linguístico ocidental comporta uma consequência grave: como fica a contagem das línguas? É comum

afirmar-se que há milhares de línguas em todo o mundo. Alguns ousados vão além e propõem cifras aproximadas, que se estendem de três mil a seis mil e setecentas, passando por um termo médio de cinco mil. Há quem considere a empresa de saber quantas línguas há uma quimera por falta de embasamento empírico, ou seja, porque a ciência linguística alcançou uma parte pequena dessa multidão (Cf. SIGUAN, 2002, p. 42; BERNÁRDEZ, 2004, p. 23-26). Eu, em contrapartida, defendo que o empecilho é de natureza epistêmica, pois abranger a contagem de línguas a todo o mundo é universalizar um conceito “local”, por mais que o mundo esteja ocidentalizando-se. No fim das contas, dizer que existem tantas línguas é precisamente um exemplo da operação ideológica geral de universalizar o que é ocidental. (Cf. SIFRE, 2005, p. 15-17; MORENO CABRERA, 2008, p. 46)

Na verdade, o conceito de língua não só é ocidental, mas também é muito mal resolvido, ou talvez seja melhor dizer: um conceito cuja palavra nomeia o objeto de uma ciência, mas que serve a vários interesses não científicos. Neste sentido, Sifre (2005, p. 11-15) elaborou um decálogo de entendimentos sobre as línguas que constitui quase que um roteiro para uma discussão sobre esse tema:

1. As fronteiras que separam as línguas são bem claras.
2. Os dialetos são variantes não padronizadas caracterizadas por exibir muita variação regional e social.
3. As línguas têm literatura e os dialetos, não.
4. As línguas são melhores para a educação e o pensamento lógico.
5. As línguas são conjuntos de dialetos relacionados geneticamente e mutuamente intercompreensíveis.
6. As formas de fala com sistemas de escrita diferentes são línguas diferentes.
7. A religião não é um critério para a delimitação das línguas.
8. As línguas têm existido desde tempo imemorial e são entidades relativamente fixas e imutáveis.
9. Os gramáticos e os planejadores linguísticos podem introduzir mudanças gramaticais e léxicas nas línguas.
10. As línguas padrão emergem e consolidam-se porque têm algumas qualidades superiores que as tornam especialmente aptas para o regimento coletivo e para ser veículos da nacionalidade. (Tradução minha)

Quem percorrer o Caminho de Santiago a partir do vale de Aspe, seguindo a rota conhecida como Caminho Francês, procurando interagir com a população nativa no seu código vernáculo, dará conta de que as pessoas que moram em uma povoação entendem bem as da povoação vizinha, embora quando se confrontam os códigos vernáculos de uma ponta e da outra da rota, se vejam diferenças léxico-gramaticais consideráveis, de modo que é provável que alguém do vale de Aspe e outra pessoa de Santiago de Compostela se entendam pouco falando respectivamente em gascão e em galego. Ao mesmo tempo, quando o peregrino cruza o Somport, na linha entre a França e a Espanha, passa bruscamente de uma

paisagem onde o uso público da língua francesa é dominante a outra em que o é o da língua espanhola.

De um lado, é verdade que algumas fronteiras entre línguas são tão tangíveis quanto as fronteiras entre Estados soberanos. De outro lado, é comum que se tome consciência de se terem ultrapassado fronteiras linguísticas à medida que se toma cada vez mais distância do ponto de partida, mas sem se conseguir apontar exatamente em que lugar atrás ficaram essas fronteiras. Para achar, pois, uma fronteira clara, é preciso que as povoações lindantes tenham vernáculos bastante diferentes, de modo que mesmo a mínima compreensão demande aprendizagem prévia de um código ou do outro. Este é, por exemplo, algo que o mesmo peregrino de Santiago poderia experimentar saindo da cidade de Saint-Jean-Pied-de-Port, que está localizada em plena área de língua basca (chamada Donibane Garazi nesse idioma).

Este caso também é relevante por trazer à baila dois elementos importantes para a discussão sobre o conceito de língua: a semelhança estrutural entre os códigos em tela e a compreensão entre os seus usuários. Por “semelhança estrutural” entende-se que os códigos têm formas lexicais e gramaticais parecidas e por “intercompreensão”, que os usuários podem estabelecer um leque variado de interações empregando principalmente os seus próprios códigos vernáculos. Na verdade, esses dois elementos são como dois lados de uma moeda: quanto menos ou mais semelhança estrutural houver entre dois códigos, menos ou mais compreensão haverá entre os seus usuários (Cf. SIFRE, 2005, p. 22-31). Já se viu que na China, apesar de alguém de Pequim entender pouco o que outra pessoa de Xangai ou de Cantão lhe disser nos vernáculos dessas regiões, esses códigos fazem parte da *zhōngwén* ou *hànyǔ*. Em contrapartida, perturba a visão ocidental da língua que códigos tão dessemelhantes a ponto de obstarem seriamente a intercompreensão façam parte da mesma língua. Perturba-a, mas isso acontece, e acontece mais que isso.

O primeiro problema é que no Ocidente, seguindo o seu milenar raciocínio dicotômico, o que não é língua é dialeto, ou, se se quiser evitar esse cultismo, um *linguajar*, uma *habla*, um *patois*, uma *Mundart* etc. Perceba-se que até agora eu não tinha abordado o termo *dialeto*; chegou o momento. Repetindo, trata-se de um cultismo, mais especificamente de um helenismo, o que quer dizer que a sua presença nas línguas europeias (*dialecto* em espanhol, *dialecte* em francês, *dialetto* em italiano, *dialect* em inglês e holandês, *Dialekt* em alemão, *dialekt* em tcheco e polonês etc.) não se deve a uma transmissão multissecular, como é o caso das continuções da palavra latina *lingua* nas línguas românicas, da protogermânica *\*sprēkō* nas germânicas ou da protoeslava *\*ęzykŭ* nas eslavas, mas consiste em um

empréstimo tomado diretamente ao grego *διάλεκτος*. E o que significava *διάλεκτος* em grego antigo? Liddell e Scott (1901, p. 350, tradução minha) oferecem duas acepções que são mais relevantes para este trabalho:

**διάλεκτος**, ἡ, (διαλέγομαι) **Π.** *fala, linguagem, modo de falar*, Ar. Fr. 552; *καινὲν δ. λαλῶν* Antif. Ὀβρ. I; *δ. ἀμνίον*, opp. a τὰ ἔνδον δράκοντος, Herminip. Ἀθ. γον. 2: *fala articulada, linguagem*, opp. a φωνή, Arist. H.A.4.9,16 ἴδιον τοῦτ' ἀνθρώπου Ib.; *τοῦ ἀνθρώπου μία φωνή, ἀλλὰ διάλεκτοι πολλαί* Id. Probl. 10. 38. **2.** *a língua de um país*, esp. *o dialeto* de um distrito especial, como o jônico, o ático etc., eram dialetos do grego, Gram.; também uma *palavra local* ou *expressão*, Plut. Alex. 31: —cf. γλῶσσα.<sup>16</sup>

Atente-se para o fato de que *διάλεκτος* deriva do verbo *διαλέγομαι*, que era, singelamente, o “conversar” e que contém a mesma raiz de *λέγω* (“dizer”) e *λόγος* (“palavra”). Atente-se, ainda, para o fato, mais chamativo, de que os dialetos gregos eram normas literárias, cada um ligado ao cultivo de certos gêneros. Liddell e Scott mencionaram o jônico, em que se lavravam a poesia épica, elegíaca, jâmbica, anacreôntica e a prosa antiga, e o ático, empregado no diálogo da comédia e da tragédia e na prosa mais recente. Além destes, havia o eólico, da poesia lírica monódica, e o dórico, da poesia lírica coral e das partes líricas da comédia e da tragédia. Além disso, quando, desde o tempo de Alexandre o Grande, essas normas literárias foram sendo suplantadas por uma nova e única, essa norma nova e única também foi chamada *διάλεκτος*, mais precisamente *κοινή διάλεκτος* (*κοινή* não era senão o feminino de *κοινός*, que significava “comum”). Nada mais diferente dos dialetos da modernidade, dos quais se costuma pensar, como anotam o segundo e o terceiro pontos do decálogo, que são variantes não padronizadas e que não possuem literatura. (Cf. SIFRE, 2005, p. 33-38)

De fato, como explica Burke (2010, p. 51-57), o dialeto moderno é mesmo moderno... Não é sarcasmo; quer dizer que o que se costuma entender hoje por “dialeto” está apenas muito vagamente ligado ao *διάλεκτος* grego, pois se trata de um conceito forjado pelos humanistas: em latim, o uso dessa palavra amiudou-se no começo do século XVI, entrou no francês em 1563 e no inglês, em 1577. Evocando essa conjuntura, vale a pena voltar ao tratado de Dante, que já citei mais de uma vez.

Como sugere o seu título, *Sobre a eloquência vulgar*, essa obra consiste em uma defesa de que a língua do povo (*vulgaris*) tinha ou podia ter as mesmas qualidades da

<sup>16</sup> “**διάλεκτος**, ἡ, (διαλέγομαι) **Π.** *speech, language, way of talking*, Ar. Fr. 552; *καινὲν δ. λαλῶν* Antiph. Ὀβρ. I; *δ. ἀμνίον*, opp. to τὰ ἔνδον δράκοντος, Herminipp. Ἀθ. γον. 2: *articulate speech, language*, opp. to φωνή, Arist. H.A.4.9,16 ἴδιον τοῦτ' ἀνθρώπου Ib.; *τοῦ ἀνθρώπου μία φωνή, ἀλλὰ διάλεκτοι πολλαί* Id. Probl. 10. 38. **2.** *the language of a country*, esp. *the dialect* of special district, as the Ionic, Attic, etc., were dialects of Greek, Gramm.; also a *local word* or *expression*, Plut. Alex. 31: —cf. γλῶσσα.”

gramática, ou seja, do latim. Sim, chegava-se a nomear *gramática* ao latim, pois se acreditava que era uma das poucas línguas, junto com o grego e alguma outra, e no Ocidente era mesmo a única, que possuía gramática, dado que a gramática ainda não era entendida como o conjunto de regras que compõe a estrutura de um código, mas sim como uma arte (no sentido greco-latino de “artifício”, não no sentido posterior romântico) pela qual certo código se tornava apropriado a satisfazer as necessidades comunicativas mais formais naquele momento. E quais qualidades do latim se prezavam? Primeiro, o fato de não pertencer a nenhum povo, o que fazia dele uma língua universal; segundo, o fato de ser artificial, o que o salvaguardava da variação no tempo e no espaço. Todavia, Dante estimava a naturalidade do vulgar, pois acreditava que antes do episódio da Torre de Babel a língua adâmica moldada mediante a *forma locutionis* que Deus doara era universal e natural. É por isso que Eco lhe dedicou um capítulo no seu trabalho *A busca da língua perfeita* (2002, p. 55-75), porque a ilusão de Dante era vir ser um novo Adão, que fabricaria um vernáculo que fosse ilustre (que refletisse a natureza das coisas), cardeal (que servisse de regra), real (que se ajustasse a ser a língua do príncipe) e curial (que se ajustasse às tarefas do governo).

O *Sobre a eloquência vulgar* ficou inacabado por volta de 1305, mas só em 1529 foi publicado em edição impressa. Coincidência ou não, nas décadas seguintes apareceu um gênero textual novo, consistente em um tratado, amiúde na forma de um diálogo, em que se louvavam as excelências de certa língua vernácula: o castelhano (*Diálogo de la lengua*<sup>17</sup>, de Juan de Valdés, em 1535; *Discurso sobre la lengua castellana*<sup>18</sup>, de Ambrosio de Morales, em 1546, e *Libro de las alabanzas de las lenguas hebreá, griega, latina, castellana y valenciana*<sup>19</sup>, de Martí de Vicianá, em 1574); o português (*Diálogo em louvor da nossa linguagem*, de João de Barros, em 1540, e *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, de Pero de Magalhães Gândavo, em 1574); o italiano (*Lettera in difesa della lingua volgare*<sup>20</sup>, de Alessandro Citolini; em 1540; *Dialogo delle lingue*<sup>21</sup> de Sperone Speroni, em 1542, e *Orazione in lode della fiorentina lingua*<sup>22</sup>, de Leonardo Salviati, em 1564); o francês (*Défense et illustration de la langue française*<sup>23</sup>, de Joachim du Bellay, em 1549, e *Précellence du langage français*<sup>24</sup>, de Henri Estienne, em 1579); o holandês (*Uitspraak van de weerdigheid*

---

<sup>17</sup> *Diálogo da língua*

<sup>18</sup> *Discurso sobre a língua castelhana*

<sup>19</sup> *Livro dos louvores das línguas hebraica, grega, latina, castelhana e valenciana*

<sup>20</sup> *Carta em defesa da língua vulgar*

<sup>21</sup> *Diálogo das línguas*

<sup>22</sup> *Oração em louvor da florentina língua*

<sup>23</sup> *Defesa e ilustração da língua francesa*

<sup>24</sup> *Preexcelência da linguagem francesa*

*der Deutsche taal*<sup>25</sup>, de Simon Stevin, em 1582, e *Tweespraak van de Nederduitsche letterkunst*<sup>26</sup>, de Hendrik Spiegel, em 1584); o polonês (*De linguarum in genere, tum Polonicae seorsim praestantia et utilitate oratio*<sup>27</sup>, de Jan Rybiński, em 1589); o inglês (*Epistle concerning the excellencies of the English tongue*<sup>28</sup>, de Richard Carew, em 1605); o alemão (*De contemptu linguae Teutonicae*<sup>29</sup>, de Martin Opitz, em 1618; *Rettung der edlen teutschen Hauptsprache*<sup>30</sup>, de Johann Rist, em 1642, e *Ausführliche Arbeit von der teutschen Hauptsprache*<sup>31</sup>, de Justus Georg Schottel, em 1663); o tcheco (*Dissertatio apologetica pro lingua slavonica praecipue bohémica*<sup>32</sup>, de Bohuslav Balbín, em 1663); o dinamarquês (*De Danicae linguae et nominis antiqua gloria et praerogativa inter septentrionales commentariolus*<sup>33</sup>, de Otto Sperling, em 1694); o húngaro (*Oratio de cultura linguae Hungaricae*<sup>34</sup>, de János Ribinyi, em 1751). (Cf. BURKE, 2010, p. 11-15, 81-82)

O que motivou essa onda de apologia do uso de certas línguas vernáculas? O fim era o mesmo: dignificar a língua vernácula que era o objeto da apologia à altura do latim. Mas se Dante já fazia isso no começo do século XIV, por que esse movimento só se desenvolveu em meados do XVI? Singelamente porque nos dias de Dante não havia condições sociais favoráveis para tal. Anteriormente disse que uma das qualidades do latim era não ser a língua de nenhum povo. Sem se opor a tal juízo, Burke (2010, p. 60-75) argumenta que convém fazer uma precisão a isso, pois se bem é certo que o latim deixou de ser língua vernácula ao menos desde o século IX, não é propriamente justo considerar que ele não possuía uma comunidade. Ora, o latim era a língua da Igreja Católica, não só da liturgia, mas também da administração da instituição, que estava muito presente na vida de todos, até mesmo nos governos dos Estados, pois além de que não havia separação entre o Estado e a Igreja, o órgão central de regimento desta – a Santa Sé – atuava como uma espécie de “ONU medieval”. Ademais, o latim era a língua que se empregava na generalidade dos âmbitos que demandavam o manejo da escrita: a escola, a universidade, a ciência, o direito, a diplomacia. Embora algumas chancelarias empregassem o vernáculo, as relações interestatais davam-se em latim; e graças ao seu uso, um docente ou um discente da universidade de Oxford podia

---

<sup>25</sup> *Discurso sobre o valor da língua alemã*

<sup>26</sup> *Diálogo da gramática baixo-alemã*

<sup>27</sup> *Oração sobre a excelência e utilidade das línguas em geral, especialmente da polonesa*

<sup>28</sup> *Epístola sobre as excelências da língua inglesa*

<sup>29</sup> *Sobre o desprezo da língua alemã*

<sup>30</sup> *Salvação da nobre língua alemã*

<sup>31</sup> *Acurado trabalho sobre a língua alemã*

<sup>32</sup> *Dissertação apologética em favor da língua eslava, especialmente da boêmia*

<sup>33</sup> *Pequeno comentário sobre a antiga glória e prerrogativa do nome da língua dinamarquesa entre os setentrionais*

<sup>34</sup> *Oração sobre o cultivo da língua húngara*



passar a trabalhar ou a estudar na de Bolonha sem se preocupar com a língua veicular do ensino-aprendizagem, assim como um erudito como Dante podia escrever uma obra como o *De vulgari eloquentia* e ser lido desde Portugal até a Polônia. Sem falar que uma presença tão forte de uma língua, ainda que eminentemente artificial e ritual, conferia alguma capacidade de falá-la aos seus conhecedores. Antes evoquei o percurso do Caminho de Santiago para ilustrar como as fronteiras linguísticas podem ser esfumadas; na época de Dante, não só havia menos diferença entre os vernáculos congêneres, mas os peregrinos, acorrendo a Compostela em todas as direções, podiam apelar, quiçá, a um *pidgin* baseado no latim. Enfim, indubitavelmente o latim unia pessoas dentro de uma “comunidade de ideias” e de uma “comunidade de interpretação”.

De outro lado, convém lembrar que no tempo de Dante alguns Estados tinham introduzido o vulgar no uso curial: na chancelaria real da França, durante o reinado de Luís IX (1226-1270); na chancelaria real de Castela, durante o reinado de Afonso X o Sábio (1252-1284); na chancelaria real de Portugal, durante o reinado de Dom Dinis (1279-1325). Isso não quer dizer que o vernáculo suplantou o uso do latim nesse âmbito nesse momento, mas que passou a concorrer progressivamente com ele; mas, precisamente, à medida que o vernáculo se introduzia pouco a pouco em âmbitos que até então lhe estavam vedados, a comunidade de interpretação coerida pelo latim foi-se fragmentando. Já antes da introdução do vernáculo no âmbito chanceleresco, este se estendera consideravelmente sobre o terreno da literatura, onde o latim se conservava somente em gêneros de teor religioso e historiográfico. Com efeito, o movimento de apologia de certas línguas vernáculas foi a segunda onda de um remoinho maior, que Auroux (2009, p. 71) qualifica de “revolução tecnológica da gramatização”:

Assim como as estradas, os canais, as estradas de ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio lingüístico da humanidade. É claro, entre outras coisas, que as línguas, pouco ou menos “não instrumentalizadas”, foram por isso mais expostas ao que se convém chamar *lingüicídio*, seja ele voluntário ou não.

O que é essa gramatização? É o estabelecimento de uma grafia, uma morfologia, uma sintaxe e um léxico padrão, ou, em uma palavra, de uma gramática no sentido mais medieval (e renascentista) desse termo, ou, como disse Antonio de Nebrija (1992 [1492], p. 105, tradução minha), é reduzir uma “linguagem” a artifício (“reduzir em artifício esta nossa linguagem castelhana”<sup>35</sup>), é pôr uma língua debaixo de arte (“as quais [as línguas grega e latina], por ter estado debaixo de arte, embora sobre elas tenham passado muitos séculos,

---

<sup>35</sup> “reduzir en artificio este nuestro lenguaje castellano”

ainda estão em uma uniformidade”<sup>36</sup>). Efetivamente, esse humanista espanhol publicou a primeira gramática impressa de uma língua vulgar: a *Gramática castellana*<sup>37</sup>, de cujo prólogo foram tiradas as citações anteriores. Para cada primeiro tratado de apologia de certo vernáculo houve antes a elaboração de uma primeira gramática: do francês, o *Donait françois*<sup>38</sup>, de Jean Barton, por volta de 1409, e *L’esclarcissement de la langue françoise*<sup>39</sup>, de John Palsgrave, em 1530 (primeira impressa, escrita em inglês); do italiano, a *Grammatica della lingua toscana*<sup>40</sup>, de Leon Battista Alberti, em 1440; e as *Regole grammaticali della volgar lingua*<sup>41</sup>, de Giovanni Francesco Fortunio, em 1516 (primeira impressa); do castelhano, a mencionada *Gramática castellana*, de Antonio de Nebrija, em 1492; do tcheco, a *Grammatika česká*<sup>42</sup>, de Václav Beneš Optát; do alemão, *Ein teutsche Grammatika*<sup>43</sup>, de Valentin Ickelsamer, em 1534; do português, a *Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, em 1536; do húngaro, a *Grammatica hungarolatina*<sup>44</sup>, de János Sylvester, em 1539; do polonês, a *Polonicae grammatices institutio*<sup>45</sup>, de Piotr Stoiński; do holandês, o próprio *Tweespraak van de Nederduitsche letterkunst*, de Hendrik Spiegel, em 1584; do inglês, o *Pamphlet for English*<sup>46</sup>, de William Bullokar, em 1586; do dinamarquês, a *Grammatica danica*<sup>47</sup>, de Erik Pontoppidan, em 1668. (Cf. AUROUX, 2009, p. 38-39)

Agora se entende por que o movimento de apologia do vernáculo se desenrolou dois séculos e meio depois de Dante ter tratado *Sobre a eloquência vulgar*: a paisagem sociolinguística europeia mudara sensivelmente: em alguns vernáculos acumulara-se um copioso patrimônio literário, e a maioria desses se tinha convertido em línguas de príncipes soberanos, que agora detinham um poder muito mais efetivo sobre os territórios sob as suas soberanias que os seus antecessores, ou, em outras palavras, territórios que transitavam de monarquias feudais a monarquias autoritárias. Isso gerou novas comunidades de interpretação nessas línguas em vias de padronização, pois a jurisdição de cada padronização foi estendendo-se ao território sob a soberania do príncipe. (Cf. NADAL, 1999, 22-24; ZABALTZA, 2006, p. 47-48)

---

<sup>36</sup> “Las cuales por aver estado debaxo de arte: aun que sobre ellas an passado muchos siglos: toda via quedan en una uniformidad.”

<sup>37</sup> *Gramática castelhana*

<sup>38</sup> *Donato francês*

<sup>39</sup> *O esclarecimento da língua francesa*

<sup>40</sup> *Gramática da língua toscana*

<sup>41</sup> *Regras gramaticais da vulgar língua*

<sup>42</sup> *Gramática tcheca*

<sup>43</sup> *Gramática alemã*

<sup>44</sup> *Gramática húngaro-latina*

<sup>45</sup> *Instrução da gramática polonesa*

<sup>46</sup> *Panfleteo pelo inglês*

<sup>47</sup> *Gramática dinamarquesa*

Daí se entende igualmente o porquê da apologia: as novas comunidades instauradas pela padronização dentro de um novo quadro político não solaparam as comunidades já existentes. Releiam-se os parágrafos sobre a publicação de gramáticas e de tratados apologéticos e atine-se para a geografia da “revolução”: abarcou sem dúvida uma grande dimensão do continente europeu, mas há muitos vernáculos que ficaram fora. É ilustrativo disso que um dos apologistas do castelhano tenha sido um valenciano, Martí de Viciana, nascido e morador de uma região de língua vernácula catalã. É ainda mais ilustrativo que, entrado o século XVI, não se tenha publicado nenhuma gramática do catalão, uma língua em que até o século anterior se acumulara tanta literatura quanto em castelhano ou em português e que se empregava em uma chancelaria real (na chancelaria da Coroa de Aragão) como o castelhano e o português. É que desde o momento em que Carlos I tomou a herança dos seus avós, Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão, os Reis Católicos, o catalão deixou de ser a língua de um príncipe. O vulgar cardeal, real e curial da monarquia unificada era o castelhano, como informa o mesmo Martí de Viciana:

Pois entremos em Castela, que é um reino muito grande, composto e ajuntado de muitos reinos, onde o Rei e sua Corte sempre residem, e tantos grandes senhores e cavaleiros, e há cidades muito grandes e populosas, onde se fala a perfeita língua castelhana, muito galante, cortesã e graciosa, e muito esmerada e estimada por todos os reinos e províncias do mundo.<sup>48</sup> (*Apud* NADAL, 1992, p. 143, tradução minha).

De outro lado, o latim continuou a ser a língua da *Respublica Litterarum*, ou “República das Letras”, ou seja, do meio escolar, universitário e científico. É relevante notar que os reformadores protestantes, embora tenham produzido novas versões autorizadas da Bíblia em língua vernácula para cada nova igreja estatal (a Bíblia de Lutero nos Estados alemães, a de Olivétan na Suíça francófona, a de Gustavo Vasa na Suécia, a de Cristiano III na Dinamarca, a do rei Jaime na Grã-Bretanha, a *Statenvertaling* na Holanda) e tenham introduzido o vernáculo na liturgia e no governo dessas novas igrejas, contraindo o tamanho da comunidade que era a cristandade latina, continuaram a empregar o latim para tratar de teologia e para corresponder-se entre si. (Cf. BURKE, 2010, p. 64-68)

Ao fim e ao cabo, era preciso promover a língua vulgar em dois sentidos. Primeiro, contra a língua cujos espaços vinham diminuindo, mas cujo prestígio seguia incólume: o latim. Segundo, contra os vernáculos existentes dentro da jurisdição da padronização linguística em desenvolvimento. Na verdade, têm-se mais uma vez dois lados da

---

<sup>48</sup> “Pues entremos en Castilla, que es un Reyno muy grande, compuesto, y ayuntado de muchos Reynos, donde el Rey, y su corte siempre reside, y tantos grandes señores, y Caballeros, y hay ciudades muy grandes y populosas, donde se habla la perfecta Lengua Castellana, muy galana, cortesana y graciosa, y muy esmerada, y estimada por todos los Reynos y Provincias del mundo.”

mesma moeda, porque se o vernáculo em padronização era tão perfeito e tão nobre quanto o latim, então podia sobrepor-se a outros vernáculos como o latim, o que comporta um terceiro sentido para a promoção deles: contra a concorrência dos outros vernáculos em padronização. Neste sentido, leia-se uma famosa proposição de Dominique Bouhours em seus *Entretiens d'Ariste et d'Eugène* (1671): “Os chineses e quase todos os povos da Ásia cantam; os alemães são estrepitosos; os espanhóis declamam; os italianos suspiram; os ingleses assoviam. Para ser exato, só os franceses falam” (Apud BURKE, 2010, p. 83).

É bem verdade que dentro desse movimento apareceram também alguns tratados de apologia de vernáculos que não eram cardeais nem reais nem curiais, como o milanês (*Prissian de Milan de la parnonzia milanese*<sup>49</sup>, de Giovanni Ambrogio Biffi, publicado junto com o *Varon milanes de la lengua de Milan*<sup>50</sup>, de Giovanni Capis, em 1606); o bolonhês (*Discorso della lingua bolognese*<sup>51</sup>, de Adriano Banchieri, em 1626); o napolitano (*L'eccellenza della lingua napoletana con la maggioranza alla toscana*<sup>52</sup>, de Partenio Tosco, em 1662). (Cf. BURKE, 2010, p. 11-15). Porém, como se não bastasse o fato de terem sido escritos não no vernáculo de que tratam ou em latim, mas no vernáculo cardeal e curial, a comuna de Bolonha impediu o acabamento de uma tradução do poema *Jerusalém libertada* (*Gerusalemme liberata*), de Torquato Tasso (1581), para o bolonhês em 1628 “porque o idioma era de certa forma ridículo” (Apud BURKE, 2010, p. 53), o que induz a crer que essas apologias de vernáculos menos favorecidos eram mais uma manifestação de um complexo de inferioridade que de um narcisismo. Independentemente disso, há outro pormenor relevante, que é o fato de esses códigos terem sido chamados *línguas* quando hoje é costume chamá-lhes *dialetos*.

Com efeito, se se volta a atentar para os títulos das gramáticas e dos tratados apologéticos citados, percebe-se que em algumas línguas, nomeadamente nas românicas, a palavra *língua* ainda não estava de todo assentada: o título da gramática John Palsgrave é *L'esclaircissement de la langue françoise*, e o do tratado de Henri Estienne é *Précurrence du langage français*; no mesmo ano, 1540, João de Barros publicou a *Gramática da língua portuguesa* e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*. Se se remonta a tempos mais antigos, descobre-se ainda menos unanimidade nessa referenciação. Assim, Rivas (2007, p. 240-244) informa que na documentação de Afonso X, rei de Castela e Leão, o castelhano é referido majoritariamente (59,2%) como *lenguaje de Castiella*, quase na mesma proporção

<sup>49</sup> *Prisciano de Milão sobre a pronúncia milanese*

<sup>50</sup> *Varrão milanês sobre a língua de Milão*

<sup>51</sup> *Discurso sobre a língua bolonhesa*

<sup>52</sup> *A excelência da língua napolitana mormente em relação à toscana*

(respectivamente 12,2% e 12%) como *nuestro lenguaje* e *el castellano*, um pouco menos (8,6%) como *este* ou *el romanz*, muito minoritariamente como *lenguaje castellano* (2,9%) e *lenguaje de España* (2%), menos ainda como *nuestro lenguaje de Castiella* e *nuestro lenguaje castellano* (0,8%), e infimamente como *lengua de Castiella* (0,2%). Isto é mais uma prova de que a oposição da palavra *língua* a outras é moderna.

Neste mesmo sentido, é interessante notar que quando, em 1700, Luís XIV, rei da França (1643-1715), ordenou a troca do uso oficial do catalão pelo do francês na parcela da Catalunha que abocanhara no bojo de Tratado de Paz dos Pireneus (1659), o termo que se usou para se fazer referência ao catalão foi *língua*. Menos de um século depois, em 1791, na conjuntura da Revolução Francesa, afirmava Charles-Maurice de Talleyrand no seu relatório sobre a instrução pública: “As escolas primárias porão fim a uma estranha desigualdade: a língua da Constituição e das leis será ensinada aí a todos, e essa turba de dialetos corrompidos, derradeiro resto do feudalismo, será constringida a desaparecer”<sup>53</sup> (*Apud* BOYER, 1999, 116, tradução minha). Mais contundente e mais famoso no campo desta pesquisa é outro relatório, apresentado em 1794: o do abade Henri Grégoire, cujo título é transparente: *Relatório sobre a necessidade e os meios de aniquilar os patois e de universalizar o uso da língua francesa (Rapport sur la nécessité et les moyens d’anéantir les patois et d’universaliser l’usage de la langue française)*, em que informa que

ao menos seis milhões de franceses, sobretudo no campo, ignoram a língua nacional; que um número igual é quase que incapaz de sustentar uma conversa contínua; que em último caso, o número dos que a falam não excede três milhões, e provavelmente o número daqueles que a escrevem corretamente é ainda menor.<sup>54</sup> (*Apud* BOYER, 1999, p. 119, tradução minha)

Desde cada momento em que alguém empregou um código vernáculo para fazer algo que até então só se fazia em latim, a perda de espaços deste não parou. Seja por causa dessa tendência mesma seja porque a propaganda pró-vernáculo surtiu efeito ou por ambas as coisas, o fato é que mesmo na “República das Letras” o uso do latim diminuiu progressivamente desde o século XVI. Grandes nomes da filosofia e das ciências modernas, como Giordano Bruno (1548-1600), Francis Bacon (1561-1626), Galileu Galilei (1564-1642), Thomas Hobbes (1588-1679), René Descartes (1596-1650), John Locke (1632-1704), Isaac

---

<sup>53</sup> « Les Ecoles primaires vont mettre fin à cette étrange inégalité : la langue de la Constitution et des lois y sera enseignée à tous ; et cette foule de dialectes corrompus, derniers restes de la féodalité, sera contrainte de disparaître. »

<sup>54</sup> « au moins six millions de Français, surtout dans les campagnes, ignorent la langue nationale ; qu’un nombre égal est à peu près incapable de soutenir une conversation suivie ; qu’en dernier résultat, le nombre de ceux qui la parlent n’excède pas trois millions, et probablement le nombre de ceux qui l’écrivent correctement encore moindre. »

Newton (1642-1727), Gottfried Leibniz (1646-1716) ou Giambattista Vico (1668-1744), seguiram servindo-se do latim em maior ou menor medida, mas também se valeram da língua-padrão da região de onde eram naturais, ora traduzindo uma obra composta originalmente em vernáculo para o latim, ora fazendo o contrário. Não obstante, à medida que o século XVIII avançava, foi-se sentindo menos necessidade de acorrer ao latim, mormente na França, onde Montesquieu (1689-1755), Voltaire (1712-1778) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) o dispensaram a favor do francês, sem falar da publicação da *Encyclopédie* de 1751 a 1772. Um cientista que usasse quase que somente o latim em pleno Século das Luzes, como o fez Carl von Linné (1707-1778), foi uma raridade, que pode ser esclarecida a partir do fato de ser natural de uma região cuja língua-padrão era pouco conhecida fora da sua jurisdição, de modo que o latim esquivava ter de recorrer a um vernáculo estrangeiro, como antes acontecera a Johannes Kepler (1571-1630) e Bento de Espinosa (1632-1677). (Cf. BURKE, 2010, p. 71-74, 92-94, 181-182)

Ao longo de toda a Era Moderna, as línguas-padrão foram cada vez estatizando-se. O esfacelamento da “República das Letras” acabou robustecendo as comunidades de interpretação fundadas sobre essas línguas, realçando as suas fronteiras, fortalecendo a sua coesão a tal ponto que todo código existente dentro da jurisdição da língua-padrão que antes tivesse gozado da condição de língua teve tal condição rebaixada a uma categoria inferior: *dialeto*, *patois*, *Mundart* (Cf. SIFRE, 2005, p. 110-111). Se se levar em conta que na *Encyclopédie* o *patois* foi definido como uma “linguagem corrompida tal como é falada em quase todas as províncias: cada uma tem o seu *patois*; assim temos o *patois* burguinhão, o *patois* normando, o *patois* champanhês, o *patois* gascão, o *patois* provençal etc. Não se fala a língua senão na capital”<sup>55</sup> (Apud BOYER, 1999, p. 117, tradução minha), não surpreende que o abade Grégoire tenha pretendido o que o título do seu relatório enuncia. É que em fins do século XVIII, e sobretudo desde a Revolução Francesa, a relação da língua com o Estado mudou. (Cf. ZABALTZA, 2006, p. 70-72)

Assim, convém lembrar que a transição da monarquia feudal para a monarquia autoritária favoreceu grandemente a formação de uma nova comunidade em torno de uma nova língua-padrão. A geografia da gramatização e apologia dos vernáculos também testemunha quanto a essa dimensão do movimento: percebe-se que ele se desenvolveu primeiro no sul românico, onde havia monarquias em via de centralização (salvo a Itália, onde

---

<sup>55</sup> « langage corrompu tel qu’il se parle presque dans toutes nos provinces : chacune a son *patois* ; ainsi nous avons le *patois* bourguignon, le *patois* normand, le *patois* champenois, le *patois* gascon, le *patois* provençal, etc. On ne parle langue que dans la capitale. »

o movimento se fundou na autoridade de outros “coroados”: a tríade dos poetas Dante Alighieri, Francesco Petrarca e Giovanni Boccaccio (1313-1375)). Não foi à toa que antes de Portugal deixar de ser independente, em 1580, havia duas gramáticas e dois tratados apologéticos da língua portuguesa: Portugal era uma monarquia bastante centrada, passava por um momento bastante afortunado e o português sofria a concorrência do vizinho castelhano. De outro lado, no leste germânico, eslavo e magiar o movimento foi mais tardio, pois o “federalismo” da monarquia dos Habsburgo favorecia a permanência do latim chanceleresco.

Convém lembrar igualmente que o estabelecimento dessas novas comunidades em torno das novas línguas-padrão se construiu a partir do entendimento de que tais línguas eram as dos príncipes, as quais deviam ser usadas, portanto, nos territórios sob as soberanias desses príncipes. No entanto, desde a Revolução Francesa, a justificação das relações de poder ao nível do Estado foi cada vez menos baseada sobre a compreensão de que o sujeito era súdito de um príncipe soberano e cada vez mais na de que era membro de uma nação. Observe-se isto na citação que o abade Grégoire chamou *língua nacional* ao francês.

Mas o que é uma nação? A palavra *nação* tem uma história muito parecida com a da palavra *língua*: a sua origem latina e o seu aparecimento precoce no vernáculo dão a impressão de que ela sempre esteve aí, que é natural e universal, quando, na verdade, a nação é tão imaginária e tão ocidental quanto a língua histórica, mas mais moderna que esta. Assim como as línguas históricas existem à medida que os seus usuários creem que há fatores (como as mencionadas semelhança estrutural e a intercompreensão) que unem um conjunto de códigos, as nações existem à medida que os seus membros creem que há fatores que os unem, sendo a língua histórica um deles. (Cf. BURKE, 2010, p. 17-30)

Voltando ao dicionário de Gaffiot (1934, p. 1013, tradução minha), vê-se que *natio* não era originariamente senão um substantivo correspondente ao verbo *nasci* “nascer”, ou seja, “nascimento”, e daí ganhou o sentido de conjunto de seres que compartilham algo desde o nascimento. Neste sentido, oferece as traduções seguintes: “raça, espécie, tipo; tribo, nação [parte de uma *gens*, povo, raça]”<sup>56</sup>. Informa, ainda, que o termo podia ter um uso pejorativo: “seita, raça, tribo, gente”, e que no latim cristão o plural *nationes* se referia aos gentios (a propósito, decalque do grego *τὰ ἔθνη*).

Já no latim medieval, a palavra ganhou um significado curioso aos olhos de hoje: designava divisões do corpo discente de uma universidade ou os participantes de um concílio

---

<sup>56</sup> « race, espèce, sorte ; peuplade, nation [partie d’une *gens*, peuple, race]. »

segundo a procedência geográfica, por isso mesmo diferenciadas por adjetivos referentes a regiões, como *natio Germanica*. Porém, além de a divisão das *nationes* terem variado grandemente de uma universidade a outra e de um concílio a outro, a abrangência de cada *natio* diferia bastante das nações hodiernas, por exemplo: na Universidade de Paris desde 1249, a *natio Germanica* compunha-se de britânicos, alemães, escandinavos e polacos, mas no Concílio de Constança, de 1414 a 1417, de alemães, escandinavos, tchecos, polacos e húngaros. E foi precisamente no âmbito da universidade medieval, no século XV, que surgiu o termo *nationalismus*, que era simplesmente o movimento estudantil da época. Era a defesa dos interesses e a atenção às necessidades de uma *natio* de estudantes. (Cf. ZABALTZA, 2006, p. 25-29)

Assim como a língua-padrão foi estatizando-se definitivamente à medida que o século XVIII corria, o conceito de nação também veio aproximando-se do entendimento contemporâneo: as edições de 1694, 1740, 1762 e 1798 do dicionário da Académie Française afirmam que uma nação “é constituída por todos os habitantes de um mesmo Estado, de um mesmo país, que vivem sob as mesmas leis e utilizam a mesma linguagem”<sup>57</sup> (*Apud* ZABALTZA, 2006, p. 30, tradução minha). Por conseguinte, o nacionalismo foi configurando-se como a ideologia que gera e mantém a nação. Foi nessa conjuntura que o filósofo Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) defendeu o postulado de que onde há uma língua, há uma nação, de modo que quando uma nação perde a sua língua assumindo outra, desaparece, fundindo-se a essa outra nação. Apesar disso, nesse momento e por mais um bom tempo, a língua ainda não era um fator essencial para definir uma nação. Na verdade, os nacionalismos linguísticos não são a regra, mas a exceção. (Cf. ZABALTZA, 2006, p. 25, 32-33, 64)

Em primeiro lugar, a relação entre história e território teve um peso grande sobre os nacionalismos incipientes. Destarte, os nacionalismos espanhol, francês e italiano voltavam ao passado romano para defender que a Espanha, a França e a Itália se estendiam pelos territórios da Hispânia, da Gália e da Itália (com as ilhas adjacentes) romanas. Isso legitimava o domínio francês sobre a Saboia, a oeste dos Alpes, que pertencera ao reino da Sardenha até a unificação da Itália em 1860, e sobre a Alsácia-Lorena, região a oeste do rio Reno, tomada pela Alemanha em 1871, e legitimava a pretensão italiana sobre a Córsega, pertencente à França, e sobre o Tirol do Sul e o Litoral Austríaco, regiões ao sul dos Alpes, pertencentes à Áustria. Já os nacionalismos tcheco e polaco defendiam para a Boêmia e para a Polônia

---

<sup>57</sup> « est constituée par tous les habitants d'un même Etat, d'un même pays, qui vivent sous les mêmes lois et usent du même langage. »



respectivamente os territórios da Coroa de São Venceslau e da República da Polônia antes de partilha de 1772. Chama a atenção o fato de que em todos esses casos o apelo à língua nacional teria sido embaraçoso: para o nacionalismo francês, porque a Alsácia-Lorena era uma região majoritariamente de língua alemã, assim como o Tirol do Sul, para o nacionalismo italiano, sem falar que o chamado Litoral Austríaco era plurilíngue, assim como os territórios pretendidos pelos nacionalismos tcheco e polaco. (Cf. ZABALTZA, 2010, p. 35-36, 69-74)

Outro fator de peso foi a religião. Ao leste, onde as línguas eslavas formam um *continuum*, era a religião que diferenciava polacos e russos, aqueles católicos e estes ortodoxos, mas pelo mesmo critério não se diferenciavam grandes-russos, pequenos-russos e russos-brancos, hoje chamados russos, ucranianos e bielorrussos. Igualmente, entre os eslavos do sul a religião distinguia sérvios, croatas e bósnios, respectivamente ortodoxos, católicos e muçulmanos. A religião foi, ainda, o pilar para a construção da nação grega, de tal maneira que a Grécia e a Turquia acordaram uma troca de população em 1923: os ortodoxos que viviam na Turquia, inclusive os de língua turca (os karamanlis), foram deportados para a Grécia e os muçulmanos que viviam na Grécia, inclusive os de língua grega (vallaades e muçulmanos cretenses), foram deportados para a Turquia. (Cf. ZABALTZA, 2010, p. 72, 108-111)

Mesmo a divisão de classes foi um fator que os nacionalismos aproveitaram. O nacionalismo finlandês surgiu como reação à classe dominante de língua sueca, assim como o nacionalismo lituano defronte da classe dominante de língua polonesa. De modo geral, em todo o leste europeu opunham-se proprietários alemães, húngaros e polacos e camponeses eslovacos, letões, russos-brancos e pequenos-russos. (Cf. ZABALTZA, 2010, p. 125-129)

Enfim, por toda a Europa os laços de sujeição a um príncipe soberano foram sendo ressignificados como laços de pertencimento a uma nova comunidade imaginada: uma nação. Tal pertencimento era estabelecido a partir de diversos fatores, como os evocados acima: história, território, religião, classe social. Quando a língua passou a constituir um fator preeminente dentre esses? Quando, ao longo do século XIX, os nacionalistas se deram conta de que a escola podia ser um dos aparelhos mais eficientes para consolidar o Estado-nação, não a escola para poucos que ensinava Latim e Literatura Clássica, mas a escola para todos que ensina a gramática da língua nacional, a literatura nacional, a história nacional, a geografia nacional na língua nacional. A escolarização mostrou-se o meio idôneo para massificar a doutrina nacionalista, e a identificação da língua com a nação serviu com perfeição à propagação do dogma cardinal dessa doutrina: o dogma da homogeneidade. (Cf. ZABALTZA, 2010, p. 233-238)

Na esteira da *Encyclopédie* e dos relatórios de Talleyrand e do abade Grégoire sobre os *patois*, a diversidade dentro da nação foi encarada cada vez mais como algo pernicioso:

Em outras palavras, o modelo ideal de sociedade é monolíngue, monoétnica, monorreligiosa e monoideológica. O nacionalismo, entendido como a luta para manter os grupos na sua “pureza” e homogeneidade na medida do possível, é considerado uma atitude positiva dentro do dogma da homogeneidade. As sociedades pluriétnicas ou plurilíngues são vistas como potencialmente problemáticas, porque necessitam formas de organização estatal que se opõem às características “naturais” dos agrupamentos humanos.<sup>58</sup> (BLOMMAERT; VERSCHUEREN, 2012, p. 253, tradução minha)

Como no caso da transferência de população entre a Grécia e a Turquia, às vezes o Estado recorre à violência física para fazer acontecer essa homogeneidade, mas mais amiúde se vale de estratégias mais sutis, como negar – e fazer com que a negação seja crida – a heterogeneidade, inferiorizando todos os elementos à nação. Assim, povos são rebaixados a tribos, religiões são rebaixadas a seitas, nacionalismos alternativos são rebaixados a separatismos e línguas são rebaixadas a dialetos (Cf. MORENO CABRERA, 2000, p. 83-87). Isso é tão palmar que há mais de um caso em que uma nação que conquista um Estado próprio inventa uma língua nacional só sua para não ter de lidar com o incômodo de possuir meramente um dialeto de uma língua compartilhada com outra nação. Por exemplo, quando, em 1943, o extremo sul do reino da Iugoslávia constituiu o estado da Macedônia dentro do novo Estado iugoslavo, estabeleceu-se que a língua oficial era o macedônio, malgrado ser muito semelhante à língua búlgara. Décadas depois, quando, no começo dos anos noventa, a Iugoslávia se desintegrou, o servo-croata, que até então fora a língua oficial das repúblicas iugoslavas da Sérvia, da Croácia e da Bósnia, passou a ser chamado croata na república independente da Croácia e sérvio na da Sérvia, mas também bósnio na Bósnia. Mais recentemente, em 2006, Montenegro separou-se da Sérvia, estabelecendo, então, que o montenegrino é a sua língua oficial. Outro exemplo é a partilha da Índia britânica, em 1947: até então o vernáculo indiano oficial com o inglês era visto como uma língua só (ao menos pela visão ocidental) com os nomes de híndi, urdu e hindustâni; depois, o híndi tornou-se a língua oficial da Índia e o urdu, a do Paquistão. Um terceiro exemplo: quando a Indonésia se tornou independente da Holanda, em 1945, escolheu-se oficializar a língua franca do

---

<sup>58</sup> “En otras palabras, el modelo ideal de sociedad es monolingüe, monoétnica, monorreligiosa y monoideológica. El nacionalismo, entendido como la lucha por mantener a los grupos en su ‘pureza’ y homogeneidad en la medida de lo posible, es considerado una actitud positiva dentro del dogma de la homogeneidad. Las sociedades pluriétnicas o plurilingües son vistas como potencialmente problemáticas, porque necesitan formas de organización estatal que se oponen a las características ‘naturales’ de los agrupamientos humanos.”

arquipélago: o malaio, mas não com esse nome, e sim com o de *bahasa Indonesia*, ou seja, “língua da Indonésia”. (Cf. BERNÁRDEZ, 2004, p. 30-31, ZABALTZA, 2006, p. 45-46)

Mais exemplos não faltam, exemplos que demonstram que a relação que se estabeleceu entre a língua e a nação na contemporaneidade mais recente é uma autêntica simbiose: a língua ajuda a fazer a nação, e a nação também ajuda a fazer a língua. Mais que isso: são casos que mostram que às vezes o nacionalismo chega a ser um narcisismo de pequenas diferenças. Qualquer divergência pode ser útil para se contrapor ao outro. No caso de sérvios e croatas serviram os alfabetos: aqueles escrevem no alfabeto cirílico e estes no latino; o mesmo motivo opõe indianos e paquistaneses: o híndi é escrito no alfabeto devanágari e o urdu no arábico, se bem nesse caso a isso se somam a influência maior do sânscrito sobre o híndi e a do persa sobre o urdu. E falando de influências, até mesmo a desempenhada pela língua do colonizador pode ser ressignificada como particularidade da língua nacional, como acontece no caso do malaio e do indonésio: aquele tem influência do inglês e este, do holandês.

Enfim, creio que todo este arrazoado é bastante para dar, a modo de remate, uma resposta sucinta, agora devidamente fundamentada, ao decálogo. Primeiro, as fronteiras entre as línguas parecem bem claras porque as fronteiras de algumas línguas usadas nas cortes de príncipes soberanos (línguas, por isso, “cardeais”, “reais” e “curiais”) no começo da Era Moderna foram “esticadas” até coincidirem com as dos domínios desses príncipes e que foram identificadas com as nações quando os domínios dos príncipes soberanos cederam às nações-Estado soberanas. Isso não apagou a conjuntura mais antiga: a concorrência de uma língua supraestatal, hoje se dirá *internacional*, que até meados do século XVIII foi o latim, depois o francês e atualmente o inglês, e dos códigos vernáculos, cujas fronteiras costumam ser claras apenas quando não têm a mesma origem ou quando a origem comum é muito distante, e mesmo assim é possível haver códigos híbridos. Não obstante, cabe reconhecer que a intervenção do Estado, mormente do Estado-nação por meio dos seus aparelhos para propagar a crença em uma nação uniforme, tem deixado marcas nas paisagens linguísticas. Assim, os códigos não padronizados foram intensamente inferiorizados, independentemente das distâncias estruturais deles para a língua nacional, de modo que em vários lugares houve a quebra da sua transmissão à geração póstera, que tomou por vernáculo um código mais próximo à língua-padrão, fortalecendo, então, a uniformidade da comunidade baseada sobre esta e, por conseguinte, reforçando as suas fronteiras. (Cf. SIFRE, 2005, p. 56-59)

Segundo, a diferença entre os conceitos de língua e de dialeto (ou *linguajar*, *patois*, *Mundart* etc.) é uma hierarquização própria do pensamento linguístico ocidental e

moderno, mais próxima à observação da paisagem linguística até meados do século XVIII e voltada aos interesses do Estado-nação desde então, quando mesmo códigos muito diferentes da língua nacional, mas desprovidos de todo amparo estatal, têm sido rebaixados a dialetos. Isto aconteceu mesmo a línguas padronizadas: por exemplo, à direita do rio Reno, na Alemanha, (região de Baden) fala-se alemão, mas à esquerda, na França (região da Alsácia), fala-se *patois alsacien*. A França é talvez o Estado europeu mais exitoso na empresa de uniformização linguística, considerando a sua conjuntura sociolinguística ao transitar da monarquia feudal para a autoritária, graças a uma escolarização massiva ainda durante o século XIX, que usou e abusou de violência física e simbólica para catequizar as gerações em formação para a doutrina nacionalista do Estado, que convertia a França quase que em uma entidade da natureza. (Cf. MORENO CABRERA, 2000, p. 47-52)

Terceiro, o acúmulo de um patrimônio literário foi efetivamente muito importante para a formação das línguas-padrão. Para começar, escrever literatura em vulgar quando não era algo que se fazia normalmente foi romper uma barreira sociolinguística, uma das primeiras barreiras entre o latim e o vernáculo que foram rompidas. Rompia-se também uma barreira ideológica: dava-se uma mostra de que a diferença entre o latim e o vernáculo podia não estar na essência de cada um, mas sim na adaptação de cada um a determinados âmbitos. Além disso, fazer literatura em vernáculo era praticar a escrita nessa língua. Sem haver uma norma-padrão, isso impelia cada escritor a ter de fazer as suas próprias escolhas de variantes gráficas, morfológicas, sintáticas e léxicas. Como essa prática social não se beneficiava com escolhas particulares por cada autor, pouco a pouco foram-se impondo certas escolhas como comuns. Novamente, a geografia da “revolução” da gramatização é esclarecedora: não é à toa que se tenha desencadeado no sul, majoritariamente românico, onde certos vernáculos tinham três séculos ou mais de literatura. Quando Antonio de Nebrija ou Fernão de Oliveira compuseram as suas gramáticas, não precisaram, por exemplo, afrontar um dilema de como grafar as consoantes palatais nasal [ɲ] e lateral [ʎ], pois a tradição literária já tinha fixado as convenções comuns: <ll> e <nn> (ou <ñ>) em castelhano e <lh> e <nh> em português. Todavia, por mais importante que tenha sido a produção literária para a padronização de certos vernáculos, não foi a condição decisiva. Assim, nem a esplendorosa poesia dos trovadores – o primeiro movimento estético-literário em língua vulgar – nem a poesia de Frédéric Mistral, galardoada com o Prêmio Nobel de Literatura em 1904, salvaram o provençal de se espedaçar e ser rebaixado a *patois provençal*, *patois languedocien*, *patois limousin*, *patois gascon* etc. O decisivo é o poder: é ter sido a língua do príncipe ou, na contemporaneidade, ter amparo estatal. (Cf. SIFRE, 2005, p.59-65; AUROUX, 2009, p. 67)

Quarto, pode-se dizer que nos países de maioria católica a vitória do vernáculo sobre o latim se completou em 1963, quando a constituição *Sacrosanctum Concilium*, no bojo do Concílio Vaticano II, derrubou o último bastião do latim, permitindo a celebração da liturgia latina em língua vernácula. Data tão recente demonstra como a “luta” foi prolongada. Como disse antes, sempre que alguém ousava empregar o vernáculo onde até então estava vedado, o espaço do latim contraía-se. No entanto, chega a ser curioso que o discurso que sustentava o prestígio do latim tenha sido o mesmo de que os apologistas do vernáculo se valeram para confrontar tal prestígio. Como expus, no tempo de Dante o latim e o mundo do estudo estavam de tal modo imbricados que se podia chamar a essa língua simplesmente *gramática*. Desenvolveu-se uma escola de filosofia da linguagem a partir do pressuposto de que essa gramática era universal: a Gramática Especulativa, cujo nome já a ilustra: “especulativa” porque espelha (*speculat*) a realidade. Sobre o latim pairava uma aura de racionalidade, antiguidade, autoridade e consenso. Agora cabe fazer uma correção: a padronização do vernáculo não derrubou o prestígio do latim, mas o tomou para si. As línguas vernáculas padronizadas passaram a ser as racionais, as antigas, as autorizadas e as consensuais. Com uma diferença em relação ao latim: salvo um ou outro caso raro, como de Montaigne, ninguém era constrangido a aprender o latim como a sua língua materna; Dante deixa isso claro quando lhe chama *locutio secundaria*, por ser aprendida pela força do estudo. Em contrapartida, o Estado-nação coage o sujeito a não só saber a língua nacional, mas também a tê-la como a sua língua materna. (Cf. NADAL, 1999, 18-19)

Quinto, tudo que tenho dito neste capítulo a respeito do conceito de língua, e, complementarmente, do de dialeto, é como foi fabricado no Ocidente até a emergência dos Estados-nação no século XIX. Evidentemente, desde então até a atualidade seguiu evoluindo. Efetivamente, a partir do desenvolvimento do estudo histórico-comparativo das línguas, forjou-se uma “língua dos filólogos”. Isso e os desdobramentos disso serão tratados adiante. Aqui se pode adiantar, porque já foi mais ou menos adiantado, que essa “língua dos filólogos” foi legada aos linguistas, e dentro da Linguística atual há de fato um entendimento geral de que as línguas são conjuntos de dialetos (Cf. MORENO CABRERA, 2000, p. 53-58; SIFRE, 2005, p. 19-20). Os problemas (não há só um!) são: de um lado, a ocidentalidade do conceito *língua* (reveja-se o caso do chinês); de outro, a plena vigência de olhares oitocentistas sobre língua e nação (reveja-se o caso do servo-croata).

Sexto e sétimo, o conceito de língua é tão dependente do amparo do Estado que quando um Estado resolve promover um código, possivelmente visto como um dialeto, a língua, qualquer elemento distintivo é proveitoso. Assim, a língua romena foi escrita no

alfabeto cirílico desde as datas dos seus documentos remanescentes mais antigos até 1860 porque o seu território estava dentro da comunidade supraestatal que era a Igreja Ortodoxa, cuja língua era o eslavo eclesiástico entre os eslavos, vizinhos dos romenos ao norte e ao sul. No dito ano de 1860, adotou-se definitivamente o alfabeto latino porque não era apropriado que uma nação latina usasse a escrita dos eslavos, um exemplo de nacionalismo de argumento historicista. Porém, quando, em 1940, a União Soviética anexou a região da Bessarábia e instalou aí a República Socialista Soviética da Moldávia, a língua vernácula não só passou a chamar-se *moldavo* do lado soviético da fronteira, mas também voltou a ser escrita pelo alfabeto cirílico, mas segundo o uso russo. Em 1989, em meio ao ocaso da União Soviética, o moldavo foi feito língua oficial e o alfabeto latino foi restaurado, e quando a independência chegou, em 1991, voltou a ser chamado *romeno*, mas a Constituição de 1994 retrocedeu à denominação *moldavo*. Provavelmente, há mais diferenças entre o padrão europeu e o brasileiro do português ou entre o padrão britânico e o americano do inglês do que entre o padrão romeno e o moldavo. Com efeito, a diferença mais sensível entre um e o outro é, quiçá, o fato de que a vogal alta central [ɨ] é grafada <â> em posição medial pelo primeiro e indistintamente <î> pelo segundo (por exemplo, *român/romîn* “romeno”). Os nacionalismos são oportunistas: aproveitam-se do que lhes convier para alcançar os seus propósitos. (Cf. ZABALTZA, 2006, p. 112-113, 192. BURKE, 2010, p. 68)

Oitavo, como disse no comentário ao quarto ponto, a padronização do vernáculo não desbancou o prestígio do latim, mas o tomou para si, e um dos fatos da história da língua latina evocado para justificar tal prestígio era o fato de vir sendo usado há centenas de anos sem ter sofrido mudanças substanciais. Isso é verdade, mas cabem duas precisões. Em primeiro lugar, não foi a língua histórica *latim* que atravessou os séculos quase sem mudar, mas sim a sua norma literária, fundamentada sobre as obras dos autores que viveram no século I a.C., sobretudo dois: Públio Virgílio Marão (70-19 a.C.) na poesia e Marco Túlio Cícero na prosa. Essas obras gozaram de tal fortuna crítica que não se procurou fazer com que a norma literária acompanhasse minimamente as transformações que iam ocorrendo na fala, as quais desembocaram no romance. Depois, foram necessárias ao menos duas grandes intervenções para conservar a fixidez e imutabilidade do latim: a primeira, obra por Alcuíno de York (735-804), a serviço de Carlos Magno, rei dos francos (768-814), durante o chamado Renascimento Carolíngio, e a segunda, pelos humanistas, durante o Renascimento propriamente dito. Em ambos os casos, a prática escrita andava distanciando-se do padrão clássico, sendo, então, reaproximada a ele. Seja como for, é uma dimensão do prestígio do latim que tem sido transferida com reserva aos vernáculos padronizados, sob pena de lhes

acontecer o mesmo que aconteceu ao latim: a obsolescência por distanciamento. (Cf. NADAL, 1992, p. 45-54; NADAL, 1999, p. 25-31)

Nono, como disse no momento justo, a palavra *dialeto* não entrou nas línguas europeias modernas por meio do seu uso contínuo desde a Antiguidade, mas sim por importação direta do grego antigo durante o Renascimento. A palavra *dialeto* é originariamente um tecnicismo, e se ela se estendeu ao uso comum foi por obra dos próprios estudiosos da Linguagem. Os gramáticos, filólogos e linguistas – junto com filósofos, historiadores e sociólogos – têm grande responsabilidade em relação ao que os “leigos” pensam sobre as línguas, e esta é uma dimensão que será, precisamente, estudada aqui. (Cf. BERNÁRDEZ, 2004, p. 33-36; SÜSELBECK, 2008)

Décimo e último, parece que alguns códigos merecem levar o nome de língua, enquanto outros são alguma outra coisa diferente, como um dialeto, um linguajar, um *patois*. Parece que as línguas merecem tal qualificação porque são racionais: as suas regras espelham e as suas formas exprimem o pensamento arguto; dialetos, linguajares, *patois* são alógicos. Porque são antigas: a sua palavra bela e precisa é aquela de que fez uso o poeta ou prosador ancestral que enobreceu a língua; dialetos, linguajares, *patois* são novéis. Porque são autorizadas: os autores mais talentosos, mais engenhosos, mais esmerados escreveram nelas; dialetos, linguajares, *patois* são desabonados. Porque são consensuais: elas coerem a nação, fazem dos vários um; dialetos, linguajares, *patois* são desagregadores. Parece, porque nos ensinaram a vê-los assim. (Cf. TUSON, 2002)

#### 4 A CIÊNCIA COMO PRÁTICA SOCIAL

No capítulo anterior, cheguei ao entendimento de que o conceito de língua, assim como o seu par dicotômico, que é o dialeto, são criações ocidentais e modernas, resultadas da conversão de certos códigos vernáculos europeus primeiro em línguas estatais e logo em línguas nacionais, em uma luta para contra-arrestar o uso, acima, do latim e, abaixo, de outros vernáculos. O problema, que é o problema encarado por esta pesquisa, é que, além de ter acontecido isso, as línguas foram tomadas por objeto de uma ciência nova, e até hoje uma das condições desse conhecimento é ter validade universal.

No primeiro capítulo, busquei traçar como os Estudos da Linguagem se desenvolveram no Ocidente até o século XIX e, daí, como a Filologia e a Linguística têm compartilhado e dividido esse espaço segundo os olhares de filólogos portugueses e brasileiros. Convém, ainda, lembrar que no momento em que os estudiosos da linguagem começaram a pleitear um lugar entre os cientistas, o fazer filológico consistia, em grandes linhas, nos labores da Crítica Textual e da Ecdótica, isto é, ler, editar e comentar textos escritos, mormente obras literárias antigas. Entretanto, sendo este um fazer pouco disciplinado, no sentido em que, mesmo se valendo da mecânica lachmanniana, o juízo do filólogo continuava a guardar relevância, e pouco disciplinar, no sentido em que era preciso transitar por searas várias do conhecimento para alcançar a edição rigorosa, enquadrava-se bastante mal dentro das condições, cada vez melhor estabelecidas, para chancelar dado conhecimento como ciência.

A primeira condição que o estudioso da linguagem teve de cumprir para se converter em cientista foi afastar-se da vida. Não se diz isto aqui a partir de nenhum pressuposto naturalista; ao contrário: quer-se dizer que o filólogo teve de abandonar o estudo da linguagem na vida, mais precisamente em textos escritos por alguém em certo lugar e em certo tempo, para estudá-la como se estivesse dentro de um laboratório, longe de qualquer “contaminação”. Em outras palavras, imiscuído de vida como estava, o filólogo devia abstrair o seu objeto de estudo, ou, como afirma Santos (2010, p. 24), “a ciência moderna desconfia sistematicamente das evidências da nossa experiência imediata. Tais evidências, que estão na base do conhecimento vulgar, são ilusórias”.

Antes de abordar a próxima condição, antevê-se na citação de Santos a consequência dessa primeira: o conhecimento fora da vida vai contrapor-se ao conhecimento dentro da vida, aquilo a que se tornou conveniente chamar *sensu comum*. Por sua vez, isto



comporta a consequência de o estudioso, agora cientista, assumir uma espécie de sacerdócio, tanto que toma emprestado ao jargão eclesiástico a palavra para se referir a quem não pertence à sua comunidade sacerdotal: *leigo*. Tratando da Linguística, que, no momento em tela não se diferencia da Filologia, Rajagopalan (2003, p. 132) observa:

A linguística enquanto disciplina moderna, desde seus primórdios, desenvolveu seus conceitos básicos à revelia do senso comum, a partir de uma premissa que se convencionou chamar de “*clean-slate principle*” (princípio de lousa limpa) [...]. O senso comum sempre foi tratado como um empecilho, algo a ser sumariamente descartado, a fim de que a reflexão teórica pudesse ser conduzida de maneira livre.

No fundo, os filólogos precisaram acomodar-se à condição de as ciências modernas serem álgebras. Pela Álgebra (singular e maiúscula), toma-se dado objeto e chega-se à sua estrutura e ao seu funcionamento. Fazer ciência é partir, medir, contar para descobrir relações e, enfim, classificar. Seja uma roda, um animal, uma planta, uma sociedade ou uma língua, tudo tem uma estrutura, que permite um funcionamento, os quais é dever da ciência descobrir, posto que o senso comum os alcança de forma deturpada.

Com efeito, qualquer um que tenha recebido uma educação ocidental está familiarizado com esse discurso, ainda que seja o discurso da ciência no século XIX! Tudo tem leis: as leis da natureza, as leis da sociedade e... as leis da língua, o que se funda sobre o pressuposto de um mundo estável, onde reina uma ordem ao alcance do olhar daquele que souber trabalhar para vê-la.

Recorro novamente à lição de Santos (2010, p. 30):

As leis, enquanto categorias de inteligibilidade, repousam num conceito de causalidade escolhido, não arbitrariamente, entre os oferecidos pela física aristotélica. Aristóteles distingue quatro tipos de causa: a causa material, a causa formal, a causa eficiente e a causa final. As leis da ciência moderna são um tipo de causa formal que privilegia o *como funciona* das coisas em detrimento de *qual o agente* ou *qual o fim* das coisas. É por esta via que o conhecimento científico rompe com o conhecimento do senso comum. É que, enquanto no senso comum, e portanto no conhecimento prático em que ele se traduz, a causa e a intenção convivem sem problemas, na ciência a determinação da causa formal obtém-se com a expulsão da intenção.

Mas, no caso dos Estudos da Linguagem, já não havia a Gramática a lidar com as leis da língua? Por que, então, forjar uma ciência da linguagem como se não houvesse uma? Sim, sem dúvida a Gramática consistia, como consiste ainda, em um estudo de leis. Todavia, era e é um estudo de leis a serviço do uso; é verdade que do uso julgado certo, mas, mesmo assim, dum uso. Neste sentido, a Gramática permaneceu e permanece fiel à definição de Dionísio Trácio: uma *εμπειρία* ou conhecimento prático. Portanto, não servia como ciência; não possuía o necessário desinteresse para tal.

Quando filólogos – repita-se: homens que conheciam mais de uma língua e seguiam as suas mudanças em contato com documentos produzidos em diferentes momentos – descobriram regularidades, confrontando as divergências entre duas ou mais línguas semelhantes, toparam com uma possibilidade de um estudo da língua que, como a Gramática, se ocuparia igualmente de leis, precisamente tais regularidades, mas que, ao contrário dela, comportaria o exigido distanciamento da experiência. Efetivamente, tão longe da experiência que objetivava descobrir os vestígios e reconstruir uma língua há muito perdida.

Assim, a Filologia, até então um fazer exemplarmente humanístico, pela sua dependência da experiência humana plasmada em textos escritos em distintos tempos e pela sua dependência de conhecimentos vários, teve de se tornar mais uma das álgebras oitocentistas que são as ciências modernas, para, não mais subjetiva mas sim objetiva, abstrair a realidade, estabelecer leis universais e produzir previsões fiáveis.

Tão longe assim das vidas dos homens, sem os quais não existem, as línguas só podiam converter-se, aos olhos e pelas mãos dos novos cientistas da linguagem, em entes da natureza. Por aqui, o filólogo alcança a perfeição do cumprimento de outra condição para ser cientista, já enunciada rapidamente: o desinteresse. Diferentemente de um sacerdote cristão, que tem a obrigação de zelar pela sanidade das almas, o cientista moderno é um sacerdote que não se envolve – ao menos não enquanto cientista – com os problemas que afligem o homem (ele não é filósofo) ou o cidadão (ele não é político), gerados pelo próprio homem e pelo próprio cidadão. O problema é desanuviar a escuridão da realidade que esconde a estrutura e o funcionamento da mundo-máquina. Rajagopalan (2003, p. 15) ocupa-se dessa questão:

Questões de ordem ética, via de regra, não são levantadas quando o que está em pauta é a língua natural. Isso tem a ver justamente com o fato de a língua ser considerada um fenômeno *natural*. Existe uma crença, amplamente compartilhada, de que a natureza desconhece qualquer espécie de ética. Ninguém, por exemplo, discute a dimensão ética de um desastre natural, como um terremoto, por exemplo. [...] O acontecimento em si, quando é percebido como além do controle humano direto, como no caso de um terremoto, é entendido como algo acima das considerações éticas [...].

Essa pretensa isenção concorre com a necessidade de abstração para produzir um conhecimento pretensamente neutro, o que permite cumprir mais uma condição da ciência moderna: desautorizar qualquer outra forma de conhecimento. É uma cadeia de consequências: abstrai-se o objeto de estudo de contaminações mundanas, que é analisado por um método racional; a razão é uma capacidade humana, isto é, independentemente do lugar e do tempo, qualquer humano que analisar esse objeto por esse método chegará às mesmas descobertas, então o conhecimento produzido dessa maneira é universal. Mas como

semelhante crença (ou não se segue crendo que os descobrimentos científicos são universalmente válidos?) pôde chegar tão longe, se pelo humilde percurso acerca do conceito de língua, angular para uma das ciências modernas, no capítulo anterior, é palmar o seu caráter ocidental, portanto, por mais extenso que seja o Ocidente, o seu caráter local?

Para responder a esta pergunta, à semelhança da argumentação a partir do decálogo de Sifre sobre as línguas, mas diferentemente deste, porque não afirma o pensamento hegemônico para contra-argumentá-lo em seguida, mas já resume contra-argumentações a ele, partirei de quatro afirmações de Santos (2010):

1. Todo o conhecimento científico-natural é científico-social;
2. Todo o conhecimento é local e total;
3. Todo o conhecimento é autoconhecimento;
4. Todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.

O que indaguei há pouco foi possível, para começar, porque a constituição de ciências do século XIX para cá tem omitido dois fatos. No primeiro já toquei: é o fato de todas as ciências deverem pautar-se segundo a episteme da Matemática (como disse, álgebras). Dentre as então Humanidades, os cultores da Filologia foram uns dos que conseguiram fazer isso mais facilmente, porque foi muito fácil transformar as línguas em objetos naturais, como vegetais que o homem pode plantar sobre certo terreno, podar ou cortar, mas que têm vida por si. É fácil crer e fazer crer que o que se sabe está acima de qualquer comprometimento social quando o que se faz é difundido como a descoberta da estrutura e do funcionamento de algo que nasce, cresce e morre independentemente da ação de uma pessoa. Trocando em miúdos, nem o físico nem o moleiro podem mudar como o vento se estrutura e funciona; haja ou não um físico e um moleiro para estudá-lo e usá-lo, o vento soprará; o filólogo e o falante não podem mudar a maneira como a língua se estrutura e funciona, e, haja-os ou não, a língua devirá.

O problema é que toda a alegação tecida no capítulo anterior contradiz profundamente esse axioma: as línguas foram usadas (assim mesmo, na voz passiva, pois elas mesmas não fizeram nada, mas foram pessoas que fizeram coisas com elas) para descompor pouco a pouco a grande comunidade letrada que era a Europa leitora de latim, a favor da competição entre comunidades menores até a mais forte se impor, para viabilizar o funcionamento de monarquias autoritárias e para construir nações. E para fazer tudo isso, como argumentado, valeu tudo, como alçar “dialetos” a “línguas” da noite para o dia e rebaixar “línguas” a “dialetos” do dia para a noite. Como pode ser autônomo algo submetido a tamanha manipulação, que fica ao sabor do ordenamento político dos homens? Alguém pode

arguir: mas a estrutura e o funcionamento se salvam de tais ingerências. Outro problema: gramáticas e léxicos que existem apenas nas obras filológico-linguísticas são como as línguas perdidas, achadas pelos comparatistas: uma invenção, por mais bem fundamentadas que sejam. E mesmo admitindo a salvaguarda da léxico-gramática, zune a pergunta: léxico-gramática de quê? De uma língua? Mas o que é uma língua? Transformar as línguas em objetos naturais é epistemicamente fácil ou, melhor dito, simplório, tanto que o questionamento disto pode parecer mesmo angustiante:

Trata-se de um desejo de fazer da linguística uma ciência a qualquer custo, mesmo que isso implique ter que abrir mão de qualquer preocupação de ordem prática – já que, questões de ordem prática (por ex. ensino ou planejamento linguístico) envolvem relações entre pessoas, o que por sua vez prejudicaria o tratamento científico daquelas questões. (RAJAGOPALAN, 2003, p. 43)

Contudo, apesar da fragilidade, é preciso reconhecer que essa comodidade epistêmica é autossustentável, como argumenta o mesmo Rajagopalan (2003, p. 26-27):

[E]nquanto se insistir numa definição do que é a língua em primeiro lugar, definição que parta da ideia de que todas as línguas se constituem em sistemas autossuficientes, simplesmente não se pode imaginar que qualquer “dato empírico” recolhido de forma aleatória possa um dia vir a mostrar as limitações daquela mesma definição. A crença na existência de dados teoricamente inocentes e neutros é um dos mitos que ainda rondam o imaginário do cientista [...].

Vislumbra-se a este ponto que o problema é mais profundo (o segundo fato omitido): o objeto pode até ser natural (as línguas podem não o ser, mas seguramente há ciências que se debruçam sobre a natureza), mas será natural o fazer científico sobre esse objeto? A razão que preside a análise científica é, sim, humana, natural enquanto capacidade dessa espécie animal, porém essa razão depende de um corpo, esse corpo pertence a uma pessoa e essa pessoa existe em certo lugar e em certo tempo e age pela linguagem: “é preciso considerar a linguística não apenas como campo do saber, mas como uma prática discursiva. E considerar que toda prática discursiva envolve processos de produção, distribuição e consumo de textos cuja natureza depende dos diferentes tipos de discurso” (ALENCAR, 2005, p. 27).

Efetivamente, a única garantia de que a ciência moderna é o único conhecimento racional é a própria afirmação disto por parte dos cientistas, aquilo a que Ferreira (2012, p. 298) chama *atitude dóxica*:

É por essa circunstância dogmática que me dirijo à *doxa* bourdieusiana, que não está para uma maneira de pensar ou de julgar, mas sim para uma “atitude dóxica”, ou seja, aderência a “um conjunto de crenças, associadas à ordem das coisas próprias de um dado universo [campo universitário], que se impõem de maneira pré-reflexiva, logo indiscutíveis, como evidentes e inevitáveis”.

Precisamente por não haver nenhuma outra garantia disto, parece bastante razoável postular que, como qualquer outra prática discursiva, o discurso científico pode ser atravessado por uma ou mais ideologias, conforme um entendimento do que é ideologia, que exporei mais adiante. Por enquanto, interessa chegar ao reconhecimento de Santos (2010, p. 36) de que

as ciências sociais não dispõem de teorias explicativas que lhes permitam abstrair do real para depois buscar nele, de modo metodologicamente controlado, a prova adequada; as ciências sociais não podem estabelecer leis universais porque os fenómenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados; as ciências sociais não podem produzir previsões fiáveis porque os seres humanos modificam o seu comportamento em função do conhecimento que sobre ele se adquire; os fenómenos sociais são de natureza subjectiva e como tal não se deixam captar pela objectividade do comportamento; as ciências sociais não são objectivas porque o cientista social não pode libertar-se, no acto de observação, dos valores que informam a sua prática em geral e, portanto, também a sua prática de cientista.

O autor trata aí das Ciências Sociais, mas não sendo a língua um objeto natural, como venho argumentando, o que se diz das Ciências Sociais no que diz respeito à epistemologia vale igualmente para os Estudos da Linguagem. Mas Santos não se detém nesse reconhecimento: ora, se o fazer ciência é uma prática social sem nenhuma garantia de desinteresse ou isenção a não ser a própria crença nisto, segue-se que não são os estudiosos das Humanidades que devem, como diz Rajagopalan citado, constituir-se cientistas conforme o molde das Ciências Exatas e Naturais, mas são os praticantes que necessitam considerar se não “padecem” das mesmas limitações. E não adianta sequer tentar fugir dessa implicação, abrigando-se dentro de um laboratório: será possível observar ou medir um objeto sem interferir nele, sem o alterar, e a tal ponto que o objeto a sair de um processo de medição não seja o mesmo que lá entrou? (Cf. SANTOS, 2010, p. 43)

A formulação das leis da natureza funda-se na ideia de que os fenómenos observados independem de tudo excepto de um conjunto razoavelmente pequeno de condições (as condições iniciais) cuja interferência é observada e medida. Esta ideia, reconhece-se hoje, obriga a separações grosseiras entre os fenómenos, separações que, aliás, são sempre provisórias e precárias uma vez que a verificação da não interferência de certos factores é sempre produto de um conhecimento imperfeito, por mais perfeito que seja.

Neste sentido, é pertinente aludir à discussão trazida por Ferreira (2012). Como tenho discorrido neste capítulo, o cientista moderno é um descobridor de leis: as leis que regem a natureza, a sociedade ou as línguas estão aí, fazendo o mundo-máquina funcionar silenciosamente; o cientista rompe o silêncio e revela essas leis. Mas serão mesmo descobridores? Ou não serão feitores delas, ou seja, legisladores? Assumindo que até mesmo

o objeto analisado em laboratório, com o mais rigoroso controle, é atravessado por alterações pelo simples fato de ser observado por certo sujeito, conclui-se que a ciência moderna é um conhecimento de legisladores. E atine-se para o fato de que quem legisla que A é B não costuma abrir-se à possibilidade de A ser mais ou menos B, ou, em outras palavras, a ciência moderna ser um conhecimento de legisladores comporta a consequência de se pautar por um regime de verdades, entenda-se: cada cientista busca descobrir a Verdade. Trata-se de uma corrida sem fim do mais jovem atrás de provar que o que o mais velho desvendou é falso e que ele, o mais jovem, acabou de chegar mais perto da Verdade (“todo teórico é movido pelo desejo de estabelecer que o mundo – tal como foi apresentado por outro – não passa de mera aparência, e que o verdadeiro mundo é aquele que só pode ser enxergado com os recursos fornecidos pela nova teoria”, RAJAGOPALAN, 2006, p. 74). Uma corrida, diga-se de passagem, da qual este trabalho, que apesar de propor uma reflexão crítica sobre a própria ciência, não escapa, sendo tão acadêmico quanto qualquer outra pesquisa científica moderna ou pós-moderna. Como atenta Ferreira (2012, p. 293): “Já o ‘intérprete’, pós-moderno, não visa a eliminar a ‘tradição’ do legislar; sua função é questionar a perspectiva essencialista da tradição geradora de Verdade universalizante, até porque, como já anotado anteriormente, precisa-se do fetiche para desconstruí-lo”.

*Intérprete* é, pois, quem tem uma atitude alternativa ao legislar. Intérpretes não derogam as leis, mas, ao contrário do que costuma acontecer aos legisladores, podem estar abertos à possibilidade de A ser B para si e de A ser mais ou menos B para outro, por se saber sujeito de uma interpretação dentre outras possíveis. Em outras palavras, rui qualquer regime de verdade, acaba a corrida para provar a falsidade da teoria vigente e fazer ciência configurar-se como um modo de conhecer destinado a enlaçar-se com o senso comum. O totalitarismo da ciência moderna é quimérico: “a totalidade do real não se reduz à soma das partes em que o dividimos para observar e medir” (SANTOS, 2010, p. 44). Em vez de abordar uma simplificação arbitrária, por vezes tosca, da realidade, para, no dizer feliz de Rajagopalan citado, fazer ciência a qualquer custo, promove-se a interação com outros conhecimentos, até então proscritos.

Ora, o filólogo “pré-científico”, aquele – não custa repetir – que se dedica à edição de textos escritos mormente antigos, é um intérprete emblemático: sabe que a sua lição (“lição” no sentido de *lectio*, de *legere* “ler”) é uma dentre outras possíveis, que a sua escolha entre o escrito em uma cópia e aquele em outra é uma dentre outras possíveis, que a sua apresentação do documento é uma dentre outras possíveis, e sabe que todas as possibilidades

são, no mínimo, importantes, quando não mesmo necessárias. A agudez de Santos (2010, p. 71) alcança divisar essa “protipicidade” da Filologia como ciência humana:

O *ghetto* a que as humanidades se remeteram foi em parte uma estratégia defensiva contra o assédio das ciências sociais, armadas do viés cientista triunfalmente brandido. Mas foi também o produto do esvaziamento que sofreram em face da ocupação do seu espaço pelo modelo cientista. Foi assim nos estudos históricos com a história quantitativa, nos estudos jurídicos com a ciência pura do direito e a dogmática jurídica, nos estudos filológicos, literários e linguísticos com o estruturalismo. Há que se recuperar esse núcleo genuíno e pô-lo a serviço de uma reflexão global sobre o mundo. O texto sobre que sempre se debruçou a filologia é uma das analogias matriciais com que se construirá no paradigma emergente o conhecimento sobre a sociedade e a natureza.

Este trabalho permitir-se-á discordar de Santos apenas no que tange à afirmação de que foi com o estruturalismo que os Estudos da Linguagem foram convertidos à episteme moderna, já que pretende precisamente analisar a raiz oitocentista desse movimento.

Enfim, quanto menos totalitária for a ciência, mais avessa estará às reduções dicotômicas características do saber ocidental: natureza × cultura, natural × artificial, vivo × inanimado, mente × matéria, observador × observado, subjetivo × objetivo, coletivo × individual, animal × pessoa: “Pensar a partir de conceitos dicotômicos em lugar de ordenar o mundo em dicotomias”<sup>59</sup> (MIGNOLO, 2003, p. 150, tradução minha).

Em segundo lugar, a crença na universalidade da ciência chegou tão longe porque a sua constituição, assim como os seus conceitos fundantes, como o de língua, estão profundamente imiscuídos com a modernidade, ou seja, com a história da Europa na Idade Moderna, e esta dependeu e depende de um fenômeno pouco explorado cientificamente por uma ciência que só podia e só pode ser eurocêntrica. Trata-se daquilo a que Quijano (2000) chama *colonialidade do poder*.

No capítulo anterior, formei o entendimento de que foi desde o século XVI que o conceito de língua foi recebendo os contornos pelos quais é reconhecido até hoje, através de um percurso em que o conceito aparece diretamente ligado ao poder: primeiro, a estatização de algumas línguas e, depois, a nacionalização das mesmas e de outras. O citado Quijano analisa precisamente como, durante o mesmo período, outras categorias vieram sendo forjadas também em relação direta com o poder. Assim, observa que foi na vivência colonial que conceitos como *português*, *espanhol* ou *européu* deixaram de ter uma referência expressamente geográfica para assumir uma conotação racial. O mesmo aconteceu ao conceito de índio (convém lembrar que esse conceito tinha também originalmente uma referência geográfica expressa: índio porque nascido nas Índias, sendo o continente americano

---

<sup>59</sup> “Pensar a partir de conceptos dicotómicos en lugar de ordenar el mundo en dicotomías.”

as Índias Ocidentais). Mais tarde, na vivência colonial britânica, da qual os índios estavam excluídos por terem sido expulsos e/ou dizimados do espaço colonial, os conceitos de branco e de negro vieram cumprir também essa função de distinguir raças.

A primeira utilidade da invenção da raça foi borrar diferenças. Onde veio ser o Brasil, por exemplo, o português topava ao menos com uma diferença: tupis e tapuias, sendo estes meramente a negação daqueles, consistindo, portanto, em uma multidão de povos tanto semelhantes como também muito distintos. O mesmo em relação aos escravos trazidos da África: diferenciavam-se, no mínimo, congos, traficados a partir de Luanda, e nagôs, a partir da Mina. Como justificar a sujeição, a escravização e o extermínio de tantos povos distintos? Para começar, tornando-os iguais: índios e negros.

Limadas as divergências entre os subjugados, ficou mais fácil aproveitar a segunda utilidade da raça: a civilização europeia, ou melhor, a Civilização, foi localizada como o ponto de chegada da história universal:

Assim todos os não europeus puderam ser considerados, de um lado, como pré-europeus e ao mesmo tempo dispostos em certa cadeia histórica e contínua desde o primitivo até o civilizado, do irracional ao racional, do tradicional ao moderno, do mágico-mítico ao científico. Em outras palavras, desde o não europeu/pré-europeu a algo que no tempo se europeizará ou se “modernizará”.<sup>60</sup> (QUIJANO, 2000, p. 225, tradução minha)

A este ponto convém, seguindo a reflexão de Rajagopalan (2006) sobre a Linguística, pontuar que o desenvolvimento da civilização ocidental, da Civilização, é a progressiva hegemonia do sujeito cartesiano, que, por amor da sua razão, torna-se capaz de descobrir o mundo e sobrepor-se à natureza, objetivando-os:

O que se realça nesse conceito de indivíduo solitário que dispensa a sociedade a seu redor é um ser autossuficiente e capaz de tomar conta do próprio destino. Não por acaso tal indivíduo chega, a partir do século XIX, a representar o próprio espírito aventureiro das nações europeias e suas conquistas de terras alheias. Está aí como prova o personagem de Robinson Crusó, do romancista inglês Daniel Defoe (personagem baseado na vida real de um marinheiro inglês chamado Alexander Selkirk). Após sofrer um naufrágio, Crusó não só dá a volta por cima, como consegue recrutar em benefício próprio um fiel escravo chamado Sexta-Feira. (RAJAGOPALAN, 2006, p. 157)

Efetivamente, o colono europeu encontrava, ao menos ao seu parecer, indivíduos dependentes dos laços sociais e sociedades dependentes da natureza. Estando, pois, a racionalidade cartesiana no ponto de chegada da evolução civilizatória, conseqüentemente o

---

<sup>60</sup> “Así todos los no-europeos pudieron ser considerados, de un lado, como pre-europeos y al mismo tiempo dispuestos en cierta cadena histórica y continua desde lo primitivo a lo civilizado, de lo irracional a lo racional, de lo tradicional a lo moderno, de lo mágico-mítico a lo científico. En otras palabras, desde lo no-europeo/pre-europeo a algo que en el tiempo se europeizará o ‘modernizará’.”



outro que se achava mais próximo à natureza só podia ser considerado primitivo e inferior. Isto é colonialidade do poder: muito antes de naturalizar objetos para permitir o desenvolvimento de ciências, os europeus naturalizaram as suas relações assimétricas de poder com os demais povos mediante o seu contato com eles durante a experiência colonial. Não se trata de um fenômeno próprio das histórias americana e africana; o próprio Estado moderno vingou à força da colonialidade do poder.

Como estudado no capítulo anterior, o conceito de língua, precisamente ele, foi um dos fatores a serviço do Estado para se fazer moderno. Vale lembrar que até então os territórios dos Estados europeus estavam repartidos em diversas comunidades linguísticas às quais se sobrepunha o uso da língua latina. No sul românico, não há sequer testemunhos categóricos de que se enxergavam o latim e os códigos vernáculos como “línguas” diferentes. Porém à medida que o Estado foi fortalecendo-se, foi estabelecendo-se o entendimento de que o território da língua do príncipe não era mais o da comunidade que a considerava sua, mas sim o próprio domínio do príncipe. A França é sempre um caso ilustrativo: o francês deixou de ser o vernáculo próprio da região da Ilha de França, onde fica Paris, para ser a língua da França, porque a língua do rei da França. Doravante, todos os súditos, não importa que códigos falassem, tinham de usar a língua do príncipe nas suas relações com o Estado, e as próprias aristocracias regionais tiveram de se tornar bilíngues. Isto é colonialidade do poder:

O processo tem, pois, um movimento histórico duplo. Começou como uma colonização interna de povos com identidades diferentes, mas que habitavam os mesmos territórios convertidos em espaços de dominação interna, isto é, nos mesmos territórios do futuro Estado-nação. E seguiu paralelamente a colonização imperial ou externa de povos que não só tinham identidades diferentes das dos colonizadores, mas que habitavam territórios que não eram considerados como os espaços de dominação interna dos colonizadores, isto é, não eram os mesmos territórios dos futuros Estados-nação dos colonizadores.<sup>61</sup> (QUIJANO, 2000, p. 227-228, tradução minha)

Mais que isto: Dussel (2000) golpeia o seu leitor fazendo-o dar-se conta de que a Europa ocidental não era nada de decisivo na conjuntura mundial antes de 1492. Na verdade, não havia sequer um “mundo”, mas “mundos” (ou, aproveitando o vocábulo grego usado pelo autor: *ecumenes*), e se um deles tinha uma maior e considerável extensão, não era o Ocidente europeu, mas sim o Islã sob a hegemonia do Império Otomano. A hegemonia europeia sobre o mundo, ou melhor, a criação do *mundo* (moderno) sob a perspectiva europeia, foi possível

<sup>61</sup> “El proceso tiene, pues, un doble movimiento histórico. Comenzó como una colonización interna de pueblos con identidades diferentes, pero que habitaban los mismos territorios convertidos en espacios de dominación interna, es decir, en los mismos territorios de los futuros Estados-nación. Y siguió paralelamente a la colonización imperial o externa de pueblos que no sólo tenían identidades diferentes a las de los colonizadores, sino que habitaban territorios que no eran considerados como los espacios de dominación interna de los colonizadores, es decir no eran los mismos territorios de los futuros Estados-nación de los colonizadores.”

graças ao sucesso da conquista da América, com o comércio através do Atlântico aportando grande riqueza aos Estados europeus:

O *ego cogito* moderno foi antecedido em mais de um século pelo *ego conquiro* (eu conquisto) prático do hispano-lusitano que impôs a sua vontade (a primeira “Vontade de Poder” moderna) ao índio americano. A conquista do México foi o primeiro âmbito do *ego* moderno. A Europa (Espanha) tinha evidente superioridade sobre as culturas astecas, maias, incas etc., em especial pelas suas armas de ferro – presentes em todo o horizonte euroafroasiático. A Europa moderna, desde 1492, usará a conquista da América Latina (já que a América do Norte entra em jogo apenas no século XVII) como *trampolim* para tirar uma “vantagem comparativa” determinante no que diz respeito às suas antigas culturas antagônicas (turco-muçulmana etc.). A sua superioridade será, em boa parte, fruto da acumulação de riqueza, experiência, conhecimentos etc., que aprovisionará desde a conquista da América Latina.<sup>62</sup> (DUSSEL, 2000, p. 48, tradução minha)

Mas isto não é tudo sobre a colonialidade do poder. A citação de Dussel contém a famosa sentença de René Descartes que preside a racionalidade moderna. Ora, se os europeus tinham chegado ao destino do progresso, logo o seu saber tinha, junto, alcançado a universalidade. Universal porque sediado em uma razão, porque superior aos corpos e independente do mundo; portanto, um saber objetivo. Explicando de outra maneira, mais arguta e lacônica, a razão substituiu a Deus na presidência do mundo. Deus não é, na doutrina cristã, universal? E não veda, segundo a mesma doutrina, que se adorem outros deuses, por isso falsos? Assim, “[a]s outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de saber, são transformadas não só em diferentes, mas também em carentes, em arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas”<sup>63</sup> (LANDER, 2000, p. 24, tradução minha). Isto é *colonialidade do saber*.

A colonialidade do poder e a colonialidade do saber são, pois, dois lados da mesma moeda que “compra” o convencimento de que a hegemonia europeia sobre os demais povos é natural. É natural que o europeu tenha ocupado o Novo Mundo, pois não tendo sido racional a ocupação indígena (não tendo feito, por exemplo, um uso produtivo da terra), não era legítima, estando, então, à disposição do primeiro colono que desejasse produzir nele. É natural que os índios bárbaros, que obstavam o gozo legítimo da terra pelo colono, fossem dizimados, que os índios mansos, que cultivavam ou podiam cultivar a terra, fossem

<sup>62</sup> “El *ego cogito* moderno fue antecedido en más de un siglo por el *ego conquiro* (yo conquisto) práctico del hispano-lusitano que impuso su voluntad (la primera ‘Voluntad-de-Poder’ moderna) al indio americano. La conquista de México fue el primer ámbito del *ego* moderno. Europa (España) tenía evidente superioridad sobre las culturas aztecas, mayas, incas, etc., en especial por sus armas de hierro – presentes en todo el horizonte euroafro-asiático. Europa moderna, desde 1492, usará la conquista de Latinoamérica (ya que Norteamérica sólo entra en juego en el siglo XVIII) como *trampolín* para sacar una ‘ventaja comparativa’ determinante con respecto a sus antiguas culturas antagónicas (turco-musulmana etc.). Su superioridad será, en buena parte, fruto de la acumulación de riqueza, experiencia, conocimientos, etc., que acopiará desde la conquista de Latinoamérica.”

<sup>63</sup> “Las otras formas de ser, las otras formas de organización de la sociedad, las otras formas de saber, son transformadas no sólo en diferentes, sino en carentes, en arcaicas, primitivas, tradicionales, premodernas.”

convertidos em bons cristãos e bons vassallos, e que negros, que não eram ou eram menos gente, fossem escravizados. É, enfim, natural que os europeus tenham regido toda essa missão civilizatória: “Aniquilação ou civilização imposta definem assim os únicos destinos possíveis para os *outros*”<sup>64</sup> (LANDER, 2000, p. 24, tradução minha). Com a ressalva de que o civilizar é a secularização do batizar:

Um elemento da tradição cristã que a tendência à secularização não só manteve mas intensificou foi o manifesto de universalidade contido no mandamento bíblico de levar a boa nova a todas as nações. As aspirações universalistas do cristianismo transformaram-se facilmente na ideia de uma civilização universal que podia progredir fazendo uso de princípios científicos. O progresso em direção à civilização viria quando se aplicassem as leis universais da física, da química e da biologia, apesar da miríade de *manifestações* superficiais das diferentes culturas.<sup>65</sup> (MIGNOLO, 2003, p. 364, tradução minha)

As línguas, como tenho arguido ao longo de todo este trabalho, desempenharam um papel relevante nesse processo. A começar por aquilo a que, seguindo Auroux (2009), se chamou “revolução tecnológica da gramatização”, isto é, a produção massiva, desde os anos derradeiros do século XV e durante todo o XVI, de tratados gramaticais sobre códigos vernáculos. Ora, os códigos que foram escolhidos nessa empresa não coincidem com aqueles que, como línguas dos príncipes, estavam sendo estatizados? Essa codificação não deixa de constituir uma forma de policiamento sobre a língua por parte do Estado, controlando-a ao seu serviço.

Isto fica muito patente quando se atenta para a codificação de línguas indígenas (para recordar algumas: em 1547, frei Andrés de Olmos escreveu a *Arte para aprender la lengua mexicana*<sup>66</sup>; em 1560, frei Domingo de Santo Tomás escreveu a *Gramática o arte de la lengua general de los indios de los reinos del Perú*<sup>67</sup>; em 1595, foi publicada a *Arte de gramática da língua mais falada na costa do Brasil*, escrita pelo padre José de Anchieta). Sob a aparência de um gesto respeitoso em face da população indígena, tais obras são provas materiais cabais da colonialidade do saber: de entrada, o uso dessas línguas, as chamadas línguas-gerais, já é, por si, resultado da intervenção colonial nas paisagens linguísticas indígenas pré-coloniais, ou, em outras palavras, as línguas-gerais são invenções coloniais para

<sup>64</sup> “Aniquilación o civilización impuesta definen así los únicos destinos posibles para los *otros*.”

<sup>65</sup> “Un elemento de la tradición cristiana que la tendencia hacia la secularización no sólo mantuvo sino que intensificó fue el manifiesto de universalidad contenido en el mandato bíblico de llevar la buena nueva a todas las naciones. Las aspiraciones universalistas del cristianismo se transformaron fácilmente en la idea de una civilización universal que podía progresar haciendo uso de principios científicos. El progreso hacia la civilización vendría cuando se aplicaran las leyes universales de la física, la química y la biología, a pesar de la miríada de *manifestaciones* superficiales de las diferentes culturas.”

<sup>66</sup> *Arte para aprender a língua mexicana*

<sup>67</sup> *Gramática ou arte da língua-geral dos índios dos reinos do Peru*

satisfazer uma necessidade básica – a comunicação com os indígenas – em um momento em que a aprendizagem de uma multidão de línguas indígenas ou a imposição da língua do colonizador eram inviáveis; depois, não foram escritas por indígenas, mas por colonizadores; não foram escritas nas línguas de que tratam, mas nas línguas coloniais; não foram pensadas a partir do que os povos falantes dessas línguas sabiam sobre elas, mas sim a partir do saber colonial, mais precisamente a partir da gramática latina:

A cultura acadêmica era precisamente o que faltava aos povos fora da Europa (astecas ou incas), ou se tinham chegado a possuí-la (como a China, a Índia ou o mundo islâmico), tinham-se tornado objeto de estudo (com a ascensão do “orientalismo”). Nos quinhentos anos de expansão ocidental e de criação de colégios, academias e universidades nas áreas colonizadas desde começos do século XVI, essa crença tornou-se tão forte a ponto de fazer com que as pessoas duvidassem da sua própria sabedoria, quando essa sabedoria não estava articulada nas línguas e nas instituições educativas ocidentais.<sup>68</sup> (MIGNOLO, 2003, p. 383, tradução minha)

E, é claro, a produção de tais obras destinava-se à catequese cristã, a qual, em um momento em que não havia distinção entre o Estado e a Igreja, era o que transformava o bárbaro em vassalo.

A colonialidade das gramáticas, tanto das línguas coloniais como das línguas indígenas, ainda é evidente pelo fato de estas terem sido excluídas do mercado do conhecimento, de lhes ter sido vedado o acesso a uma tecnologia como a imprensa:

[O] conhecimento e as formas de conhecimento exportam-se como qualquer outra mercadoria, e as línguas imperiais são as mediadoras nesse tipo de transações, desde os modelos para a reestruturação econômica até as teorias sobre as narrativas históricas, os argumentos éticos e as filosofias da linguagem.<sup>69</sup> (MIGNOLO, 2003, p. 339, tradução minha)

Nesse sentido, esse mesmo autor na mesma obra (p. 23) vale-se da metáfora do silêncio: as línguas mediadoras do conhecimento racional, objetivo e universal foram usadas para silenciar as línguas mediadoras de outros conhecimentos e outras formas de conhecer. Ao serem silenciadas, parece não existirem, que é aquilo a que passou a mirar a continuação do Estado moderno-colonial: o Estado-nação.

---

<sup>68</sup> “La cultura académica era precisamente lo que le faltaba a los pueblos fuera de Europa (aztecas o incas), o si habían llegado a poseerla (como China, India o el mundo islámico), se había convertido en objeto de estudio (con el ascenso del ‘orientalismo’). En los quinientos años de expansión occidental y de creación de colegios, academias y universidades en las áreas colonizadas desde comienzos del siglo XVI, esa creencia se hizo tan fuerte como para hacer que la gente dudara de su propia sabiduría, cuando esa sabiduría no estaba articulada en las lenguas e instituciones educativas occidentales.”

<sup>69</sup> “el conocimiento y las formas de conocimiento se exportan como cualquier mercancía, y las lenguas imperiales son las mediadoras en este tipo de transacciones, desde los modelos para la reestructuración económica a las teorías sobre las narraciones históricas, los argumentos éticos y las filosofías del lenguaje.”

Sempre útil recobrar o arrazoado de que o Estado moderno é, no que respeita às línguas, uma arena onde pugnam o latim, a língua dos letrados, a língua do príncipe, em vias de estatização, e os diversos vernáculos usados pela população que habita esse Estado. Já o Estado-nação é o território conquistado pela língua estatal em detrimento tanto do latim como dos demais códigos vernáculos:

Razão e conhecimento, no mundo moderno, pressupunham a pureza e a gramática de uma língua e, sem mencionar, a epistemologia viu-se misturada com as ideologias nacionais. O latim foi a língua do conhecimento e da sabedoria desde o Renascimento. Os avanços científicos em um mundo secularizado estavam relacionados com um determinado país e uma determinada língua.<sup>70</sup> (MIGNOLO, 2003, p. 326, tradução minha)

Vencida a mencionada disputa, o Estado-nação desencadeou uma operação que não comportava mais apenas o silenciamento das línguas subalternas, mas a sua própria negação: a língua estatal, já acoplada ao território do Estado, passou a ser acoplada à nação, e, conseqüentemente, também a uma cultura (a cultura nacional) e a uma literatura (a literatura nacional). O problema é que enquanto houvera uma língua estatal, não estorvava haver outras, desde que se respeitasse a hierarquia entre elas: a língua do príncipe e da aristocracia, superior, e as demais, inferiores. Trata-se de um espelhamento da própria sociedade do Antigo Regime. Porém, desde o momento em que a extensão da nação bateu com as fronteiras do Estado, momento em que se aboliram as hierarquias do Antigo Regime, não sobrou espaço nem físico (acoplamento da nação com o território do Estado) nem simbólico (acoplamento da nação com a cultura e com a literatura) para a existência de outras línguas. Em outras palavras, língua só podia ser a língua nacional; não havia brecha onde coubesse outra, e, assim, de parecer não existirem, porque silenciadas, as línguas subalternas deixaram mesmo de existir como tais, entrando em cena conceitos enunciados no capítulo anterior: dialeto, linguajar, *patois*, *Mundart*.

Mas os efeitos sobre a colonialidade do saber sobre as línguas não ficam aí, na subalternização, silenciamento e negação das línguas não estatais/nacionais. As próprias línguas estatais/nacionais podem e foram subalternizadas. Mignolo (2003, p. 365-373) observa que o chinês sozinho tem mais falantes que todas as línguas coloniais juntas, porém quem precisa, como acadêmico, aprender o chinês? O próprio português tem mais falantes que o alemão e o francês, porém o autor deste trabalho analisa obras científicas traduzidas do

---

<sup>70</sup> “Razón y conocimiento, en el mundo moderno, presuponían la pureza y la gramática de una lengua y, sin mencionarlo, la epistemología se vio mezclada con las ideologías nacionales. El latín fue la lengua del conocimiento y la sabiduría desde el Renacimiento. Los logros científicos en un mundo secularizado estaban relacionados con un determinado país y una determinada lengua.”

alemão para o francês, porque efetivamente a maior parte da ciência filológica oitocentista foi produzida nessas línguas. Não só da ciência filológica, mas também das demais ciências, da Filosofia e da literatura mais prestigiosa, em que ao alemão e ao francês se soma o inglês. Neste sentido, o próprio espanhol e o próprio português, línguas dos primeiros Estados coloniais, ficam subalternos: “Mas a questão não é tanto o número de falantes, mas sim o poder hegemônico das línguas coloniais no domínio do conhecimento, da produção intelectual e da cultura acadêmica”<sup>71</sup> (MIGNOLO, 2003, p. 368, tradução minha).

Enxergando-se, pois, que a colonialidade do poder e a colonialidade do saber são os dois lados de uma mesma moeda, que é a modernidade, a moeda com que se “compra” o convencimento do desenho global das histórias locais europeias, e que não há, portanto, modernidade sem colonialidade, compreende-se por que a crença na universalidade da ciência chegou tão longe, apesar de parecer tão evidente após o exame levado a cabo ao longo do capítulo anterior a ocidentalidade e modernidade de um conceito com que opera uma das ciências: o conceito de língua.

Do ponto de vista epistemológico, o conhecimento e as histórias locais europeias foram projetadas em desenhos globais; e isto inclui desde o sonho de um *Orbis Universalis Christianus* até a crença de Hegel em uma história universal que pudesse ser narrada de uma perspectiva que situasse a Europa como ponto de referência e de chegada.<sup>72</sup> (MIGNOLO, 2003, p. 77, tradução minha)

Denunciada a ciência moderna como conhecimento não universal, mas universalizado, portanto tão local quanto qualquer outro, cabe denunciar também, para completar o comentário à segunda afirmação de Santos, o afã que tem o cientista moderno de produzir um conhecimento especializado até as raiais do não poder mais, de cortar até atingir o átomo de cada coisa. Todo o conhecimento é local e total, porque, como diz Santos (2010, p. 75) em metáfora jocosa, o que se expulsa pela porta na análise científica volta depois pela janela, como a teoria fabricada em laboratório que, quando “aplicada” a um problema real, se esfarela. Em contrapartida, basta atentar para o labor do filólogo “pré-científico” para apreciar outra forma de conhecer que não expulsa nada pela porta que venha entrar depois pela janela: ele pode dedicar-se a estudar algo muito local e específico, como um documento notarial, mas a sua soltura disciplinar lhe permite produzir um conhecimento total no sentido em que é vivência, a sua vivência de sujeito que reúne condições para se aproximar de um

<sup>71</sup> “Pero la cuestión no es tanto el número de hablantes como el poder hegemónico de las lenguas coloniales en el dominio del conocimiento, la producción intelectual y la cultura académica.”

<sup>72</sup> “Desde un punto de vista epistemológico, el conocimiento y las historias locales europeas han sido proyectados en diseños globales; y esto incluye desde el sueño de un *Orbis Universalis Christianus* hasta la creencia de Hegel en una historia universal que pudiera ser narrada desde una perspectiva que situara a Europa como punto de referencia y de llegada.”

entendimento acerca das vivências testemunhadas por aquele documento tão local e específico.

Em terceiro lugar, a crença na universalidade da ciência chegou tão longe porque identificou cuidadosamente um objeto a ser conhecido por um sujeito conhecedor. Lander (2000) oferece um esquadrinamento dessa operação bem atraente, ao recuá-la até o relato judaico-cristão da Criação. Com efeito, segundo tal relato, o mundo foi criado por Deus, que também criou o homem à sua imagem e semelhança. A Deus deve-se dirigir toda a honra e toda a glória por ser o Criador, enquanto o mundo é uma criação à disposição do homem. O mundo está aí para servir ao homem. O mundo não é sagrado; ao contrário, opõe-se ao sagrado: o adjetivo *secular* vem, justamente, de uma das palavras latinas para “mundo”, que é *saeculum*.

Como tenho exprimido ao longo deste trabalho, um dos traços da modernidade é a secularização. À medida que a Idade Moderna avançava, a cristandade foi, cada vez mais, deixando de se reconhecer assim, para fazê-lo como civilização europeia: “A ‘civilização’ não era ainda uma palavra-chave para localizar os povos dentro ou fora do sistema. A ‘civilização’ entrou junto ao surgimento do Estado secular, com a mudança de espírito intelectual introduzido pelo Iluminismo”<sup>73</sup> (MIGNOLO, 2003, p. 362, tradução minha).

Assim, segundo Lander (2000), acompanhando a secularização da sociedade, os filósofos ocidentais puderam cada vez mais crer e fazer crer em uma razão que ocupava pouco a pouco o lugar de Deus na relação do homem com algo que está acima do seu corpo e com o que o cerca: o mundo. Antes disso, por exemplo, na universidade medieval(izante), não havia limites disciplinares, ao menos não como passaram a ser riscados desde a modernidade, entre teologia, filosofia e arte. Depois, a presidência da razão foi permitindo o loteamento do saber em campos que podiam ser cultivados sem o instrumental doutrinal religioso. Expulso Deus, o conhecimento produzido por uma razão soberana, acima do corpo e com o mundo aos seus pés, pôde, plausivelmente, ser tido por objetivo. Não é à toa que nas línguas europeias o adjetivo *razoável* (em espanhol *razonable*, em francês *raisonnable*, em italiano *ragionevole*, em inglês *reasonable*, em alemão *vernünftig* [*Vernunft* = “razão”], em tcheco *rozumný* [*rozum* = “razão”]) qualifica aquilo que é crível como verdadeiro.

Rajagopalan (2006) contribui igualmente com este debate, manejando um esclarecedor jogo de palavras: de um lado, na natureza, há *fatós* a serem descobertos pelo

---

<sup>73</sup> “La ‘civilización’ no era todavía una palabra clave para localizar a los pueblos dentro o fuera del sistema. La ‘civilización’ entró junto al surgimiento del Estado secular, con el cambio de espíritu intelectual introducido por la Ilustración.”

cientista moderno; de outro, na cultura, há inservíveis (cientificamente) *artefatos*. Na verdade, inservíveis artefatos até que uma razão perspicaz seja capaz de abstrair as leis que estruturam e fazem tais artefatos funcionarem. Mas joga o autor com essas palavras para, em seguida, balançar os alicerces de mais um sustento da universalidade da ciência, balançar que pode ser encadeado com o que se tem feito no presente trabalho: assim como se tem entendido que o conceito de língua, tido por *fato* da natureza, é ocidental e moderno, o conceito de natureza não será, também, *artefato* da cultura?

A língua como objeto dos estudos dos lingüistas não é – e jamais poderia ser – um objeto natural, simplesmente porque é o *objeto* de um estudo e, enquanto tal, deve sua existência ao próprio estudo que é empenhado. Em outras palavras, a lingüística faz que ela exista da forma que melhor lhe convém, ou seja, é objeto de um desejo. Do mesmo modo que a natureza – como vem sendo alardeada e defendida pelos movimentos ecológicos atuais – é algo culturalmente produzido, a língua (tal qual emerge dos estudos do lingüista) também é um produto cuja produção, ou cuja manufatura, passa por uma determinada política de identidade, desde os tempos em que a lingüística formou-se como ciência – os fins do século XIX e o começo do XX. (RAJAGOPALAN, 2006, p. 79-80)

Ora, se o objeto é uma invenção do sujeito (a ambiguidade da agência desse sintagma preposicional é absolutamente proposital), logo é ele uma extensão do sujeito, como a criatura é uma extensão do criador. Ora, se o cientista se ocupa em conhecer o que ele mesmo fabricou, logo, todo o conhecimento é autoconhecimento:

A ciência não descobre, cria, e o acto criativo protagonizado por cada cientista e pela comunidade científica no seu conjunto tem de se conhecer intimamente antes que conheça o que com ele se conhece do real. Os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças, os juízos de valor não estão antes nem depois da explicação científica da natureza ou da sociedade. São parte integrante dessa mesma explicação. (SANTOS, 2010, p. 83)

Mais uma vez, a Filologia “pré-científica” é exemplar neste sentido. A *κρίσις* herdada do gramático greco-romano imprime na *έκδοση* humanista um caráter autoral tão presente que a escritura da Ecdótica acaba aproximando-se da escritura literária sobre a qual sói versar. O filólogo ecdota não varre para debaixo do tapete a subjetividade do seu trabalho. É mesmo difícil imaginar um que chegue a julgar que a sua leitura, comentário e edição de um documento sejam universais.

Enfim, em quarto lugar, a crença na universalidade da ciência chegou tão longe porque se subalternizaram não só os conhecimentos produzidos mediante formas de conhecer não ocidentais, mas qualquer outro conhecimento. Não deixa de ser mais um desdobramento da secularização das sociedades ocidentais durante a modernidade. Antes, havia homens que – graças ao sacerdócio – reuniam as condições idôneas para divulgar a Verdade. Depois, não havia mais sacerdotes para isso, mas havia cientistas, que continuaram a tarefa de divulgar a



Verdade. Os cientistas não são sacerdotes, mas são como se fossem. E seja como for, uma parcela do conhecimento, chamada ciência desde a troca dos “sacerdotes”, permaneceu divorciada do resto da sociedade.

Não obstante, cumpre voltar-se à esteira deste capítulo e recordar que a ciência moderna é inseparável da colonialidade do poder/saber, e que, portanto, a empresa científica é uma missão civilizatória, o que leva à consequência de o cientista moderno precisar do resto da sociedade como consumidores da produção científica. Uma ciência que produz para o consumo de si atenta contra a premissa de que visa ao progresso da humanidade. Aqui, o cientista moderno enrola-se em uma contradição sem tamanho:

por um lado, ele faz apologia de uma forma de teorizar que repudia o pensamento popular e as múltiplas práticas acerca da linguagem [tratando-se do linguista]; e, por outro, o próprio teórico quer que sua teoria – concebida à revelia da opinião leiga e das práticas linguísticas – seja convocada para instruir todas as práticas. (RAJAGOPALAN, 2006, p. 158)

E não é à toa que Santos na obra citada tece a sua crítica da episteme moderna a partir do constrangimento das Ciências Sociais dentro desse quadro, pois a dependência que tem o cientista social da sociedade para abstrair dela o seu objeto de estudo não faz senão enlear mais ainda o novelo de contradição:

Em outras palavras, o nativo só vale enquanto fornecedor de dados. A análise desses dados deve ficar exclusivamente por conta do linguista. Isto é, ao linguista interessa tudo o que o nativo diz *em* sua língua, a melhor opção para o linguista é não dar ouvidos a seu entrevistado, pois o que o nativo tem a dizer *sobre* sua própria língua só pode atrapalhar o rumo da pesquisa. (RAJAGOPALAN, 2006, p. 156)

Novamente, a Filologia mostra-se exemplar de um conhecimento pós-moderno, embora seja pré-moderna. Diferentemente do biólogo (detentor do *λόγος* da vida), do sociólogo (detentor do *λόγος* da sociedade), do antropólogo (detentor do *λόγος* do homem) ou do psicólogo (detentor do *λόγος* da mente), o filólogo – amigo do *λόγος* – carrega, no próprio nome que se dá, uma atitude não arrogante em face do saber. Além disso, partindo do pressuposto de que o autor de um texto escrito se eterniza aí em renovado diálogo com quem quer que venha lê-lo, ou seja, partindo de uma perspectiva dialógica da leitura, o trabalho filológico é sempre um trabalhar *com*, uma “pesquisa não apenas *sobre* os sujeitos ou *para* os sujeitos, mas a pesquisa *sobre, para* e *com* os sujeitos – o que implicaria o uso de métodos interativos, a importância dos sujeitos (pessoas reais) e partilha-troca de conhecimento entre investigador e investigado” (RAJAGOPALAN, 2006b, p. 58).

Contudo, isto não parece suficiente para que todo o conhecimento científico vise a se constituir em senso comum. Se a ciência não é neutra, o senso comum pode estar mais ideologicamente comprometido. Ante isto, é necessário que o cientista se reconheça ator político, isto é, alguém que, a partir dessa posição, age no convívio cidadão, e, portanto, tem responsabilidade para com a cidadania:

como podemos criar inteligibilidades sobre a vida contemporânea ao produzir conhecimento e, ao mesmo tempo, colaborar para que se abram alternativas sociais com base nas e com as vozes dos que estão à margem: os pobres, os favelados, os negros, os indígenas, homens e mulheres homoeróticos, mulheres e homens em situação de dificuldades sociais e outros, ainda que eu os entenda como amálgamas identitários e não de forma essencializada. (LOPES, 2006, p. 86)

Dito de outro e resumido modo, é preciso produzir conhecimento com responsabilidade social.

Para encerrar este capítulo, entendo, também a modo de resumo, seguindo uma última vez aqui Lander (2000, p. 22, tradução minha), que a crença na universalidade do conceito de *língua*, apesar da sua patentíssima ocidentalidade após breve exame, se estriba sobre:

1. a visão universal da história associada à ideia do progresso (a partir da qual se constrói a classificação e a hierarquização de todos os povos e continentes, e experiências históricas);
2. a “naturalização” tanto das relações sociais como da “natureza humana” da sociedade liberal-capitalista;
3. a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias da sociedade;
4. a necessária superioridade dos saberes que essa sociedade produz (“ciência”), sobre todo outro saber.<sup>74</sup>

No próximo capítulo afunilarei essas considerações acerca da ciência moderna até a própria linguagem.

---

<sup>74</sup> “1) la visión universal de la historia asociada a la idea del progreso (a partir de la cual se construye la clasificación y jerarquización de todos los pueblos y continentes, y experiencias históricas); 2) la ‘naturalización’ tanto de las relaciones sociales como de la ‘naturaleza humana’ de la sociedad liberal-capitalista; 3) la naturalización u ontologización de las múltiples separaciones propias de esa sociedad; y 4) la necesaria superioridad de los saberes que produce esa sociedad (‘ciencia’) sobre todo otro saber.”

## 5 O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL

No capítulo anterior, tezi uma crítica à episteme moderna, argumentando que a ciência não é um conhecimento natural, mas social; não é um conhecimento universal, mas local; não é um conhecimento objetivo, mas subjetivo; não é o conhecimento único, mas um de conhecimentos vários. E se a própria língua, não enquanto língua histórica, que já se sabe que é uma invenção moderna, mas a língua-fenômeno, travasse uma relação dialética com a sociedade?

Efetivamente, após quase meio século de domínio absoluto da dicotomia saussuriana *langue* × *parole*, a constituição da Sociolinguística foi o primeiro passo rumo a uma contestação da autonomia da língua: a variação, um traço da *parole*, provou-se cientificamente estudável. Mas, como passo primeiro, foi tímido: o que o sociolinguista faz, em suma, é estabelecer uma correlação entre variáveis sociais e variáveis linguísticas, o que não rompe com a crença da autonomia da língua, pois pressupõe haver um mundo social e um mundo linguístico que até se tocam e se empurram, mas, ainda assim, mundos independentes.

Já na década de sessenta, os linguistas críticos reagiram ao entendimento da língua com a sociedade na forma de uma correlação, propondo o reconhecimento de uma relação causal entre uma e a outra: “Fowler e Kress afirmam que a linguagem contribui, inquestionavelmente, para ‘confirmar e consolidar’ as instituições que a ‘modelam’, sendo usada para ‘manipular’ os interlocutores e para ‘manter o poder’ das agências de estado e das organizações” (MAGALHÃES, 2004, p. 119). Os termos aspeados na citação sugerem uma visão da língua(gem) em que ela não é apenas um tubo (ou talvez, pela visão formalista, conviesse dizer “um encanamento”), pelo qual as pessoas se comunicam, como sói aparecer nos Estudos da Linguagem hegemônicos, mas matéria maleável com a qual as pessoas fazem coisas. Língua(gem) e sociedade assemelham-se, assim, à argila e ao oleiro: a argila depende do oleiro para tomar as formas que lhe dão as mãos deste, mas o oleiro também depende da argila para constituir-se como tal.

Apesar desse avanço epistêmico, Fairclough (2010, p. 49-50) repreende aos linguistas críticos duas negligências. A primeira incide sobre os processos: texto e interpretação são instâncias fundamentais na Linguística Crítica, porém tomadas muito mais como produtos, em detrimento de uma atenção às mesmas enquanto processos. A segunda respeita à desatenção à luta e à mudança sociais na e pela língua(gem).

Ainda que a Análise do Discurso francesa tenha desempenhado com anterioridade certa abordagem crítica ao repensar de maneira bastante profunda a episteme do estruturalismo a partir do olhar marxista, Fairclough (2010) objeta que o peso da análise linguística nessa nova disciplina foi demasiado leve para tratar os conceitos de ideologia e poder em conformidade com a importância deles. Destarte, se bem que a Análise do Discurso francesa parta de uma perspectiva social, por desatender ao caráter dialógico passível de ser convenientemente abordado pela análise linguística, acaba continuando a apresentar uma visão estática das relações de poder, ressaltando o “papel desempenhado pelo amoldamento ideológico dos textos linguísticos na reprodução das relações de poder existentes” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 20).

Neste sentido, a Teoria Social do Discurso não se restringe à dimensão ideológica observável nos textos, mas vai além, abordando inclusive a mudança discursiva em consonância com a mudança social e cultural. Daí que, para Fairclough (2010), a ação linguageira constitui uma forma de prática social, não meramente uma atividade individual que reflète determinadas variáveis situacionais. Como prática social, fica pressuposto a essa ação linguageira uma imbricação da linguagem com a sociedade na forma de uma relação dialética: o discurso molda as relações sociais e também é moldado por elas. Em uma palavra, sem deixar de ser representação, o discurso é ação, é um modo de os sujeitos agirem uns sobre os outros e sobre o mundo. No dizer do próprio autor:

aqui está a importância da discussão de Foucault sobre a formação discursiva de objetos, sujeitos e conceitos. O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2010, p. 91)

Com efeito, o arcabouço teórico-metodológico erguido pelo autor na obra citada parece ser, dentre as diversas teorias e métodos linguísticos à disposição, o que confere maior viabilidade a este trabalho, por isto, é o objeto do presente capítulo. Persisto no modo de fazer seguido até aqui: o desenvolvimento da argumentação a partir de uma série de afirmações do autor vertebrando o capítulo. Neste caso, afirmações do próprio Fairclough (2010, p. 57-58) acerca da Análise de Discurso Crítica:

1. O objeto de análise são textos linguísticos, que são analisados em termos de sua própria especificidade. As seleções de textos que representam um domínio particular de prática devem assegurar que a diversidade de práticas é representada e evita a homogeneização.

2. Além de textos como ‘produtos’ de processos de produção e interpretação textual, os próprios processos são analisados. A análise propriamente dita é considerada como interpretação, e os analistas buscam ser sensíveis às suas próprias tendências interpretativas e a razões sociais.
3. Os textos podem ser heterogêneos e ambíguos, e pode-se recorrer a configurações de diferentes tipos de discurso em sua produção e interpretação.
4. O discurso é estudado histórica e dinamicamente, em termos de configurações mutantes de tipos de discurso em processos discursivos, e em termos de como tais mudanças refletem e constituem processos de mudança social mais amplos.
5. O discurso é socialmente construtivo, constituindo os sujeitos sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, e o estudo do discurso focaliza os seus efeitos ideológicos construtivos.
6. A análise de discurso preocupa-se não apenas com as relações de poder no discurso, mas também com a maneira como as relações de poder e a luta de poder moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição.
7. A análise de discurso cuida do funcionamento deste na transformação criativa de ideologias e práticas como também do funcionamento que assegura a sua reprodução.
8. Os textos são analisados em termos de uma gama diversa de aspectos de forma e significado (por exemplo, as propriedades do diálogo e da estrutura textual como também o vocabulário e a gramática) pertencentes tanto às funções ideacionais da língua como às interpessoais.

Esse modo de ação, que é o discurso, é constituído de três dimensões simultâneas: prática social, prática discursiva e texto, como ilustra a figura a seguir:

**Figura 1 – Constituição tridimensional do discurso**



Fonte: Adaptado de Fairclough (2010)

Cada dimensão comporta um efeito na dialética do discurso: a constituição de identidades sociais e posições de sujeito para os sujeitos sociais em um sentido mais amplo e para os tipos de *eu* em outro mais restrito. O discurso acha-se na constituição das relações

sociais e assim contribui para a formação de sistemas de conhecimento e de crença. Como explica o autor:

A prática discursiva é constituída tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistema de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la. (...) Uma perspectiva dialética também é um corretivo necessário a uma ênfase indevida na determinação do discurso pelas estruturas, estruturas discursivas (códigos, convenções e normas), como também por estruturas não discursivas. Desse ponto de vista, a capacidade da palavra ‘discurso’ de referir-se às estruturas de convenção que subjazem aos eventos discursivos reais, assim como aos próprios eventos, é uma ambigüidade feliz, mesmo se de outros pontos de vista possa gerar confusão. (FAIRCLOUGH, 2010, p. 92-93)

Portanto, diferentemente do estruturalismo epistemológico, pelo qual a prática discursiva e o evento discursivo são encarados como instâncias de estruturas discursivas, pela Teoria Social do Discurso a prática discursiva e o evento discursivo relacionam-se de forma complexa com as estruturas, parciais e contraditórias. Desse modo, o discurso mantém uma relação dialética com os elementos ideológicos, políticos, econômicos, culturais do social, mas não é reduzido por eles:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. Já o discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. A prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta. (FAIRCLOUGH, 2010, p. 94)

Convém, pois, começar por buscar um entendimento do que seja o texto. Para tanto, o autor (2010, p. 89-116) expõe um olhar que enxerga o texto como parte de um esquema tridimensional para compreender o discurso, cujas duas outras dimensões são a prática discursiva e a prática social. Como dizer que o texto é a empiria do discurso não ajudará muito o leitor não familiarizado com o conceito de discurso na Análise de Discurso Crítica, cumpre ir da prática social ao texto.

Assim, a primeira afirmação fundamental é que o discurso é uma prática social. Apesar de dita tão singelamente, tal afirmação comporta desdobramentos poderosos. Implica uma contraposição a todas as abordagens linguísticas, inclusive e sobretudo as hegemônicas, em que a fala/desempenho/uso é enxergada como fenômeno individual. Implica, ainda, como a própria palavra *prática* sugere, que o discurso é ação: não é um “encanamento” para

“escorrer” mensagens de um falante emissor a um ouvinte destinatário; é o meio no qual e pelo qual os sujeitos são constituídos, as relações sociais são constituídas, o próprio mundo é constituído:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhes são adjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2010, p. 91)

Vale lembrar a metáfora do oleiro: a argila não é apenas a matéria-prima necessária para o oleiro trabalhar; o fazer com ela constitui o oleiro como tal, assim como constitui as suas relações com outros atores, como alguém que deseja adquirir uma peça de argila, ou seja, um cliente, além de constituir, ainda, o “mundo” da olaria, de jarros, vasos, vasilhas, painéis, tijolos, lajotas etc. Daí Fairclough (2010, p. 92) identificar três funções da linguagem: a identitária, pela qual as identidades sociais são constituídas (como a identidade do oleiro); a relacional, pela qual as relações sociais são constituídas (como a do oleiro com um cliente); a ideacional, pela qual o mundo é constituído (como o “mundo” da olaria). “Assim, a constituição da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 93).

A metáfora do oleiro é proveitosa também por a prática discursiva se assemelhar a um mercado, sendo o texto o produto que é distribuído e consumido como uma mercadoria. Além disso, um mercado é um espaço onde há uma intensa movimentação política (“política” no sentido mais etimológico, de *πολιτική*, ou seja, no sentido de convivência cidadã), portanto um espaço onde se travam diferentes relações de poder: a necessidade ou o desejo de possuir uma peça de argila estabelece uma assimetria entre o cliente e o oleiro, que tem uma peça de argila, assim como a necessidade de o oleiro obter uma renda, que o cliente lhe pode proporcionar. Não tem este trabalho demonstrado como o conceito de língua foi inventado e manejado para estabelecer assimetrias entre os usos de distintos códigos linguísticos?

Consoante cada domínio ou ambiente institucional, diferentes tipos de discurso podem ser investidos política e ideologicamente de maneiras particulares. Mais que isso: esses diferentes tipos de discursos podem envolver-se igualmente de maneiras particulares, sendo, então, reinvestidos. É preciso, então, que a Análise do Discurso Crítica saiba pender ora sobre textos específicos, ora sobre a chamada ordem do discurso, expressão que Fairclough (2001)

tomou de Foucault, fazendo-a corresponder à estruturação social da linguagem e à sua relação com certas práticas sociais.

A invenção e o manejo do conceito de língua pelo Estado moderno/nacional é exemplo de investimento do discurso pela ideologia. *Ideologia* é, efetivamente, um conceito bastante relevante para este trabalho, então merece um tratamento comparável ao dado aos conceitos de dialeto e de nação. Contudo, é forçoso reconhecer que a palavra *ideologia* não é dos termos mais pacíficos nas Humanidades.

Segundo Thompson (2010, p. 43-99), foi o filósofo iluminista francês Antoine Destutt de Tracy (1754-1836) que cunhou o termo *ideologia*, cuja analogia com outros como *biologia*, *sociologia* ou *antropologia* não é fortuita, pois o mencionado filósofo pretendia, precisamente, propor uma ciência das ideias. Seguindo a episteme hegemônica, a tarefa do ideólogo seria descobrir as leis que regem a produção de ideias, o que comportava, para Destutt de Tracy, uma dimensão prática “ascética”, no sentido em que acreditava que o conhecimento de como se produzem as ideias dotaria a ciência de um alicerce muito mais seguro, o que conferiria, inclusive, precedência à Ideologia em relação às demais ciências.

Esse primeiro conceito de ideologia serviu a Napoleão Bonaparte (1769-1821) para fazer dos ideólogos os bodes expiatórios dos seus malogros políticos e bélicos, por propugnarem uma visão das ideias que as afastava da realidade política. Assim, Napoleão, atacando publicamente os ideólogos, empurrou o conceito de ideologia de uma ciência iluminadora das ideias a um conjunto de ideias ilusórias.

À medida em que o termo “ideologia” escorregou para a arena política e foi jogado contra os filósofos por um imperador sob estado de sítio, o sentido e a conotação do termo começou a mudar. Deixou de se referir apenas à ciência das ideias e começou a se referir às ideias mesmas, isto é, a um corpo de ideias que, supostamente, seria errôneo e estaria divorciado das realidades práticas da vida política. (...) A ideologia como ciência positiva e eminente, digna do mais alto respeito, gradualmente deu lugar a uma ideologia como ideias abstratas e ilusórias, digna apenas de ridicularização e desprezo. (THOMPSON, 2010, p. 47- 48)

E foi seguindo a esteira dessa mudança de sentido que Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) se contrapuseram aos jovens hegelianos: “ideologia, nesse sentido, é uma doutrina teórica e uma atividade que olha erroneamente as ideias como autônomas e eficazes e que não consegue compreender as condições reais e as características da vida sócio-histórica” (THOMPSON, 2010, p. 51).

Não obstante, Marx e Engels, diferentemente de Napoleão, estenderam-se bem além de acusações panfletárias, desenvolvendo uma reflexão cujos pressupostos são, conforme Thompson (2010, p. 51-57, adaptado), os seguintes:



As formas de conhecimento são determinadas pelas condições materiais da vida humana;  
 o desenvolvimento de doutrinas e atividades teóricas pelas quais se veem as ideias como autônomas e eficazes é possível graças à divisão, historicamente emergente, entre trabalho material e trabalho mental;  
 as doutrinas e atividades teóricas que constituem a ideologia podem ser explicadas pelo estudo científico da história e da sociedade, e por tal estudo devem ser substituídas;  
 em certa sociedade, podem-se distinguir as condições econômicas de produção, a superestrutura legal e política e as formas ideológicas de consciência;  
 não se devem tomar as formas ideológicas de consciência tais como se mostram, mas convém explicá-las à luz das condições econômicas de produção;  
 o desenvolvimento do capitalismo moderno cria as condições para compreender claramente as relações sociais e eliminar os antagonismos de classe, dos quais depende a ideologia.

O primeiro e o segundo pressupostos têm tudo a ver com o arrazoado no capítulo anterior. Observe-se que o primeiro corresponde ao examinado princípio de Santos (2010) de que todo o conhecimento científico-natural é científico-social, dada a crença na naturalidade e na universalidade da ciência, e o segundo ao também examinado princípio de que todo o conhecimento científico visa a transformar-se em senso comum, dado o divórcio entre ciência e senso comum, continuação moderna da distinção medieval entre clérigos e leigos.

O terceiro pressuposto tem também antecedência neste trabalho, quando, seguindo Ferreira (2012), fiz uma autocrítica, que agora pode metaforizar-se como: todos temos telhado de vidro. Mesmo se opondo diametralmente ao conceito de ideologia em Destutt de Tracy, Marx e Engels aproximam-se dele na dimensão à qual há pouco se qualificou como “ascética”, por se encarar o fazer científico como um exercício que purifica uma deturpação. Trocando em miúdos, todos agimos dentro de um sistema que nos impele a produzir conhecimento novo para suplantado conhecimento, após o êxito da suplantação, velho. “Não deixa de ser uma das ironias desta história conceitual complexa que aquilo que começou sendo uma ciência supostamente eminente, a ‘ciência das ideias’, tornou-se parte de um enfoque teórico que exigiu sentar no trono de ciência, enquanto denunciava seu progenitor como traidor”. (THOMPSON, 2010, p. 53-54)

O quarto pressuposto está ligado ao parêntese aberto no capítulo anterior para se tratar da colonialidade do poder e do saber. Thompson (2010, p. 55) afirma que é indubitável que para Marx as condições econômicas de produção têm primazia na mudança sócio-histórica. Ora, conforme argumentado, não foi a colonização da América com a formação de um mercado atlântico triangular com a costa africana que permitiu aos Estados europeus amalharem grande riqueza e, daí, impor a sua hegemonia sobre o mundo (criado por eles

mesmos), convertendo as suas histórias locais em desenhos globais? Em resumidas palavras, não foi o mercantilismo o trampolim da ciência?

O sexto pressuposto, pulando o quinto, pode ser abordado como síntese do plano subjacente à obra de Santos (2010): mostrar que há um paradigma emergente como resposta crítica ao paradigma dominante, e que tem emergido em virtude do esgotamento do próprio paradigma dominante. Mais que isto: é um paradigma emergente cujos adeptos, por mais que ainda sejam encarados como hereges dentro das paróquias acadêmicas, estão sabendo aproveitar a saturação do paradigma dominante para se fazerem perceber e ouvir. Este trabalho, produzido dentro das condições ortodoxas do fazer científico, é prova disto.

Voltando ao quinto pressuposto, ofereço novamente a presente pesquisa como exemplo humilde do enunciado: não persigo aqui o intento de contestar os entendimentos acerca do que é(são) a(s) língua(s) no discurso científico oitocentista em uma análise que agora mesmo está focada em arguir que o discurso é uma prática social?

Enfim, o exame da ideologia segundo Marx e Engels permite a Thompson (2010, p. 58) chegar à definição seguinte:

[I]deologia é um sistema de representações que servem para sustentar relações existentes de dominação de classes através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens ideais que escondem as relações de classe e desviam da busca coletiva de mudança social.

Contudo, este é um entendimento de *ideologia* que não coaduna com um uso muito comum, presente quando se fala, por exemplo, em *ideologia marxista*. Ora, se o entendimento marxista da ideologia o denuncia, como pode ele mesmo ser ideológico? Continuando na companhia de Thompson (2010), deve-se a Vladimir Lênin (1870-1924) e a György Lukács (1885-1971) o apagamento da assimetria presente no conceito marxista, posto que nele a ideologia é gerada e movida pela classe dominante a fim de se perpetuar como tal. Lênin e Lukács neutralizaram esse aspecto negativo, no que foram seguidos por Karl Mannheim (1893-1947), que objeta que todo pensamento está situado na história e faz parte do processo sócio-histórico, não menos o pensamento que busca compreender esse processo.

“Ideologia”, de acordo com essa formulação geral, pode ser tomada como os sistemas interligados de pensamento e modos de experiência que estão condicionados por circunstâncias sociais e partilhados por grupos de pessoas, incluindo as pessoas engajadas na análise ideológica. (THOMPSON, 2010, p. 67)

A ampliação do conceito de particular a geral comporta a vantagem de deixar de ser uma arma classista, por meio da qual se denuncia a hegemonia da classe dominante, para ser um método, por meio do qual se analisam os fatores sociais que influenciam o

pensamento, inclusive o próprio. Isto recobra em certa maneira o plano de Destutt de Tracy, pois a ideologia volta a ser um estudo científico, agora nomeado Sociologia de Conhecimento.

No entanto, Thompson (2010, p. 71) sente falta de um tratamento do fenômeno da dominação nessa abordagem, o que o impeliu a tecer a proposta de uma concepção crítica da ideologia. Para o autor, a condição de “crítico” implica a adesão a um sentido não neutro, mas negativo, não total, mas particular de ideologia, porém em vez de retornar a critérios negativos classistas ou partidários, como denunciar a ideologia mediante categorias como *[ideias] errôneas* ou *ilusórias*, dirige o seu interesse em “estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2010, p. 76). Não trabalhar *com base* nas categorias mencionadas significa que é possível a ideologia se apresentar errônea ou ilusória, porém não é a tarefa do analista apontar o que é verdadeiro e o que é falso, mas interpretar as formas de dominação pelas formas simbólicas (“um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 2010, p. 79).

Que categorias propõe, então, Thompson para obter tal resultado? Primeiro, ele distingue modos e estratégias, entenda-se: alguns modos como a ideologia é operada e algumas estratégias de construção simbólica, com a ressalva de que estas não são intrinsecamente simbólicas. Não há ideologia entranhada em formas simbólicas como essências delas. A ideologia é contingente, isto é, depende de que efeito(s) a estratégia de construção simbólica produz em circunstâncias específicas: estabelecer ou minar, manter ou subverter.

**Tabela 1- Modos de operação da ideologia**

<b>Modos gerais</b>	<b>Algumas estratégias típicas de construção simbólica</b>
<i>Legitimação</i>	Racionalização Universalização Narrativização
<i>Dissimulação</i>	Deslocamento Eufemização Tropo
<i>Unificação</i>	Estandarização Simbolização da unidade
<i>Fragmentação</i>	Diferenciação Expurgo do outro
<i>Reificação</i>	Naturalização Eternização Nominalização/passivização

Fonte: Thompson (2010, p. 81)

Por entender que o leitor que quiser inteirar-se mais profundamente de cada modo e de cada estratégia pode consultar a obra, aqui darei somente uma definição lacônica de cada modo e de cada estratégia.

Para começar, a legitimação é o modo pelo qual relações de dominação são legitimadas, o que pode ser operado mediante a estratégia da racionalização, pela qual se constroem relações de dominação a partir da crença em dado raciocínio lógico; mediante a estratégia da universalização, pela qual se constroem relações de dominação a partir da crença em que são universais, isto é, iguais e justas para todos; mediante a estratégia de narrativização, pela qual se constroem relações de dominação a partir da crença em uma narrativa que as torna parte de uma tradição aceitável e respeitável.

Depois, a dissimulação é o modo pelo qual relações de dominação são dissimuladas, o que pode ser operado mediante a estratégia do deslocamento, pela qual se constroem relações de dominação a partir da referência a alguém ou a algo por um termo que costuma ser usado para se referir a outra pessoa ou a outra coisa; mediante a estratégia de eufemização, pela qual se constroem relações de dominação a partir de uma valorização positiva de pessoas, instituições, coisas, processos etc.; mediante a estratégia do tropo, pela qual se constroem relações de dominação a partir de uma metáfora (referência a alguém ou a algo por um termo próprio de outra pessoa ou de outra coisa), uma metonímia (o predicado ou o adjunto pelo termo de que é predicado ou adjunto) ou uma sinédoque (a parte pelo todo ou o todo pela parte).

Em seguida, a unificação é o modo pelo qual relações de dominação são estabelecidas e mantidas na forma de uma unidade, o que pode ser operado mediante a estratégia da padronização, pela qual se constroem relações de dominação a partir da adoção/imposição de um padrão por/a todos; mediante a estratégia da simbolização da unidade, pela qual se constroem relações de dominação a partir da adoção/imposição de um símbolo de unidade por/a todos.

Já a fragmentação é o modo pelo qual relações de dominação são estabelecidas e mantidas, fragmentando pessoas ou coisas, o que pode ser operado mediante a estratégia da diferenciação, pela qual se constroem relações de dominação a partir da ênfase sobre a diferença entre pessoas e coisas; mediante a estratégia do expurgo do outro, pela qual se constroem relações de dominação a partir da criação de um inimigo a ser batido.

Enfim, a reificação é o modo pelo qual relações de dominação são estabelecidas e mantidas, reificando elementos do mundo social, o que pode ser operado mediante a estratégia da naturalização, pela qual se constroem relações de dominação a partir da conversão de um

elemento social em natural; mediante a estratégia da eternalização, pela qual se constroem relações de dominação a partir de um elemento histórico em supra-histórico; mediante a estratégia da nominalização/passivização, pela qual se constroem relações de dominação a partir do uso do nome pelo verbo (nominalização) e da voz passiva pela ativa (passivização), o que pode ocultar o sujeito.

Em outras palavras, a ideologia é operada para estabelecer ou manter a hegemonia de uma pessoa ou de um grupo de pessoas sobre as demais pessoas que compõem uma comunidade. De fato, *hegemonia* é outro conceito que tem sido usado no presente trabalho, mas até agora sem uma definição que esclareça ao leitor com que sentido se tem usado. Cabe voltar a Fairclough (2010, p. 122) para declarar como se entende aqui o que é hegemonia:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas.

Não obstante, percebe-se que enquanto os modos de operação da ideologia desenhados por Thompson dão a impressão de um maquiavelismo mediante formas simbólicas pelo qual se subjuga(m) a(s) pessoa(s) para sempre, sem tensão nem conflito, o que Fairclough diz sobre a hegemonia contraria a “pintura” de uma dominação “idílica”. É verdade que quanto mais legitimada, dissimulada, unificada, fragmentada ou reificada, mais exitosa é a operação da ideologia. Como o discurso é o campo no qual e pelo qual se formam as identidades sociais, acontecem as relações sociais e se constitui o mundo, o estabelecimento e o mantimento da hegemonia depende de garantir intérpretes que interpretem as formas simbólicas investidas de ideologia segundo a interpretação esperável. Contudo, é indiscutível que não há operação que garanta que determinado intérprete fará determinada interpretação de certa forma simbólica. A insegurança do inesperado persegue sempre o investimento ideológico e, por conseguinte, o estabelecimento ou o mantimento da ideologia. Recorde-se que a ideologia é contingente, contingência que abre brechas à contestação, à luta e à mudança.

O caráter contingencial do discurso aparece de forma bastante clara ao se reconhecer que a prática discursiva depende da produção, da distribuição e do consumo de

textos, pois cada um desses processos está sujeito a condições muito específicas do momento em que cada produtor e cada consumidor estão. As próprias categorias *produtor* e *consumidor* não são singelas: quem é, por exemplo, o produtor de um texto tecido com a participação de dois ou mais sujeitos? Ou quem é o consumidor de um texto que, em virtude das vicissitudes da sua distribuição, vai parar às mãos de um sujeito muito diferente daqueles esperados pelo produtor? Como se assegurar contra “acidentes” ao se distribuir um texto? Não há como, porém o mesmo contexto que esfuma qualquer controle que o produtor queira exercer sobre a distribuição e o consumo de um texto também estabelece regras como em um jogo.

*Jogo* é, precisamente, a metáfora empregada por Ludwig Wittgenstein (1889-1951), durante a segunda fase da sua reflexão sobre a linguagem, para expor o seu entendimento de que o significado não está definido previamente, como investido pela padronização das línguas, mas é algo que devém no languageio (*lenguajeo* é um termo usado por Mignolo (2003)), isto é, na prática discursiva, o que não quer dizer que a linguagem seja um vale-tudo. Como esclarece Alencar (2005, p. 49-59), para Wittgenstein a linguagem é uma forma de vida, ou seja, uma atividade, na qual e pela qual, se realizam atividades, os chamados jogos de linguagem, que, como as demais atividades humanas, apresentam restrições. “[S]e há lógica interna à linguagem, para Wittgenstein, essa lógica deve ser definida nunca em termos de forma ou de estrutura como um ideal pré-concebido, mas com base na prática, no comportamento lingüístico” (ALENCAR, 2005, p. 58).

A visão wittgensteiniana ganha especial validade neste momento, em que a presente argumentação se aproxima do núcleo do esquema tridimensional de Fairclough: o texto, pois reforça o analista como intérprete. O que singulariza a interpretação do analista são as categorias a partir das quais pauta a análise, que, para Fairclough (2010, p. 103) são, quanto especificamente ao texto, o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual.

Cada uma dessas categorias pode ser manejada de diversas maneiras. No que diz respeito à gramática, já se enunciou que a escolha entre um nome e um verbo ou entre a voz ativa e a passiva pode não ser um mero detalhe de estilo, mas uma estratégia de construção simbólica de um modo de operação da ideologia. No que diz respeito ao vocabulário, o autor recomenda atentar-se às lexicalizações (ou significações) e às relexicalizações (ou ressignificações) resultantes da contingência do discurso, especialmente as lexicalizações e as relexicalizações investidas por ideologia, ou seja, as lexicalizações e as relexicalizações que são formas de hegemonia. No que diz respeito à coesão, à variedade de esquemas que sustentam diferentes racionalidades na hora de se elaborar uma argumentação. No que diz respeito à estrutura textual, ao planejamento do autor na hora de abordar certo tema,

planejamento que se deixa ver pela escolha de se ter estruturado o texto dessa em vez daquela forma.

Enfim, cabe atentar que um texto é como um elo de uma cadeia, em que cada outro elo é também como um texto, o que quer dizer que os textos não só estão colados, mas também apresentam interseções. E embora Fairclough (2010) baseie a sua visão desse fenômeno sobre Mikhail Bakhtin (1895-1975), não deixa de ser uma interpretação possível do dito por Terêncio no prólogo a *O eunuco (Eunuchus)*: “Nada já dito que não tenha sido dito antes”. Esse fenômeno – a intertextualidade – está entre os mais maravilhosos que o estudo da linguagem aborda, pois se por um lado é incontestável que as escolhas léxicas e gramaticais ao tecer um texto nunca se repetem de todo, nem mesmo quando se trata de fazer uma cópia (o filólogo sabe-o muito bem!), por não haver nenhuma condição que garanta que dois ou mais produtores façam as mesmas escolhas e até o processo de cópia, se se tratar disto, estar sujeito a omissões, interpolações, trocas, por outro lado, todo texto novo é reatualização de um ou mais textos velhos, e já forma um elo novo, destinado também ele a se tornar velho, encadeando-se a outro. “O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 135).

Ora, se, como já expressei, relações de dominação são construídas no e pelo discurso, e as cadeias de intertextualidade podem acumular pequenas mudanças que culminam em mudanças maiores, logo a intertextualidade pode constituir um fator relevante no estabelecimento, na manutenção e na contestação de hegemonias. Para analisar esse aspecto, Fairclough (2010, p. 152) distingue entre intertextualidade manifesta e interdiscursividade. A primeira se dá quando se recorre explicitamente a outros textos em dado texto, enquanto a segunda é como um discurso é constituído por diferentes ordens de discurso. *Ordens de discurso* é um conceito que o autor toma de Michel Foucault (1926-1984), o qual define como facetas discursivas das ordens sociais, o que pressupõe uma imbricação entre o discursivo e o não discursivo.

No que respeita à intertextualidade, Fairclough (2010, p. 153-159) recomenda atentar-se para as categorias seguintes: representação, pressuposição, negação, metadiscurso e ironia. A primeira consiste em como em certo texto se representa outro, dado que a escolha de uma citação e o seu encaixe em um texto não costumam ser fortuitos: “distanciar a si próprio da voz externa, usar sua autoridade para sustentar a própria posição, mostrar um uso para inovar, ou introduzir uma palavra nova” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 154). A segunda se trata de proposições tácitas que o produtor do texto tem por dadas, servindo de embasamento a

outras, quer suas, quer conjugando a sua com outras vozes. É, com efeito, um dos aspectos mais interessantes para o analista, pois os pressupostos são quase outro texto imaterial debaixo do texto material. Já a negação não deixa de ser uma espécie de pressuposição, posto que toda negação pressupõe uma afirmação com outros termos; a questão é: por que escolher a negação em vez de uma afirmação outra? Quanto ao metadiscurso, dá-se quando o produtor do texto “sai” do seu próprio discurso, ou se descompromete dele. Este texto mesmo que o leitor tem em mãos está eivado de metadiscurso, pois sendo uma análise crítica do discurso científico, mas, ao mesmo tempo, dependente dele, em mais de um momento o seu autor afasta-se de tal discurso, valendo-se de torneios como “o dito X” ou “o chamado Y”. Enfim, a ironia é das mais interessantes categorias, pois se encadeia um texto em outro para invalidá-lo afirmando-o, o que tem grande potência perturbadora, por exigir ao intérprete a agudeza para percebê-la.

Para acabar este capítulo, cabe esclarecer que quando, a partir do título deste trabalho, se fala em discurso filológico, o termo *discurso* é empregado aí segundo um dos entendimentos de Fairclough (2010) sobre o mesmo, precisamente:

[U]m discurso é um modo particular de construir um assunto, e o conceito difere de seus predecessores por enfatizar que esses conteúdos ou assuntos – áreas de conhecimento – somente entram nos textos de forma mediada de construções particulares dos mesmos. É útil, nesse sentido, escolher termos para discursos particulares que designam não só a área relevante de conhecimento, mas também o modo particular como ela é construída. (p. 164)



## 6 ANÁLISE

Enfim, é chegado o momento, depois de cimentar bases bastante seguras ao longo das dezenas de páginas que se sucederam até aqui, de dar respostas à pergunta que norteia esta pesquisa: como filólogos que atuaram durante o século XIX encaravam as línguas? Ou, de outro jeito, que discurso sobre as línguas construiu a Filologia oitocentista?

Para empreender tal tarefa, elaborou-se um *corpus* composto de oito textos, a saber:

1. A *Introdução* de Michel Bréal à sua tradução da *Gramática comparada das línguas indo-europeias compreendendo o sânscrito, o zende, o armênio, o grego, o latim, o lituano, o eslavo antigo, o gótico e o alemão* (*Grammaire comparée des langues indo-européennes comprenant le sanscrit, le zend, l'arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l'ancien slave, le gothique et l'allemand*), de Franz Bopp, datado de maio de 1875. A edição empregada aqui é a segunda, publicada em Paris pela Hachette em 1875. O texto tem 58 páginas e a obra inteira, 458.
2. Os *Prefácios* do próprio Franz Bopp à primeira e à segunda edições dessa mesma obra, datados respectivamente de março de 1833 e de agosto de 1857. Empregou-se a mencionada tradução de Michel Bréal para o francês na mencionada edição. O primeiro texto tem dez páginas e o segundo, onze; a obra inteira, como se disse, tem 458.
3. O *Prefácio* de Gaston Paris à sua tradução da *Introdução à gramática das línguas românicas* (*Introduction à la grammaire des langues romanes*), de Friedrich Diez, datado de outubro de 1862. Foi publicada em Paris e em Leipzig por A. Franck em 1863. O texto tem dezenove páginas e a obra inteira, 163.
4. O *Prefácio* e a *Introdução* da *Gramática das línguas românicas* de Friedrich Diez, aquele datado de setembro de 1869. Usou-se a terceira edição da tradução de Auguste Branchet e Gaston Paris para o francês (*Grammaire des langues romanes*), publicada em Paris por A. Franck em 1874. O *Prefácio* tem duas páginas e a *Introdução*, 130; esse primeiro tomo tem 476; o segundo, de 460 páginas, não foi usado.
5. O *Avant-propos* e a *Introdução* da *Gramática das línguas românicas* de Wilhelm Meyer-Lübke, aquele datado de setembro de 1889. Empregou-se a

tradução de Eugène Rabiét para o francês (*Grammaire des langues romanes*), publicada em Paris por E. Welter em 1890. O *avant-propos* tem três páginas e a *Introdução*, 51; esse primeiro tomo tem 611; há outros dois, respectivamente de 734 e 857 páginas, os quais não foram usados.

De cada texto fez-se uma leitura atentando para referências que pudessem contribuir com a análise pretendida, quase sempre referências à ciência, à linguagem e/ou às línguas. Tal leitura proporcionou, então, a seleção de 115 pontos críticos. Esses pontos críticos foram numerados de 1 a 115 seguindo a disposição dos textos estabelecida acima, isto é, Michel Bréal, Franz Bopp, Gaston Paris, Friedrich Diez e Wilhelm Meyer-Lübke. Para facilitar o manejo desses pontos críticos, eles aparecerão catalogados da seguinte maneira: pela sigla PC, de *ponto crítico*, pela sua numeração de 1 a 115 e, entre parênteses, pela sua autoria, assinalada pelas siglas MB (Michel Bréal), FB (Franz Bopp), GP (Gaston Paris), FD (Friedrich Diez) e ML (Meyer-Lübke). Todos os pontos críticos foram traduzidos do francês para o português para facilitar a leitura de quem não tem conhecimento dessa língua, se bem quem tem pode acessar a redação original em anexo. Todos os grifos são meus.

Antes de empreender a análise, peço a vênia do leitor por fazê-la em uma maneira quase “coloquial”, no sentido em que evitarei a contínua citação direta dos autores que tornaram possível a dita análise, escolha que fundamento sobre a crença de que não foram um ou dois mais atrelados à metodologia do trabalho que a viabilizaram; creio, na verdade, que todas as leituras e todo o arrazoamento tecido até aqui é que permitiram, cada um na sua própria proporção, a reflexão que segue, de modo que seria injusto, ou mesmo impreciso, dedicar-me a ficar recuperando uns ou outros, ao mesmo tempo que a limitação do trabalho impede uma recuperação ampla da maioria. Não obstante, estou certo de que esta escolha discursiva não obstará o leitor a reconhecer ao longo de toda a análise a presença do percurso dialógico de que veio participando através da sua leitura até aqui.

Ainda antes, cabe tomar breves informações a respeito dos autores e das obras (Cf. IORDAN, 1967).

Michel Bréal nasceu em 1832 em Landau, à época pertencente ao reino da Baviera, hoje Alemanha. Aos nove anos, foi estudar na França, permanecendo aí até 1855, quando foi para Berlim seguir os cursos de Franz Bopp e Albrecht Weber (1825-1901), respectivamente de Gramática Comparada e de Sânscrito. Defendeu a sua tese em 1863, e no ano seguinte começou a lecionar no Collège de France, e desde 1868 também na École Pratique des Hautes Études, substituído aqui em 1881 por Ferdinand de Saussure e ali em

1905 por Antoine Meillet (1866-1936), ambos ex-alunos seus. Em 1879 a 1888, exerceu o cargo de Inspetor-Geral do Ensino Superior. É considerado o fundador da Semântica, por ter sido o primeiro a ter abordado o significado da perspectiva da ciência moderna, através do seu *Ensaio de semântica: ciência das significações (Essai de sémantique : science des significations)*, se bem que se dedicou também notavelmente à Mitologia. Faleceu em 1915 em Paris.

Franz Bopp nasceu em 1791 em Mainz, à época um eleitorado do Sacro Império Romano-Germânico, hoje Alemanha. Quando tinha dezessete anos, Friedrich Schlegel (1772-1829) publicou um livro que influenciou grandemente nos intelectuais alemães: *Sobre a língua e a sabedoria dos indianos (Über die Sprache und Weisheit der Indier)*. Precisamente com o fim de estudar línguas “orientais”, foi para Paris em 1812. Ao fim da estadia aí, em 1816, publicou a obra *Sobre o sistema de conjugação do sânscrito em comparação com o do grego, latim, persa e germânico (Über das Conjugationsystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache)*. Dois anos depois, em Londres, conheceu Wilhelm von Humboldt (1767-1835), embaixador da Prússia na Grã-Bretanha, por cuja recomendação Bopp assumiu a cadeira de Sânscrito e Gramática Comparada da Universidade de Berlim. A publicação da *Gramática comparada do sânscrito, zende, grego, latim, lituano, eslavo antigo, gótico e alemão (Vergleichende Grammatik des Sanskrit, Zend, Griechischen, Lateinischen, Litthauischen, Altslawischen, Gotischen und Deutschen)* estendeu-se de 1833 a 1852. O tamanho e o tempo de produção dessa obra indicam, efetivamente, uma vida devotada ao estudo das línguas indo-europeias, povoada de outros trabalhos menores. É considerado o fundador da Indo-Europeística, por ter sido o primeiro a aplicar o arcabouço teórico-metodológico que Rasmus Rask (1787-1832) e Jacob Grimm (1785-1683) vinham desenvolvendo, e que veio constituir o método histórico-comparativo. Morreu em Berlim em 1867.

Gaston Paris nasceu em 1839 em Avenay, região francesa da Champanha. A sua formação escolar deu-se em Paris até que, em 1856, foi estudar na Universidade de Bonn, onde seguiu o curso de Friedrich Diez. Defendeu a sua tese de doutorado em 1865 e no ano seguinte começou a lecionar no Collège de France, dois anos depois também na École Pratique des Hautes Études. Finalmente, em 1896, foi eleito para a Académie Française. A sua obra foi voltada para a Filologia Francesa, do que se destacam a *História poética de Carlos Magno (Histoire poétique de Charlemagne, 1865)* e *A vida de Santo Aleixo (La vie de Saint-Alexis, 1872)*. Morreu em Cannes em 1903.

Friedrich Diez nasceu em 1794 em Gießen, à época pertencente a Hesse-Darmstadt, um estado do Sacro Império Romano-Germânico, hoje Alemanha. Graduou-se pela Universidade de Göttingen em 1818, mesmo ano em que se encontrou com Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), quem o incentivou a ler as obras de François Raynouard (1761-1836), pelas quais se estava difundindo o conhecimento sobre a poesia dos trovadores occitanos. Doutorou-se em 1821 e no ano seguinte começou a lecionar na Universidade de Bonn. A *Gramática das línguas românicas* (*Grammatik der romanischen Sprachen*) saiu de 1836 a 1842, à qual se seguiu a publicação de outra obra monumental: o *Dicionário etimológico das línguas românicas* (*Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprachen*), em 1853. É considerado o fundador da Filologia Românica, por ter sido o primeiro a aplicar a metodologia histórico-comparativa às línguas românicas. Faleceu em Bonn em 1876.

Wilhelm Meyer-Lübke nasceu em 1861 em Dübendorf, no cantão suíço de Zurique, em cuja universidade se graduou, em 1883. Em seguida, foi aluno de Johannes Schmidt (1843-1901) e de Adolf Tobler (1835-1910) em Berlim. Passou a lecionar na Universidade de Jena em 1887, transferiu-se para a de Viena em 1890 e, enfim, para a de Bonn em 1936, onde permaneceu até a sua morte, em 1936. A publicação da *Gramática das línguas românicas* (*Grammatik der romanischen Sprachen*) deu-se de 1890 a 1902, e, como Diez, produziu um *Dicionário etimológico românico* (*Romanisches etymologisches Wörterbuch*). Foi um notável expoente da corrente dos neogramáticos.

A estas alturas, o leitor terá percebido que a disposição dos textos no *corpus* obedece a mais de um critério. Com efeito, o primeiro critério que se estabeleceu foi o cronológico, segundo a data da primeira edição da obra original, de modo que a de Bopp ficou no primeiro lugar (1833-1852), em seguida a de Diez (1836-1842), por fim a de Meyer-Lübke (1890-1902). Já o segundo critério foi a dependência dos textos dos discípulos das obras dos mestres que traduziram: como o texto de Bréal é uma introdução à leitura do de Bopp e o texto de Paris é um prefácio ao texto de Diez, parece razoável que sejam situados respectivamente antes de um e do outro. Além disso, cumpre esclarecer que a obra intitulada *Introdução à gramática das línguas românicas*, da autoria de Diez e traduzida por Paris, nada mais é que uma edição prévia e reduzida da *Gramática das línguas românicas*, também de Diez e também traduzida por Paris, com Branchet.

Outro esclarecimento devido é por que se escolheram as obras nas suas traduções para o francês, quando foram escritas originalmente em alemão. Além do fato de o francês tornar o texto acessível ao autor deste trabalho, há o fato de que no próprio momento em que se lançaram essas obras uma tradução para o francês as tornava acessíveis a um público mais

amplo, sobretudo ao próprio público falante das línguas românicas. E isto os próprios tradutores dizem-no:

PC 7 (MB): Diz-se que a França dava às ideias o torneio que as acaba e a marca que faz todos as acolherem. Para que a gramática comparativa tome o lugar que lhe é devido em toda educação liberal, para que ela tenha acesso junto às inteligências esclarecidas de todos os países, é preciso que o espírito francês aplique a elas essas raras e preciosas qualidades que, desde Henri Estienne até Eugène Burnouf, foram o acompanhamento obrigado e a marca distintiva de erudição na nossa terra. A França, tomando parte destes estudos, estendê-los-á ao mundo inteiro. (p. VII-VIII)

PC 8 (MB): Uma vez a ciência da linguagem se tenha enraizado entre nós, nos frutos que dará reconhecer-se-á o solo generoso onde foi transplantada. (p. VIII)

PC 49 (GP): A acentuação apagada e monótona da nossa língua explica o achatamento das suas formas, tão secas ao serem comparadas com as formas melodiosas ou sonoras das suas irmãs do sul, mas serve ao mesmo tempo para se prestar conta da sua clareza e do seu vigor que a tornam a língua universal. (p. XI)

PC 50 (GP): Os trabalhadores, com efeito, não faltaram à tarefa. A Alemanha tem a glória de ter feito à filologia românica, como a quase todos os outros romanos da linguística, os progressos mais consideráveis; mas os países onde se falam as línguas românicas não ficaram inativos, e a França situa-se indiscutivelmente à sua cabeça. (p. XII)

E pelo que se lê em Bréal e em Paris, a tradução para o francês não só amplia o acesso à obra, mas se configura como que uma necessidade para a Filologia se firmar como uma ciência, pois apenas a França possui as condições para tal – certas qualidades intrínsecas dos eruditos franceses e da língua francesa – de tal maneira que, depois disso, se agradecerá à França pela sua generosidade, mas também é como que uma obrigação para a França, pois tamanho poder lhe impinge a responsabilidade de universalizar o conhecimento dos progressos locais.

Assim, o simples fato de as obras serem analisadas mediante a sua tradução para o francês já permitiu vislumbrar algo que aparecerá constantemente ao longo deste capítulo: cientistas oferecendo a sua autoridade “sacerdotal” a serviço de relações de dominação, ou, em termos mais precisos, filólogos manejando as línguas a serviço de relações de dominação, neste caso a serviço do nacionalismo francês, padronizando (a língua francesa é o padrão para a difusão do conhecimento, do que todos se beneficiam), naturalizando (é o padrão porque é uma língua vigorosa e clara) e universalizando (o vigor e a clareza tornam-na padrão, o qual a torna, à sua vez, a língua universal) o uso da língua francesa, em detrimento dos usos de outras. E o mais surpreendente é que isto se fazia conscientemente, tanto que Paris o confessa:

PC 38 (GP): Perseguir e verificar em todas as suas aplicações esses grandes dados, tal é desde então a tarefa da filologia; e é fácil, mesmo sem estudos especiais, captar o alcance das consequências históricas e filosóficas desse trabalho. Espanta ver algumas das mais altas questões ligadas ao passado da humanidade resolvidas por

uma ciência que até então se limitava a servir, por assim dizer, de chave às outras. Também se sentiu a necessidade de fazer com ela mais amplo conhecimento que outrora, e os espíritos mais inteligentes não mais ousaram aventurar-se sem ela pela pesquisa de problemas aos quais ela ficou em outro tempo completamente estranha. **A própria política não pôde subtrair-se a essa influência, e foram vistas nacionalidades pedirem à filologia as suas certidões e o seu direito a uma existência autônoma.** (p. II-III)

O filólogo, antes um humilde (não é sábio, mas amigo da sabedoria) intérprete dos povos por meio dos seus documentos, tornou-se quase um feitor de nações, em virtude do seu poder de legislar sobre a condição daquilo que os povos falam!

Outra coisa que pode ter chamado a atenção do leitor é que mesmo sem ainda ter tido contato com os pontos críticos selecionados, as informações permitem antever que os textos que compõem esse *corpus* formam um discurso específico, o qual este trabalho, pelo seu próprio título, nomeia “discurso filológico”. Com efeito, considerando não os textos, mas as obras, as três pertencem ao mesmo gênero, que é a gramática ou o manual de gramática. Se se observarem os sumários das três obras, achar-se-á a mesmíssima ordenação do conteúdo que vem repetindo-se nos manuais de gramática ocidentais desde Dionísio Trácio. Assim, Bopp (1875, p. 449-458) trata deste conteúdo nesta sequência: escrita, fonologia, morfologia; Diez (1874a, p. VII-VIII; 1874b, p. 459-460): fonologia no primeiro tomo e morfologia no segundo; Meyer-Lübke: fonologia no primeiro tomo, morfologia no segundo e sintaxe no terceiro (1890, p. 604-606; 1895, p. 731-734; 1900, p. 854-857). Isto esclarece por que escolhi analisar somente os textos introdutórios às obras, apesar de as três serem extensíssimas: não se deve apenas à limitação de tempo e de espaço, mas também ao próprio fato de que aquilo de que os autores se ocupam ao longo dessas centenas de páginas é “descrever as leis”, as leis que creem regerem a mudança das línguas em tela a partir de uma só língua primeva, o que não oferece muitas, para não dizer nenhuma, referência relevante para esta pesquisa. De fato, Diez, que dedica boa parte do primeiro tomo a discorrer sobre as línguas românicas, chega a um ponto em que sente a necessidade de se justificar perante o leitor:

PC 52 (FD): Na introdução mais uma vez ultrapassei um pouco os limites da gramática introduzindo aí muitas coisas que pertencem propriamente ao domínio da história das línguas. Acrescento a este número as breves indicações literárias sobre os mais antigos textos: busquei chamar desde o começo do livro a atenção do leitor sobre esses monumentos, pois possuímos neles as fontes mais puras da língua e as autoridades verdadeiramente decisivas. (p. VI)

Esse desconforto em relação ao gênero discursivo é, ainda, observável em outros, mas em um sentido diferente: é um desconforto em relação à mudança discursiva a qual os próprios filólogos comparatistas estavam levando a cabo. Ora, até então qualquer gramática

sempre fora a gramática de uma língua. Pretendeu-se outrora que a Gramática Especulativa fosse universal, mas, no fim das contas, percebeu-se que não passava de uma gramática do latim medieval. Pretendeu-se o mesmo para a Gramática Geral e Razoada (a *Grammaire générale et raisonnée*, de Antoine Arnauld e Claude Lancelot, 1660), porém era, novamente, a gramática de certa língua, dessa vez o francês, que, como língua europeia não só românica mas altamente influenciada pelo latim, podia passar-se por universal. Os comparatistas, por outro lado, fizeram algo verdadeiramente novo: juntaram várias línguas em uma gramática só. Leia-se o que dizem sobre isso Bréal e Paris:

PC 17 (MB): O ponto de vista fundamental da filologia comparativa é que as línguas têm um desenvolvimento contínuo, cuja cadeia é preciso reemendar para compreender os fatos que se encontram em dado momento da sua história. O erro do antigo método gramatical é crer que um idioma forma um todo acabado em si, que se explica por si. Esta hipótese, que é subentendida nas especulações dos hindus assim como nas dos gregos e dos romanos, falseou a gramática desde a sua origem até os nossos dias. (p. XXXVIII)

PC 42 (GP): Toda boa gramática deve ser uma gramática comparada, ou ao menos fruto de estudos comparativos, e a filologia, tornando-se mais digna do nome de ciência, tornou-se também mais difícil, posto que necessita dos conhecimentos políglotas que pareciam outrora supérfluos. (p. V)

PC 43 (GP): está-se persuadido que não há em uma língua um fato que se possa explicar sem se lançar à história dessa língua (p. VI)

PC 44 (GP): É, com efeito, graças à comparação, à história e à fonologia que não só a ciência etimológica, mas também a linguística inteira deve o progresso que realiza a cada dia. (p. VII)

Para conquistar a hegemonia sobre o gênero *gramática*, os comparatistas tiveram de expurgar os seus detentores até então: os gramáticos. Assim, se o estudo científico da linguagem progredia, o dito progresso era devido unicamente à Filologia Comparativa, por ser a única no ramo capaz de produzir ciência acerca desse objeto, já que não havia fato linguístico que não pudesse ser explicado à luz da pesquisa histórica, além de não ser qualquer um que podia tornar-se um filólogo comparatista, já que devia conhecer várias línguas. E como somente o filólogo comparatista detinha as condições de produção do conhecimento científico sobre as línguas, e tal conhecimento é o verdadeiro, logo todo outro conhecimento sobre o mesmo objeto é falso, venha dos gramáticos, venha dos leigos. Olhe que se está aí a bastantes décadas da “Linguística Moderna”.

Considerem-se agora não as obras, mas os textos que formam o *corpus*. Dessa perspectiva, aparece certa variedade, pois quatro são prefácios, três são introduções e um é um *avant-propos*. Não obstante, é uma variedade bastante rala, pois a semelhança entre esses gêneros é evidente. Efetivamente, *avant-propos* é uma escolha para não traduzir um termo

muito específico da língua francesa, mas que, no fim das contas, é aquilo a que se chama *prefácio* em português (nos outros três prefácios, o texto em francês traz a palavra *préface*). Entende-se aqui que um prefácio é um texto no qual o autor de uma obra se apresenta ou outro autor o apresenta e também apresenta a obra ao leitor. Já uma introdução, entende-se que é um texto no qual o autor já aborda o conteúdo da obra da qual depende a introdução, mas o faz aí de forma resumida. Além disso, o estilo do prefácio parece mais distenso, mais aberto à subjetividade, à valoração da pessoa e do trabalho. Seja como for, a possibilidade de interseções e de hibridismo entre esses dois gêneros parece perfeitamente plausível, tanto que a introdução de Bréal pode muito bem ser interpretada como um prefácio, de acordo com a definição dada.

O estilo do prefácio, diferente do estilo da introdução, deve-se não só à liberdade constitutiva do gênero, mas também ao fato de que alguém não costuma convidar ou não costuma permitir que prefacie uma obra sua outra pessoa que não tenha apreço pelo autor e pela obra a serem prefaciados. No caso das obras que compõem o *corpus* sob exame aqui, isto é flagrante por se tratar de prefácios a traduções levadas a cabo por antigos alunos, naquele momento colegas por já serem também professores, de modo que se vislumbra bem nisso uma ordem de discurso, ou seja, a faceta discursiva de uma ordem social. E isto acaba tendo tudo a ver com a produção, a distribuição e o consumo desses textos.

No que diz respeito à produção, são obras tão longas – longo o próprio período de publicação – que a sua produção remete à figura do sábio clérigo, que se debruçava ensimesmado sobre códices que lia e copiava pacientemente um dia após o outro, mas com uma diferença bastante importante: o clérigo contava com a companhia e a condução de Deus, enquanto o cientista é o sujeito solitário que depende apenas do próprio discernimento. É um sábio que age como se não houvesse pessoas:

PC 99 (ML): É verdade que a matéria a estudar, particularmente a que nos fornecem os dialetos, ainda é muito desigual, muito defeituosa; mas a exploração de todos os dialetos ainda ocupará as pesquisas de mais de uma geração, e já é servir à ciência indicar as maiores lacunas. (p. VI)

Não se pode dizer sequer que os sujeitos da pesquisa são meros fornecedores de dados, porque nem sujeitos tinha a pesquisa. Era um conhecimento sem sujeitos. Quem fornecia a matéria a estudar eram essas “entidades naturais” que são os dialetos. Ou melhor, era um conhecimento de um sujeito só (e sozinho):

PC 51 (GP): Diez levou mais ordem à disposição dos seus materiais; digeriu melhor a ciência e tornou-se mais facilmente abordável; enfim subordinou mais severamente a sua imaginação à sua observação, e nunca pediu senão aos próprios



fatos a sua explicação lógica. Cito ainda as suas próprias palavras: “Os fatos são o meu único sujeito; eu reúno-os e julgo-os tal como é possível, eis tudo. Evitei expressamente toda pesquisa que não teria podido dar senão resultados hipotéticos; assim renunciei a explicar a maneira como as línguas românicas se formaram do latim”. (p. XVII)

A produção de textos nesse discurso acabava repercutindo fortemente sobre as três funções da linguagem: reafirmava a identidade “sacerdotal” do filólogo, que obedecia até a uma espécie de disciplina “monástica”, que era o policiamento de si mesmo, para que a razão pudesse confabular com os fatos sem ser importunada; por conseguinte, estabelecia uma relação entre o filólogo e outros sujeitos no sentido de uma subalternização ou mesmo de um silenciamento destes; e essa constituição de si e das relações com os demais parte da crença em uma realidade que não é uma totalidade construída por todos, mas um exterioridade que está aí para ser observada, descoberta e dominada pela pesquisa científica:

PC 24 (FB): Proponho-me fazer nesta obra uma descrição do organismo das diferentes línguas que são nomeadas no título, comparar entre eles os fatos de mesma natureza, estudar as leis físicas e mecânicas que regem esses idiomas, e pesquisar a origem das formas que exprimem as relações gramaticais. (p. 1)

PC 25 (FB): buscaremos observar a linguagem, de certa maneira, na sua eclosão e no seu desenvolvimento. (p. 2)

PC 36 (GP): todas as línguas estão submetidas a leis gerais e espontâneas, e [que] o seu organismo não é nem menos lógico nem menos admirável que o de todos os fenômenos naturais. (p. II)

PC 48 (GP): Estudar em cada uma delas os diferentes fenômenos fônicos, lexicológicos e gramaticais nas diversas épocas da sua existência; precisar a sua relação com o latim e entre elas; fazer ressaltar o que caracteriza a originalidade de cada uma: tal é a matéria que vinha acrescentar-se à questão de origem para os filólogos do nosso tempo. (p. X-XI)

PC 100 (ML): O estudo científico da linguagem tem um objeto duplo; deve primeiro referir-se à forma da palavra e depois ao seu sentido, isto é, ao que ela representa não como produto fisiológico do som aportado pelo ar através dos órgãos vocais, mas como intermediária de relações psicológicas com outras formas. (p. 1)

PC 101 (ML): Do ponto de vista do desenvolvimento da transformação dos sons de uma língua, a significação de uma palavra é mais ou menos indiferente, posto que não se trata, em fonética, senão de um desenvolvimento fisiológico. (p. 1)

PC 102 (ML): As pesquisas sobre essa questão tornaram-se difíceis pelo fato de que as mais diversas influências exteriores tiveram amiúde uma ação decisiva sobre a significação de uma palavra. (p. 2)

PC 103 (ML): A filologia românica tem por objetivo expor como o vocabulário latino se modificou, pela forma e pelo sentido das palavras, nos diferentes países onde se falou romance. (p. 4)

Não só se acreditava na autonomia (e *autonomia* é uma palavra muito apropriada a essa crença, considerando que *autónomos* em língua grega é o que rege pela sua própria

(*αὐτός*) lei (*νόμος*), em latim *sui iuris*) da língua em relação às pessoas, mas não respeitar essa autonomia comportava um perigo grande à pesquisa, por ficarem os dados à mercê da inconstância de múltiplos fatores externos. Isto reforçava a construção identitária de um pesquisador que se olhava e era olhado como descobridor de fatos que estiveram durante um longo tempo obscurecidos, à espera de que a sua inteligência os aclarasse:

PC 1 (MB): qualquer que seja, entre as línguas da família, aquela cujo estudo se empreender, acredita-se achar em Bopp um guia sábio e engenhoso que vos mostra as afinidades e descobre para vós as origens delas. Ele não só situa todos os idiomas no meio onde nasceram e faz com que seja melhor compreendê-los, comentando um pelo outro, mas submete cada um deles a uma análise exata e fina que começa precisamente no ponto onde acabam as gramáticas especiais. (p. II)

PC 18 (MB): A questão primeira, a da formação, permaneceria impenetrável, se a filologia comparativa não fornecesse outros meios de investigação e de análise (p. XXXIX)

PC 22 (MB): Além da instrução, será encontrado então nela um seríssimo atrativo, descobrindo a razão da origem das regras que tantas gerações transmitiram sem as compreender, e vendo pouco a pouco um dia novo clarear e transformar os fatos que acreditávamos conhecer desde a infância. (p. XLVI)

PC 29 (FB): mas, por outra parte, há tantos segredos, tão profundamente engajados no organismo gramatical que, para descobri-los, é necessário considerar cada um dos idiomas comparados ao sânscrito e o próprio sânscrito sob facetas novas (p. 3)

PC 30 (FB): Se a gramática comparada, com os seus procedimentos sistemáticos que a fazem dar sentido a uma espécie de autonomia da linguagem, tivesse existido mais cedo, há muito tempo as relações íntimas do gótico (e por conseguinte de todos os idiomas germânicos) com o grego e o latim haveriam de ter sido descobertas e perseguidas em todas as direções, de maneira que seriam conhecidas e admitidas hoje por todos os estudiosos. (p. 4)

Novamente, vê-se que muitas décadas antes de Saussure “parir” a Linguística Moderna, os filólogos comparatistas, para não ficarem fora do clube da ciência, já lançavam mão a algumas estratégias que foram, sim, exitosas no que diz respeito à condição científica dos Estudos da Linguagem, mas ao preço de ter vindo causar divisões epistêmicas que atravessam esse campo até hoje. Com efeito, insistia-se bastante na objetivação de uma metodologia, isto é, o manejo de um método que independesse o quanto possível do sujeito que o empregava:

PC 2 (MB): Seria tentador crer que a linguística não tem regras fixas, já que, percorrendo o maior número dessas obras, vê-se cada autor pôr princípios que lhe são próprios e explicar o método que inventou. (p. III)

PC 3 (MB): Com uma boa fé científica mais rara do que se pensa, diz por qual conjectura chegou a destacar certa identidade, por qual aproximação constatou certa lei; se a continuação das suas pesquisas não confirmou uma das suas hipóteses, não põe dificuldade para dizê-lo e corrigir-se. (p. V)

PC 10 (MB): O futuro autor da *Gramática comparada* devia inaugurar um período novo: aportou consigo o espírito de análise científica. (p. XIV)

PC 15 (MB): Mas, logo após o dizer, não reconhece outro mestre senão a própria língua, e controla as doutrinas dos gramáticos em nome do princípio superior da crítica histórica. (p. XXVIII)

PC 16 (MB): Jacob Grimm é o verdadeiro criador dos estudos relativos às modificações dos sons. Essa história das vogais e das consoantes, que não pode senão parecer inútil ou árida àqueles que sempre permaneceram estranhos ao exame metódico das línguas, veio achar no ilustre germanista o mais delicado e o mais sedutor dos narradores. Ele mostrara, pela lei de substituição das consoantes alemãs, como é importante o papel das leis fônicas na formação e na metamorfose dos idiomas. (p. XXXV)

PC 19 (MB): A grande experiência tentada por Bopp provou que, reunindo em um feixe todos os idiomas de mesma família, pode-se completar um pelo outro e explicar a maior parte dos fatos que as gramáticas especiais registram sem os compreender. (p. XXXIX-XL)

PC 32 (FB): As línguas de que trata esta obra são estudadas por si mesmas, isto é, como objeto e não como meio de conhecimento; ensaia-se dar a sua física ou fisiologia mais do que se propõe ensinar o seu manejo prático. (p. 8)

Desta feita, assim como é a prática ascética que garante ao monge a retidão do seu serviço a Deus, é o disciplinamento metodológico que garante ao cientista a retidão do seu serviço à ciência, algo que está, diga-se de passagem, plenamente vigente. Assim como segundo a doutrina cristã o fiel não pode servir a dois Senhores, a doutrina científica impõe escolhas e renúncias claras, cujo prêmio, como o Reino de Deus para o cristão, é o Reino do Conhecimento:

PC 34 (GP): É quase inútil hoje em dia insistir sobre a importância e o interesse dos estudos filológicos. Eles conquistaram entre as ciências históricas uma posição que não podem mais perder. A linguística não saberia daí em diante ser simplesmente considerada um instrumento cômodo, mesmo que necessário, para o estudo do passado; é uma ciência que pode servir a si mesma de finalidade, sem correr o risco de ser tomada por divertimento de certos eruditos. (p. I)

Aceitando as regras de comportamento que impunham os “chefes do clube” – matemáticos, físicos, químicos, biólogos etc. – a primeira coisa que o novo cientista da linguagem teve de fazer para tornar convincente a autonomia da língua foi transformá-la em um ser vivo (por mais essencialista que tenha sido a visão para a língua de qualquer filólogo “pré-científico”, é forçoso reconhecer que, ao ler, comentar e editar documentos, ele trabalhava com a língua na e pela sociedade). Físicos, químicos, biólogos e outros cientistas conexos estudam, a partir de um modo de conhecer matemático, fenômenos naturais; logo, se a língua for um fenômeno natural, pode-se aplicar uma metodologia análoga à das Ciências Naturais ao estudo dela, e, por conseguinte, viabilizar o seu estudo científico. Assim, em todo

o *corpus* em tela depara-se com uma insistência que beira a impaciência sobre línguas que nascem, crescem e morrem ou sobre famílias de línguas, com mãe, filhas e irmãs:

PC 11 (MB): Mas observa as modificações provadas por essas línguas idênticas à sua origem, e mostra a ação das leis que fizeram idiomas saídos **do mesmo berço** tomarem formas tão diversas como o sânscrito, o grego, o latim, o gótico e o persa. À diferença desses pioneiros, Bopp não abandona o terreno da gramática, mas nos ensina que **ao lado da história propriamente dita há uma história das línguas que pode ser estudada por si** e que traz consigo os seus ensinamentos e a sua filosofia. (p. XX)

PC 13 (MB): Mas são apenas estas últimas que merecem verdadeiramente o nome de línguas com flexões; são as únicas, continua o autor na sua linguagem figurada, que parecem às vezes tomar ao pé da letra, **onde a raiz seja um germe vivo, que cresce, se espalha e se ramifica como os produtos orgânicos da natureza**. Assim as línguas indo-europeias atingiram a perfeição desde a primeira hora, e a sua história não é senão a de uma longa e inevitável decadência. (p. XXIV)

PC 26 (FB): A significação primitiva e, por conseguinte, a origem das formas gramaticais revelam-se, na maior parte do tempo, por si, à medida que o círculo de pesquisas é estendido e que **as línguas saídas da mesma família** são aproximadas umas das outras, as quais, apesar de uma separação que data de vários milhares de anos, trazem ainda a marca irrecusável **da sua descendência comum**. (p. 2)

PC 37 (GP): seguir, em uma palavra, em todas as ramificações, **a seiva vinda de um só talo**. (p. II)

PC 55 (FD): Uma vez admitida a existência de uma língua popular como um fato demonstrado por razões de valor universal, cumpre reconhecer um segundo não menos inatacável, que é **o nascimento das línguas românicas dessa língua popular**. Com efeito, a língua escrita, que se apoiava sobre o passado e que não era cultivada senão pelas classes altas e pelos escritores, não se prestava **pela sua própria natureza** a uma produção nova, enquanto que o idioma popular, muito mais flexível, **levava em si o germe** e a suscetibilidade de um desenvolvimento exigido pelo tempo e pelas novas necessidades. (p. 2)

PC 57 (FD): É certamente um dos mais interessantes problemas da filologia românica reconstruir os primitivos latinos por meio das palavras românicas, e **de restituir assim à mãe o que as suas filhas receberam dela** (p. 25)

PC 59 (FD): Mas aqui cabe distinguir **segundo a natureza das várias línguas** (p. 46)

PC 67 (FD): Na Itália, o lombardo ainda **florescia** no tempo de Paulo Diácono (morto por volta de 800), que fala dele amiúde como de uma língua **viva** (p. 58)

PC 113 (ML): **A marcha do desenvolvimento** das diferentes línguas românicas é muito desigual. (p. 16)

PC 114 (ML): O FRANCÊS ANTIGO difere **tão essencialmente** do FRANCÊS MODERNO que se criou o hábito de o tratar como uma língua à parte. (p. 16)

Há uma sentença atribuída a Joseph Goebbels (1897-1945), Ministro da Propaganda do Terceiro Reich, que reza, mais ou menos, que uma mentira dita muitas vezes acaba tornando-se verdade. Não é que se queira julgar aqui qualquer discurso em termos de verdade ou mentira, ou estabelecer qualquer relação do discurso criticado neste trabalho ao

nazismo, mas é que caso o leitor esteja preparando-se para argumentar que tomar a língua por fenômeno natural, como plasmado nos pontos críticos que acabei de citar, é coisa da Filologia oitocentista, superada pela Linguística Moderna, questiona-se: é capaz de negar que metáforas naturalizantes como *língua viva e língua morta*, *língua natural e língua artificial*, *família linguística* e *ramo linguístico*, não seguem plenamente em voga como metáforas absolutamente rasteiras, dadas, no discurso linguístico? Será que a insistência dos filólogos/linguistas oitocentistas sobre a naturalidade da linguagem não tem um alcance mais duradouro do que o que se costuma crer? Mais que isto: o *corpus* em estudo oferece também pontos críticos em que se deixa ver que essa naturalização não era, ao menos para alguns, uma crença inocente, mas uma operação consciente. Paris, contestando uma contra-argumentação de um linguista de sobrenome Fuchs, confessa-o:

PC 46 (GP): As línguas românicas, diz ele, não saíram do latim como filhas, não são outra coisa senão um desenvolvimento natural e normal do latim, que a língua latina adulta. É verdade que à primeira vista parecem ter uma individualidade bem distinta do latim; parece terem com ele apenas essa semelhança de família que se observa entre uma filha e a sua mãe; porém, quando se examinam de perto, vê-se que, apesar de todas as dessemelhanças, são no fundo a mesma língua e têm o mesmo gênio e a mesma construção que o latim, apenas em um estado mais avançado de desenvolvimento. (p. IX)

PC 47 (GP): A própria diversidade que faz das línguas mais distintas é um argumento suficiente contra a teoria de Fuchs, pois os diferentes povos que as falam não podem ter imprimido tão fortemente a cada uma delas o selo da sua originalidade própria sem as modificarem além dos limites de um desenvolvimento regular do latim popular. Sem dúvida, é no fundo a mesma língua, posto que, como eu disse acima, a rigor todas as línguas indo-europeias se fazem uma só; mas, se se pode aplicar em alguma parte em filologia os termos cômodos e claros de *filiação* e de *maternidade*, parece incontestável que é à relação do latim com as línguas românicas. (p. X)

Embora eivada de essencialismo, é preciso reconhecer que a argumentação de Fuchs se aproxima bastante de uma perspectiva pós-moderna sobre a origem das línguas românicas, segundo a qual a transformação de certo código em língua não se deve a uma evolução interna, mas sim a uma mudança de percepção por parte da comunidade que constitui e é constituída por esse código verbal. Em outras palavras, embora tenha acreditado na evolução definidora de *status*, o ponto de vista de Fuchs aproxima-se de um ponto de vista pós-moderno, à medida que assume a consequência de que o português e o francês poderiam, por exemplo, “ser”, ou melhor, serem encarados como a mesma língua.

E surpreende verdadeiramente que Paris, tendo acedido ao raciocínio de Fuchs, se tenha atido às metáforas naturalizantes por pura comodidade. Mas que cientistas eram esses e que cientistas somos nós que não eram nem somos capazes de sair de um conforto terminológico que se mostrava e se mostra, no mínimo, contestável?

Contudo, mesmo se tendo tomado a língua por um fenômeno natural, teria sido possível manter um mínimo de humanidade ao se focar o dito fenômeno em interação com o homem. O que se percebe, todavia, ao longo de todos os textos do *corpus* é que as pessoas foram simplesmente apagadas da “vida” das línguas. Antes eu disse que esse foi um fazer científico sem sujeitos e depois, melhor dito, de um sujeito só, que é o pesquisador. Agora, se se quiserem identificar outros sujeitos dentro da pesquisa, é possível, mas tais sujeitos não são seres humanos, mas as próprias línguas: elas fazem isto e aquilo, elas sofrem isto e aquilo.

PC 45 (GP): Essas características foram reconhecidas por pertencer ao latim popular, e este proclamado **o verdadeiro autor das línguas românicas**. (p. IX)

PC 58 (FD): As palavras demasiado curtas ou mesmo muito pouco sonoras **deviam naturalmente ser evitadas por uma língua** que, **rejeitando** sistematicamente certas consoantes finais, por exemplo *m* ou *s*, **encolhia** ainda a sua forma. O que **podia fazer o romance** de palavras como *rem*, *spem*, *vim* (tomamos aqui o acusativo por tipo), como *fas*, *vas*, *aes*, *os*, *jus*, *rus*? (p. 46)

PC 60 (FD): **A nova língua não podia** mais admitir tão facilmente como as antigas palavras homônimas ou que tinham uma semelhança grande (p. 47)

PC 61 (FD): o futuro clássico, que coincidia mais ou menos em parte com o imperfeito do indicativo, em parte com o subjuntivo presente, **foi abandonado por todas as línguas românicas** (p. 48)

PC 63 (FD): **A língua nova deixou** caírem quase todos esses belos verbos tão numerosos na 2.<sup>a</sup> conjugação que exprimem estado (p. 50)

Mesmo quando não se nominaliza ou não se passiviza a língua como sujeito do processo, é o próprio processo que aparece nominalizado:

PC 62 (FD): Enfim **a perda de muitas palavras latinas** teve por causa **a introdução de termos emprestados de línguas estrangeiras** (p. 49)

PC 64 (FD): **As perdas consideráveis que sofreu a 3.<sup>a</sup> conjugação** têm sem dúvida por causa **a grande variedade das suas flexões. Os verbos conservaram-se** melhor em composição (p. 50)

PC 89 (FD): **A conquista romana destruiu** tanto quanto possível em toda a extensão da Gália as línguas indígenas. p. 106

Dizer que pessoas fizeram isso ou aquilo na língua ou sobre ela no discurso em análise é algo tão raro que chega a espantar:

PC 76 (FD): Os italianos puseram-se desde cedo a refletir e a escrever sobre a sua língua. (p. 73)

Com efeito, o aparecimento ou o desaparecimento de palavras em certo âmbito de uso de um código linguístico é dos fenômenos mais ilustrativos do envolvimento entre a linguagem e a sociedade: novas palavras são criadas por uma comunidade ou tomadas a outra,

consoante as necessidades materiais e imateriais que vão surgindo dentro de tal comunidade, e a maneira como a mudança se dá é atravessada por hegemonias, pois é bastante provável que a comunidade ou a classe que satisfizesse primeiro à necessidade incipiente dite as pautas discursivas às demais na hora de satisfazerem a mesma ou semelhante necessidade. E silenciar isto é pôr-se a serviço dessas hegemonias. É a isto que serve o progresso da ciência?

Admitindo, ainda, um tratamento naturalista das línguas, seria minimamente coerente procurar-se “identificar traços” das línguas que as tornassem mesmo entidades naturais. No entanto, o que os textos mostram é que essas entidades, cuja independência, como já se analisou, um pressuposto fundamental, estão muito submissas ao juízo do pesquisador.

Primeiro, chama a atenção como o conceito de língua parece eterno, posto que o filólogo cataloga línguas do passado como se o conceito fosse intemporal e universal:

PC 65 (FD): Cada um desses povos diversos devia também exercer sobre a *romana rustica* uma influência diversa [...] os dialetos germânicos ainda estavam bastante vizinhos uns dos outros para que essas diferentes tribos tivessem certamente entre elas necessidade de intérpretes. [...] O gótico [...]. O lombardo [...]. O borguinhão [...]. O frâncico [...]. (p. 37)

PC 73 (FD): Os antigos idiomas da Itália eram, partindo do norte, o gaulês às duas margens do Pó; ao sudoeste, o etrusco; depois os três dialetos parentes, ao sudeste, o umbro; no centro, o sabélico com o volsco; ao sul, o osco; a língua grega, introduzida desde tempo imemorial, estendia-se pela Lucânia, pela Apúlia e pela Calábria, onde a língua messápica se extinguiu gradualmente. (p. 68)

Quais são os dados que permitem concluir que os povos germânicos, no período conhecido como Antiguidade Tardia, consideravam que falavam dialetos de uma mesma língua? Ou, comprometendo mais ainda a sustentação da outra descrição, que dados apontam que os povos que viviam no território hoje da Itália distinguiam tais e tais línguas? O fato de os documentos remanescentes testemunharem que eram, ou não, povos distintos? Então se chega a tais conclusões a partir do raciocínio de que a cada povo corresponde uma língua? E se sim, os documentos em que se catalogam os povos foram produzidos por quem, a serviço de quem ou do quê?

Se estas perguntas, referidas a línguas do passado, são perturbadoras, quando se volta a atenção ao tratamento dado a línguas do presente, a análise não fica menos tensa:

PC 53 (FD): Seis línguas românicas chamam a nossa atenção, seja pela sua originalidade gramatical, seja pela sua importância literária: duas ao leste: o italiano e o valáquio; duas ao sudoeste: o espanhol e o português; e duas ao noroeste: o provençal e o francês. (p. 1)

PC 79 (FD): A *Sardenha* divide-se, do ponto de vista linguístico, em três províncias. Na do norte domina o dialeto da Gallura, que é designado como estrangeiro,

introduzido nos tempos modernos e não sendo senão italiano corrompido; no centro, o de Logudoro, que leva evidentemente o selo mais original e mais arcaico e que é chamado propriamente dialeto sardo; ao sul, o dialeto de Campidano (ao qual também se liga Cagliari), que pende em direção aos dialetos do norte da Itália. (p. 77)

PC 82 (FD): A língua portuguesa, que é muito próxima do espanhol, mas do qual não é um dialeto, que mantém, ao contrário, a sua originalidade por importantes caracteres gramaticais, tem as mesmas fontes e, por conseguinte, aproximadamente os mesmos elementos. (p. 90)

PC 83 (FD): A língua tem por domínio Portugal e, além disso, a Galiza. Já foi questão o asturiano; o português e o galego (*galiziano, galego*) são uma só e mesma língua, como os próprios estudiosos indígenas reconheceram e demonstraram com diplomas redigidas nos dois países (cf. Dieze, sobre Velázquez p. 96). Com efeito, se se examinam os raros monumentos de data recuada que se podem nomear com certeza galegos, isto é os diplomas dessa província, assim como as *cantigas* do castelhano Afonso X, e as canções menos antigas de Macias, achar-se-ão bem poucas formas que tenham alguma importância que não sejam encontradas também nos antigos textos portugueses; mas o idioma dessa província, politicamente unida à Espanha, afastou-se pouco a pouco da sua antiga forma. (p. 91)

PC 84 (FD): A pátria especial do provençal é o sul da França. [...] Fora da França, o provençal estende-se pelo leste da Espanha, particularmente na Catalunha, na província de Valência e das ilhas Baleares (Bastero, *Crusca prov.* p. 20). A consciência dessa comunidade de linguagem era tão enérgica que um trovador (*Choix*, IV, 38) divide os povos da França em catalães e franceses, e conta entre os primeiros os habitantes da Gasconha, da Provença, do Limusino, da Alvéria e do Viennois. Dante, que ainda não conhecia o castelhano, situa mesmo na Espanha a sede principal da língua d'oc: "*Alii OC, alii OIL, alii SI afirmando loquuntur, ut puta Hispani, Franci et Itali*" (*De vulg. eloq.* I, 8). Disse-se até que Aragão pertencera algum tempo a essa língua e se destacou apenas mais tarde. Mayans diz por exemplo dos diplomas desse país: "*Los instrumentos quanto mas antiguos, mas lemosinos son*" (I, 54). (p. 94)

PC 85 (FD): Enfim, cabe ainda ligar a esse domínio a Saboia e uma parte da Suíça (Genebra, Lausanne e o sul do Valais). – É difícil achar um nome característico para essa língua situada entre os domínios francês, italiano e espanhol, pois não havia designação geográfica que abrangesse o seu território: era necessário emprestá-lo a uma das províncias que o compunham. (p. 94)

PC 88 (FD): A língua *atalã* (pois pode designar-se assim, segundo a província mais próxima, a língua que se estende pelo leste da Espanha, pelas ilhas e pelo Russilhão) não está exatamente com o provençal na relação de um dialeto; está mais para um idioma original aliado de perto a esse. No país onde se fala, apesar dos numerosos poetas que empregaram o provençal, este nunca foi admitido como língua literária. Sem dúvida, o catalão não podia subtrair-se à influência do provençal: no mais tardar por meados do século XIV, formas e expressões provençais penetraram na literatura. (p. 102-103)

PC 93 (FD): Não podemos, apesar de todas as reclamações contrárias, pô-la ao lado das seis línguas românicas literárias como uma irmã igual em direitos, primeiro porque, turvada por influências estrangeiras, não pôde chegar a uma completa originalidade; depois e sobretudo porque sobre o seu chão não se desenvolveu língua literária, pois não se escreve e não se fala senão nos dialetos e segundo uma ortografia arbitrária. Não há aqui um idioma cultivado e polido, que não era necessário, é verdade, a um pequeno povo alpino; o que é visto como a língua escrita anda acompanhado dos dialetos e muda com eles. (p. 121)



PC 94 (FD): Por mais misturada e alterada que pareça essa língua, o valáquio, não podemos recusar-lhe um lugar entre as línguas românicas, em consideração à sua posição exterior (posto que é a língua oficial, litúrgica e literária da terra onde se fala) e também aos traços arcaicos que conservou. (p. 124)

PC 108 (ML): Segundo Diez, distinguem-se seis línguas românicas: o romeno, o italiano, o provençal, o francês, o espanhol e o português. As razões dessa distinção são, em parte, do domínio da literatura, em parte, do domínio da história política. É somente por causa da sua importância literária na Idade Média que o provençal e também, no *Gundriss*, o catalão, têm o seu próprio lugar; é somente à sua independência política que o romeno deve a sua. O reto-romance, por não desempenhar nem papel político nem papel literário, não foi senão tratado de forma meramente acessória por Diez. E, no entanto, os retos, no cantão dos Grisões, conservam uma autonomia muito maior que, por exemplo, os franceses do Sul. Embora estes reconheçam o francês como língua literária e que subordinem a ele de forma totalmente natural, o seu dialeto, os habitantes da Engadina têm a sua língua literária própria que, longe de ser sacrificada ao italiano, é tida à mesma altura dele, e é nessa língua que leem os seus jornais etc. Considerando desse ponto de vista, olharemos, pois, como línguas literárias românicas: o ROMENO, o RÉTICO, o ITALIANO, o PROVENÇAL ANTIGO, o FRANCÊS, o ESPANHOL e o PORTUGUÊS. Dentre elas, o provençal aproxima-se particularmente do francês, e o português, do espanhol; de tal maneira que, no que se segue, onde não houver desenvolvimentos fonéticos divergentes, os exemplos franceses servirão ao mesmo tempo para o provençal, e os exemplos espanhóis, para o português. (p. 8)

PC 109 (ML): ASCOLI estabeleceu mais um grupo linguístico românico que forma um todo por si só, tal como o francês, o italiano etc.: o FRANCO-PROVENÇAL, Arch. Glott., 67-70. É com o mesmo direito que se poderia igualmente separar o gascão, o valão e os dialetos da costa leste da Itália. (p. 8)

PC 110 (ML): Igualmente, após longo tempo, em cada domínio de língua literária, distinguiram-se diferentes subdivisões que são caracterizadas por certos traços linguísticos. As novas pesquisas pouco a pouco demonstraram que uma subdivisão desse gênero, por mais útil que seja do ponto de vista prático, não pode escapar à repreensão de ser arbitrária e de lhe faltar base científica. (p. 9)

PC 111 (ML): Em todos os lugares onde dominam relações mútuas, encontra-se uma transição gradual entre um *patois* e o outro. (p. 9)

No PC 53, combinam-se dois critérios para se definir uma língua românica: que haja uma literatura importante escrita nela e que ela apresente originalidade gramatical. O primeiro é mais fácil compreender, pois a julgar pelas línguas definidas por ele, entende-se que importante seja uma literatura ampla e que goze de ótima fortuna crítica, como, de fato, são as literaturas francesa, espanhola, italiana e portuguesa. Porém, não é fácil compreender de que ponto de vista a literatura occitana seja importante, a não ser pela sua influência nas origens das demais literaturas românicas. Por mais que se considere esplendorosa a poesia dos trovadores, a sua importância minguou quando cessou esse movimento, pois o próprio cultivo literário do occitano no próprio território onde se fala decaiu muitíssimo em virtude de condições sociais, políticas e econômicas que favoreceram o uso do francês. Isto sem mencionar que a literatura romena, no momento em que Diez escrevia a sua obra, era absolutamente diminuta. Cogite-se, todavia, que o segundo critério contrabalance essa

incoerência: não há dúvida de que o romeno possui tal singularidade gramatical (PC 94) que lhe garante um lugar próprio entre as línguas românicas, e o mesmo se pode dizer do occitano. Porém, e os códigos continuadores do latim no norte da Itália? E o sardo, seja qual for o código a ser tomado menos ou mais legitimamente como tal (leia-se o PC 79)? Parece indubitável que esses códigos, categorizados como *dialetos italianos*, apresentam uma “originalidade” em face do italiano comparável ou mesmo superior à do português em face do espanhol, e, no entanto, esse tem o seu lugar assegurado (PC 82).

Meyer-Lübke (PC 108), em uma intertextualidade manifesta, não se ocupa em mexer no esquema de Diez, mas mesmo assim lhe acrescenta uma língua à qual chama *retoromance* e *rético*, ao qual Diez se refere no PC 93, no qual lhe nega a condição de língua, por não cumprir, a seu parecer, nenhum dos dois critérios. Mais precisamente, nega-lhe originalidade arguindo ter havido “ingerência na sua evolução”, e nega-lhe literatura não pela ausência da literatura mesma, mas por falta de padronização. Meyer-Lübke rebate-lhe por um argumento que hoje se diria que é sociolinguístico: a comunidade utente desse “rético”, ao menos a habitante em território suíço, não emprega, ou melhor, não empregava naquele momento, outra língua senão a sua.

No mesmo sentido, não um deles, mas ambos os autores vacilam em face do catalão (PC 84, PC 88, PC 108), que além de não cumprir satisfatoriamente o critério de “originalidade”, em virtude da sua proximidade ao occitano, no momento em que ambos os filólogos escreviam as suas obras, a comunidade catalanófono estava apenas começando a recobrar o uso literário dele; todavia os igualmente incipientes estudos sobre a sua literatura medieval mostravam que, excetuando os trovadores, os escritores não tinham empregado o occitano. Em resumidas palavras: o catalão parecia pouco original, pouco literário, mas pouco a pouco estava vindo à tona um passado de cultivo literário em nada diferente das demais línguas.

Seja como for, o ponto a destacar é: é certo que comunidades inteiras fiquem à espera de os filólogos/linguistas concordarem a respeito da condição de língua daquilo que elas falam? Curiosamente, se hoje ninguém duvida de que o catalão é uma língua românica por si, não foi porque os cientistas da linguagem chegaram a um consenso afirmativo, mas sim porque a comunidade catalanófono lutou – e não apenas metaforicamente – já que teve de enfrentar a hegemonia estatal-nacional do castelhano, para conquistar essa posição. Se desde certo momento os romanistas deixaram de questionar o estatuto do catalão, foi consequência dessa mudança social, não o contrário.

Daí beirar a chacota Paris falar de um tratamento igualitário dos códigos linguísticos na ciência:

PC 39 (GP): As línguas modernas não eram um sujeito de estudo senão de um ponto de vista prático ou literário, e, à parte da gramática e dos dicionários que cada nação preparava da sua própria língua, não se pensava muito em consagrar doudas vigílias, quer ao que se chamava os *jargões bárbaros* dos povos germânicos, quer a esses outros jargões bastardos, *crianças semiformadas dos normandos e dos godos*, que falavam os habitantes do antigo império romano. (p. III)

PC 40 (GP): Agora não é mais assim: não reconhecemos mais jargões bárbaros, *patois* indignos de estudos. Desde essa *linguagem grega, de doçuras soberanas, a mais bela nascida nos lábios humanos*, até o idioma mais pobre de uma tribo alpina, toda manifestação da grande lei que preside às línguas nos interessa e merece a nossa atenção, e alguns dos progressos da ciência devem-se mesmo às línguas mais desdenhadas por nós. Depois das línguas mais primitivas, que antes de tudo têm direito ao nosso estudo como mais próximas ao começo da fala, são as mais derivadas que nos chamam, por a sua origem nos ser conhecida. (p. IV)

PC 41 (GP): toda língua, por ser um produto espontâneo e orgânico da faculdade especial e maravilhosa situada por Deus na inteligência humana, tem direito igual ao nosso estudo e à nossa admiração; e a filologia, sem levar em consideração os méritos estéticos ou literários de cada uma, não outorga os seus elogios senão àquelas que têm menos alterado no seguir do seu desenvolvimento o seu organismo primitivo, e se mostraram mais fiéis aos princípios que deviam dirigi-las. (p. IV)

Que igualdade é essa que trata este código como “idioma pobre” e aquele, por pressuposição, como “rico”, ou este como “língua primitiva” e aquele, de novo por pressuposição, como “avançada”, ou, ainda, que elogia este por ser menos alterado, mais fiel aos seus princípios diretores, sem mencionar que enxerga diferentes méritos estéticos em cada um? Peremptoriamente: isto não é igualdade; isto são sentidos a serviço de hegemonias. É aí que a manipulação das “entidades autônomas” descamba para o nacionalismo (note-se como a ideia de primitivo no PC 40 exemplifica a discussão acerca da colonialidade do poder no capítulo 3: é primitivo o que está mais perto da natureza, por conseguinte mais longe da sofisticação humana):

PC 66 (FD): Mas **as semelhanças das duas nações** não se estendiam às duas línguas. A língua alemã não era a dominante: ambas reconheciam a supremacia do latim, que conservava os seus antigos privilégios de língua oficial e língua eclesiástica; até as leis alemãs eram redigidas em latim. **A própria nação conquistadora** habituou-se, pois, ao modo de ver recebido entre os habitantes cultivados das províncias, que consideravam como *patois*, e situaram sobre uma só e mesma linha, bem longe abaixo do latim, tanto o alemão como o romance, cujo valor era, portanto, bastante desigual. (p. 57)

PC 69 (FD): os germanos que permaneceram aí não puderam manter por muito tempo **a sua nacionalidade** em meio a invasões e a retiradas perpétuas dos mais diversos povos (p. 59)

PC 80 (FD): Durante os dois primeiros séculos da literatura italiana, existiu, no norte da península, ao lado da língua italiana do centro, uma espécie de idioma literário que, com variedades dialetais, oferecia um grande número de traços idênticos, e que,

se as circunstâncias políticas e literárias lhe tivessem sido favoráveis, teria podido tornar-se uma nova língua românica literária. Felizmente para **a unidade linguística da Itália**, essas condições de desenvolvimento fizeram falta. (p. 83)

PC 81 (FD): Começou-se no século XV a trabalhar **sobre a língua nacional**. (p. 90)

PC 90 (FD): Infelizmente os gramáticos dessa época acreditavam ser chamados a proceder como reformadores da língua, e especialmente a fazer na ortografia uma revolução que foi amiúde ridícula ou boba. Mas também houve escritores mais inteligentes que consagraram **à língua nacional** uma parte dos seus estudos (p. 112)

PC 107 (ML): A expressão de latim vulgar, no sentido em que se aplica a algo diferente do romance, não será empregada senão em dois casos: primeiro como designação do latim vulgar nas terras onde não se desenvolveu **uma nação românica**, isto é, na África, na Bretanha e na Germânia; em segundo lugar, para os fenômenos que não podem explicar-se pelas leis fonéticas das línguas românicas isoladas, e que, pelo acordo de todas as formas românicas, estão atestadas como datando de antes da separação. (p. 6)

Antes, no PC 65, os códigos usados pelos povos germânicos da Antiguidade Tardia foram classificados como dialetos de uma língua só. Agora, no PC 66, essa língua é nomeada *alemão*, e, no PC 69, os povos germânicos são referidos como uma nacionalidade. Como ficou entendido nos capítulos 2 e 3, as nações são construtos contemporâneos. Dizer que a nação alemã e a língua alemã já existiam no século V é elaborar uma narrativa para legitimar uma língua alemã que se sobrepõe a vários códigos bastante díspares e uma nação alemã que não só sobrepuja e encabeça as demais nações germânicas, mas que também toma o império para si. Igualmente, a “unidade linguística” da Itália é feliz para quem? Para o projeto nacionalista italiano? Não se contesta que o sucesso da língua portuguesa padrão, em contraposição ao insucesso do padrão norte-italiano, seja uma infelicidade para a “unidade linguística” espanhola. Curiosamente, Meyer-Lübke, que produziu a sua obra em um meio onde começou a aparecer mais variedade teórico-metodológica, sentiu-se chamado a reconhecer a fragilidade dessa “ciência nacionalista”:

PC 106 (ML): E mesmo sem essa dificuldade, a escolha dessa época seria puramente arbitrária, posto que **as ideias de nacionalidade e de língua não são de todo idênticas**. (p. 6)

Mas não vai além de reconhecer que as ideias de nacionalidade e de língua não eram de todo idênticas às do seu tempo, o que pressupõe a crença em que havia, sim, ideias de nacionalidade e de língua muito semelhantes às do seu tempo, tanto que pouco antes viu “nações românicas” em torno do ano 600!

PC 105 (ML): As diferenças locais, talvez mínimas na origem, cresceram desde que o império romano ruiu, que as relações cessaram de ser recíprocas e que no lugar de um império homogêneo houve estados isolados e independentes uns dos outros. É aí que se chegou em torno do ano 600, e é nessa data que começam **as nações românicas**. (p. 6)

Consequência dessa “promiscuidade” entre ciência e nacionalismo no discurso em tela é uma obsessão pela pureza:

PC 20 (MB)

A *Gramática comparada* de Bopp é a história da aplicação dos elementos primitivos que serviram para formar **a mais perfeita das famílias de línguas**. (p. XLI)

PC 56 (FD)

a literatura da decadência ainda se conservou **pura das flexões mutiladas ou contrárias à gramática** p. (3-4)

PC 68 (FD)

Depois do francês, é o italiano que é **o mais rico**; ele pode reivindicar cerca de 140 palavras que lhe são **próprias**. Já as línguas do sudoeste são **mais pobres**; elas não têm senão umas cinco dezenas de palavras **desse gênero**. **A mais pobre** é o valáquio (p. 59)

PC 70 (FD)

É segundo essas influências que cumpre apreciar **o grau de pureza de cada uma das línguas românicas**, pois a proporção de grego e de alemão é quase a mesma em todas. (p. 66)

PC 74 (FD)

o italiano é **o mais puro dos idiomas românicos**; de todas as filhas da língua latina, é a que se assemelha mais à sua mãe. (p. 72)

PC 86 (FD)

Desde antes dos primeiros trovadores, houve certamente um esforço em empregar **uma língua mais pura**, mais bem regrada, e que buscasse mais aproximar-se ao latim do que os *patois* populares: a eles coube o papel de empurrar mais longe o seu desenvolvimento, de separar o nobre do baixo, o estrangeiro do nacional, mas ao mesmo tempo de tomar emprestado aos *patois* o que dava à expressão leveza e variedade, às formas gramaticais riqueza. (p. 97)

PC 87 (FD)

O dialeto limusino **não merece os elogios** que lhe eram prodigados outrora. (p. 99)

PC 104 (ML)

Uma utilização sistemática de todas as fontes indiretas do romance está fora do quadro de uma gramática românica. (p. 5)

No PC 41, Paris ensina por que as línguas que se mantêm fiéis à sua essência merecem os elogios da Filologia. Por que Diez, no PC 87, diz que “o limusino não merece os elogios que lhe eram prodigados outrora”? Simplesmente porque o limusino é um dos dialetos occitanos que apresentam mais divergências em relação à coine trovadoresca (PC 86). E por que o italiano é tão elogiado pelo mesmo Diez (PC 68, PC 74)? Porque “é a que se assemelha mais à sua mãe”. Ou seja, a medida da pureza é a mudança. Em um fazer científico pautado pela “descoberta de leis”, a mudança, que provoca a variação (a qual, por sua vez, realimenta a mudança), só podia causar desconforto metodológico, afinal quanto mais heterogêneos são os dados, mais difícil é encontrar regularidades nele. Daí este quase desabafo de Diez:

PC 78 (FD): Cabe não esperar desses dialetos uma perfeita regularidade nas leis fonéticas, porque nem sempre puderam subtrair-se à penetração dos dialetos vizinhos e à influência da língua literária. Daí que se encontrem até três ou quatro representações do mesmo som italiano ou latino; mas às vezes essa diversidade também se deve a um desenvolvimento interior. (p. 74-75)

Evidentemente, é muito mais fácil formular regras onde já se têm formulado regras, neste caso estudando as línguas padronizadas, homogeneizadas à força. Por isto o romeno, cuja estatização-nacionalização estava em curso, é quase um estorvo para a análise:

PC 95 (FD): O primeiro passa por ser menos misturado, e é literariamente mais desenvolvido; o segundo recebeu mais elementos estrangeiros, particularmente albaneses, e sobretudo mais gregos, mas menos eslavos, e permaneceu no estado de *patois*. (p. 125)

PC 96 (FD): Ali, como em italiano, a etimologia encontra grandes dificuldades; línguas pertencentes às mais diversas famílias, conhecidas ou desconhecidas, acham-se reunidas ou sucederam-se nas províncias moldo-valáquias; e no entanto, a julgar pelo dicionário que possuímos, o idioma daco-romeno permaneceu pobre. (p. 125)

PC 97 (FD): Essa imensa mistura de povos reflete-se maravilhosamente no mais oriental dos ramos saídos da *lingua rustica*. Mal uma metade dos seus elementos permaneceu latina. Poder-se-ia crer achar nessa língua, que não teve quase nenhum contato com as suas irmãs e se desenvolveu sem a sua influência, um certo número de palavras latinas que lhe são desconhecidas (p. 127)

Essa fixação na pureza enquanto preservação da essência e essa valorização da regularidade como se não resultasse de um longo trabalho de doma permitem entender mais profundamente a presidência por parte da língua sânscrita da transformação da Filologia em ciência ao longo de todo o século XIX (convém lembrar que neste trabalho se considera que o desvencilhamento da Linguística veio consolidando-se a partir da publicação do *Curso de Linguística Geral*, de Saussure, cuja tese doutoral se intitula *Do emprego do genitivo absoluto em sânscrito (De l'emploi du génitif absolu en sanskrit)*):

PC 9 (MB): Acrescentava-se que a perfeição desse idioma era igual, senão superior, à das línguas clássicas da Europa. (p. X)

PC 12 (MB): Há entre o sânscrito e as línguas da Europa semelhanças que se descobrem à primeira vista e que ferem todos os olhos; há outras mais escondidas, embora não menos certas, que têm necessidade, para serem reconhecidas, de um estudo mais delicado e de observações multiplicadas. Aqueles que viam na unidade da família indo-europeia um fato cuja demonstração pertencia ao linguista, mas cujas consequências deviam desenvolver-se somente em outro lugar, na gramática, podiam contentar-se com analogias evidentes. (p. XVI)

PC 21 (MB): mas o que, acima de tudo, devemos às escolas da Índia é a ideia de uma gramática experimental, de modo algum subordinada nem à retórica nem à filosofia, que não se apegava à função das palavras, mas se ocupa da forma. (p. XLIV-XLV)

PC 27 (FB): a descoberta do sânscrito, que foi, na ordem dos estudos gramaticais, como a descoberta de um mundo novo (p. 2)

PC 28 (FB): Quem teria duvidado, há meio século, que do Extremo Oriente nos viria uma língua que partilharia e às vezes sobrepassaria todas as perfeições de forma que se estava habituado a olhar como o privilégio da língua helênica, e que estaria em tudo à altura de pôr fim à rivalidade dos dialetos gregos, mostrando qual deles conservou a cada ponto a forma mais antiga e mais pura? (p. 2-3)

PC 35 (GP): O conhecimento das várias linguagens que serviram aos homens de todos os países para exprimir o seu pensamento sempre foi o objeto de estudo dos intelectuais; e no que concerne à análise filosófica da fala humana, assim como da ciência exata deste ou daquele idioma, não é preciso esperar pela nossa época para encontrar mestres. Mas as relações desses idiomas entre si, a sua filiação, o seu parentesco, não tinham sido estudados até o fim do século XVIII, ou não o tinham sido senão em paradoxos às vezes engenhosos, porém mais apropriados a desacreditar do que a fazer avançarem tais pesquisas. A descoberta ou o conhecimento cada vez mais aprofundado das línguas antigas do Oriente é o fato que, nos primeiros anos do nosso século, deu à filologia um novo impulso, e a transportou a uma região mais elevada. (p. I-II)

Contraditoriamente, isto imprimiu na ciência da linguagem o que ela rechaçava como próprio da Gramática: a normatização. Normatizações distintas, é verdade: a da Gramática com o fim de estabelecer a norma-padrão; a da ciência, resultado de se espremerem os dados até caberem dentro dos seus quadros teórico-metodológicos:

PC 54 (FD): Cuidou-se em provar a existência desse dialeto popular pelos testemunhos dos próprios antigos; mas a sua existência é um fato que tem tão pouca necessidade de provas que se teria mais é o direito de pedir provas para demonstrar o contrário, pois seria uma exceção à regra. É preciso apenas buscar entender por língua popular o que se entende hoje por isso, **o uso nas classes baixas da língua comum, uso cujos caracteres são uma pronúncia mais negligenciada, a tendência a se afrouxarem as regras gramaticais, o emprego de numerosas expressões evitadas pelos escritores, certas frases, certas construções particulares.** (p. 1)

PC 75 (FD): Não é senão o século seguinte que viu desenvolver-se rapidamente toda uma literatura, seja na língua escrita, seja nos dialetos. Cabe buscar o berço da língua escrita no centro da Itália, na Toscana antes que em Roma; **ela é de tal modo superior aos patois** que **o nome de língua de convenção** lhe vem ser um título mais justo até que ao alto-alemão literário. (p. 72)

PC 115 (ML): É aproximadamente após o começo do século VII que os diplomas, as leis, as vidas de santos etc. testemunham uma ignorância cada vez mais completa das formas latinas. **Uma grande confusão** aparece na declinação e na conjugação. Inovações também se mostram na ortografia: **confundem-se** as letras, são suprimidas, são acrescentadas ou então são trocadas umas pelas outras. A formação das palavras e a sintaxe não se apartam menos **das regras anteriores. Por mais grosseiro e mais irregular** que pareça à primeira vista esse BAIXO-LATIM, podem ser reconhecidos nele, no entanto, sem grande dificuldade os caracteres fundamentais do desenvolvimento linguístico românico. O fundo não é outra coisa senão o dialeto românico do escritor, esmaltado, em uma medida mais ou menos ampla, de reminiscências das formas **do latim correto.** (p. 17)

Assim, expulsando pela porta dados que voltam pela janela, lembrando o sagaz Santos (2010), ou seja, sem teoria nem metodologia que desse conta da heterogeneidade do

objeto de estudo, os filólogos-cientistas acabaram cancelando a assimetria entre línguas e dialetos ou linguajares ou *patois* ou *Mundarten*, forjada pela estatização das línguas dos príncipes durante a Era Moderna e firmada pela nacionalização dessas línguas desde o começo da Era Contemporânea:

PC 72 (FD): Passamos agora ao segundo objeto desta introdução, as províncias ou domínios respectivos de cada uma das línguas que compõem a família românica. (p. 67)

O que são essas províncias ou domínios? Nada mais que os espaços dos três grandes Estados-nacionais: o “domínio italiano”, “o domínio francês” e o “domínio espanhol” (este engloba o português). E mais uma vez, há pontos críticos em que se confessa que essas escolhas teórico-metodológicas, junto com as suas consequências a serviço de hegemonias, não são inocentes. Atente-se, a seguir, para como Diez compreende que a valoração dos códigos verbais é produzida sócio-historicamente e que sociopolítica também é a formação da língua francesa:

PC 91 (FD): DIALETOS. – Desempenham em francês um papel bem mais importante que em italiano. Com efeito, na antiga literatura, tinham pleno valor, e nenhum deles era propriamente aceito como língua escrita. (p. 114)

PC 92 (FD): Foi um acontecimento político que deu ao idioma francês essa supremacia: a usurpação de Hugo Capeto, que fixou a cabeça do sistema feudal em Paris. – À medida que a unidade do reino se fortificou, as diferenças provinciais esfalçaram-se, e pouco a pouco o dialeto da Ilha de França tornou-se dominante, e elevou-se, enfim, à condição de língua comum, mas não sem receber dos dialetos circunvizinhos numerosas formas que eram propriamente estranhas à sua essência. (p. 115)

Meyer-Lübke vai mais longe: reconhece textualmente a arbitrariedade das classificações nacionalizantes (embora não reconheça textualmente que são nacionalizantes):

PC 112 (ML): Como a reunião em grupos particulares das numerosas diferenças linguísticas subordinadas a uma língua literária, e por não encontrar expressão nessa língua literária, apresenta grandes vantagens práticas, é bom conservá-la provisoriamente. São os limites políticos antigos ou atuais que servem para estabelecer esse agrupamento; mas cumpre nunca esquecer que é apenas um expediente mais ou menos arbitrário. (p. 10)

Porém, e sabe o leitor que não é a primeira vez que isto aparece nesta análise, o cientista acaba preferindo manter uma comodidade teórico-metodológica a contestar algo que terá repercussões não pequenas sobre o seu fazer.

Mas o comprometimento dessas teorizações imiscuídas de nacionalismo não se detém aí. Do nacionalismo para o etnocentrismo não há sequer qualquer passo a ser dado, e daí para o racismo é um pulo:



PC 31 (FB): mas o olhar de quem ensina deve abranger mais de um ou de dois indivíduos **da raça**. (p. 5)

PC 33 (FB): Dou o nome de “indo-europeia” à família de língua cujos membros mais importantes o presente livro junto em um corpo; com efeito, à exceção do ramo finlandês, assim como do basco, que não se pode ligar a nada, e do idioma semítico deixado pelos árabes na ilha de Malta, todas as línguas da Europa pertencem a essa família. Não posso aprovar a expressão “indo-germânico”, não vendo por que se tomariam os germanos pelos representantes de todos os povos do nosso continente, quando se trata de designar uma família tão vasta, e que o nome deve aplicar-se igualmente **ao passado e ao presente da raça**. Eu preferiria a expressão “indo-clássico”, porque o grego e o latim, sobretudo o primeiro, conservaram o tipo original da família melhor que qualquer outro idioma europeu. (p. 21)

PC 98 (FD): Em circunstâncias favoráveis, uma língua pode às vezes sofrer **a mistura mais forte sem perder aí o seu caráter**; mas o valáquio ainda não chegara bem por assim dizer à plena posse e à consciência de si mesmo, quando começou a ser penetrado pelos elementos estrangeiros. Os princípios da assimilação ainda lhe faziam falta: a admissão demasiado literal das palavras estrangeiras é a prova disso; sons puramente eslavos, até grupos de letras como *ml* e *mr* iniciais, foram acolhidos sem mudança. (p. 129)

Enfim, convém encerrar esta análise comentando a distribuição e o consumo destes textos. Embora as obras que o compõem tenham sido lançadas há muito tempo, o *corpus* não deixa de dar pistas sobre isso:

PC 4 (MB): Se os estudos históricos não são mais hoje na França o que foram há cinquenta anos, se as lições de literatura dadas nas nossas escolas não se parecem mais às lições literárias que receberam os nossos pais e os nossos avós, por que só a gramática ficaria no mesmo ponto em que esteve no começo do século? (p. VI)

PC 5 (MB): A gramática, assim compreendida, tornou-se ao mesmo tempo mais racional e mais interessante: é justo que o nosso ensino aproveite os conhecimentos novos que, longe de o complicar e de o obscurecer, lhe aportarão a ordem, a luz e a vida. (p. VI)

PC 14 (MB): A terceira e derradeira novidade que queremos retirar da obra que nos ocupa é a independência que, desde os seus primeiros passos, Bopp reivindica para a filologia comparativa em face das gramáticas particulares que dão as regras de cada língua. (p. XXVI)

PC 23 (MB): Poucas pesquisas tiveram um crescimento mais rápido: criada há meio século, a filologia comparativa é ensinada em todos os países da Europa; tem as suas cadeiras, os seus livros, os seus jornais, as suas sociedades; introduziu ideias novas sobre a origem e o desenvolvimento das línguas, modificou profundamente a etnografia e a história, transformou os estudos mitológicos e esclareceu inesperadamente o passado da humanidade. (p. LIV-LV)

Os filólogos que se converteram à ciência no século XIX tiveram mesmo sucesso em transformar a Filologia em ciência da linguagem, como atestam estes quatro pontos críticos de Bréal. Isto comporta a consequência de uma distribuição de textos dentro do espaço acadêmico para o consumo dos próprios pares. Baste lembrar-se, para reforçar essa interpretação, do fato de que tanto a obra de Bopp como a de Diez foram traduzidas do

alemão para o francês por antigos alunos seus, cujos textos introdutórios a essas obras se analisaram também aqui. Por outro lado, os gêneros que compõem o *corpus* deste trabalho não contêm, como outros gêneros, como alguns da administração pública ou privada, dispositivos que restringissem a sua distribuição, ou conteúdos que pudessem ser censurados, com o mesmo efeito. Ao contrário, são textos produzidos, distribuídos e consumidos no âmbito da educação, usados amplamente por gerações de pesquisadores, professores e estudantes, e que, mesmo depois de perder a sua vigência como teoria e metodologia do momento, permaneceram disponíveis a quem quisesse ter acesso a eles pelos mais variados motivos. Em uma palavra, são textos destinados a influir em um grande número de pessoas, destinados, portanto, a desencadear e a manter conjunturas ou a desencadear mudanças de conjunturas.

Ao mesmo tempo, ao menos um ponto crítico testemunha que a velha Filologia, aquela que se reconhece desembaraçadamente composta e dependente de fazeres e saberes vários, continuou a ser praticada, embora o próprio ponto crítico fique à guisa de comprovação derradeira de tudo quanto tenho analisado neste trabalho: a ciência construída como conhecimento superior, objetivo e universal, ao qual os demais ficam subalternos por não possuírem as mesmas ou semelhantes qualidades.

PC 6 (MB): A ciência da linguagem pode ainda ser abordada por outros lados. As pesquisas de epigrafia, de crítica verbal, de métrica, os estudos sobre o vocabulário de um autor ou de um período literário são outras tantas fontes de informação que **devem fornecer à filologia comparada o seu contingente de fatos e de ensinamentos.** (p. VII)

## 7 CONCLUSÃO

“Nós vamos ter que controlar sua língua. [...] Eu não posso tampar este dente agora, você ainda está drenando. [...] Nós vamos ter que fazer alguma coisa com a sua língua. [...] Eu nunca tinha visto algo tão forte ou tão resistente” (ANZALDÚA, 2009, p. 305)

Assim começa Gloria Anzaldúa, uma intelectual chicana, uma reflexão sobre a sua vivência linguística. Trata-se de claro trocadilho com a palavra *língua*, nome do órgão corporal. Poder-se-ia, ainda, pensar que o autoritarismo do dentista serve de metáfora apenas a paisagens linguísticas como a da autora, em que uma minoria étnica sofre manifesta opressão com o fim de ser assimilada ou excluída. Nada mais longe do que este trabalho veio defendendo: “nós vamos ter que controlar a língua” é a frase que resume a história das ideias linguísticas no Ocidente. Casos como o do povo chicano são apenas mais evidentes do que acontece em geral.

Com efeito, Anzaldúa (2009, p. 306) resume o seu próprio texto, intitulado *Como domar uma língua selvagem*, objetando que “[l]ínguas selvagens não podem ser domadas, elas podem apenas ser decepadas”. Entendendo que “decepar” no seu sentido etimológico (arrancar a cepa), o leitor pôde compartilhar, ao longo da primeira metade deste trabalho, que a invenção das línguas ocorreu, precisamente, a partir do decepamento de todos os códigos que não cumpriam as condições para serem convertidos em línguas.

Convém lembrar que durante o Renascimento somente as línguas reais e curiais foram transformadas em ilustres e cardeais, ou, trocando em miúdos, somente as línguas que tinham sido ou estavam sendo estatizadas foram padronizadas, o que lhes permitia o acesso às condições que distinguiam aquelas que Isidoro de Sevilha qualificara, uns nove séculos antes, de sagradas, por nelas terem sido escritas as palavras que Pôncio Pilatos mandou pôr acima de Jesus Cristo crucificado, mas que coincidiam em possuir uma norma-padrão consolidada e cristalizada por um antiquíssimo uso. A revolução tecnológica da gramatização foi, pois, um primeiro decepamento: há uma situação inicial, uma paisagem linguística relativamente igualitária abaixo do latim, e uma mudança, em que os usos inovadores de certos códigos foram minando e tomando a superioridade acreditada ao latim. Todas as demais línguas que não contavam com o amparo do Estado ficaram excluídas, embora tenham continuado tão línguas quanto aquelas que ganhavam gramáticas, dicionários, cartilhas e novas ordens de discurso. Como testemunha Anzaldúa: “Mesmo nossa própria gente, outros falantes do

espanhol *nos quieren poner candados en la boca*<sup>75</sup>. Eles nos conteriam com seu montão de regras de academia” (2009, p. 307) e “[o] espanhol chicano é considerado deficiente pelos puristas e, pela maioria dos latinos, uma mutilação do espanhol” (2009, p. 307).

Diferentemente aconteceu quando essas línguas seletas foram nacionalizadas, ou seja, quando o vínculo de vassalagem ao príncipe foi sendo trocado pelo de pertencimento à nação, pois se antes se empregava a língua real, curial, cardeal e ilustre quando era preciso relacionar-se com o Estado, agora era necessário não só usar, mas também ter a língua nacional, para ser membro da nação. Exemplificando, pelo Antigo Regime podia-se ser vassalo do rei da França e falar alemão ou bretão; depois da Revolução, cada vez menos pôde-se ser francês e não falar francês. E a maneira muito eficiente de se obter isso foi, precisamente, o dito de Anzaldúa: não tentar domar, mas decepar os demais códigos, isto é, arrancá-los da seara das línguas ao rebaixá-los a alguma coisa inferior, como mero linguajar, *patois*, *Mundart*... dialeto. “*Deslenguadas. Somos los del español deficiente*<sup>76</sup>. Somos seu pesadelo linguístico, sua aberração linguística, sua *mestizaje*<sup>77</sup> linguística, o sujeito da sua burla”, acrescenta Anzaldúa (2009, p. 310).

Quando se estreitaram os Estudos da Linguagem para caberem nos quadros da ciência, em vez de os incipientes cientistas evidenciarem o conceito de língua como invenção da modernidade e a sua manipulação a serviço do Estado-nação, eles reforçaram-na. Através das suas obras, os códigos linguísticos ganharam vida própria e foram submetidos à racialização, da qual a própria modernidade é indistinguível: “A identidade étnica e a identidade linguística são unha e carne – eu sou minha língua” (ANZALDÚA, 2009, p. 312). Assim, no século XVI, os missionários à frente da colonização da América foram capazes de encararem as línguas-gerais como... línguas, apesar de todo o seu racismo e de perseguirem a integração dos falantes dessas línguas no sistema mundo moderno-colonial. Trezentos anos mais tarde, os filólogos que escolheram tomar parte do clube da ciência, munidos de um conceito de pureza atrelado à proximidade de uma presumida origem e de um conceito de perfeição fincado na morfologia das línguas indo-europeias clássicas, tornaram-se incapazes de reconhecer como tais esses mesmos códigos ou quaisquer outros que não tinham sido estatizados nem estavam sendo nacionalizados.

Com efeito, se hoje o termo *dialeto* faz parte do vocabulário comum, isto se deve ao fato de os filólogos oitocentistas terem tomado esse helenismo com o sentido renovado

---

<sup>75</sup> “Querem pôr cadeados nas nossas bocas.”

<sup>76</sup> “Deslenguadas. Somos os do espanhol deficiente.”

<sup>77</sup> “Mestiçagem.”

primitivamente pelos humanistas e de o seu discurso se ter vulgarizado. Recobrando o exemplo dado, se no Antigo Regime era possível ser vassalo do rei da França e falar alemão e após a Revolução ficou difícil ser francês e não falar francês, a ciência veio chancelar a favor do Estado-nação que o que se fala além da sua fronteira é mesmo alemão, mas aquém dela é dialeto alsaciano. E se um código como o bretão já não é visto como espécie da mesma categoria – dialeto –, não se deve a uma mudança de parecer por parte dos filólogos/linguistas, mas à mobilização regionalista ou nacionalista alternativa da comunidade utente do código. Com um afã de descrição, que oculta uma ação legisladora, a ciência acaba fazendo as identidades dos povos de reféns, mas os povos não podem ficar à mercê dela no seu anseio de se assumirem como creem que são:

Chicanos e outros povos de cor sofrem economicamente por não se aculturarem. Essa alienação voluntária (ainda que forçada) resulta em conflito psicológico, um tipo de identidade dual – não nos identificamos com os valores culturais anglo-americanos e não nos identificamos totalmente com os valores culturais mexicanos. Somos a sinergia de duas culturas com várias gradações de mexicanidade e de anglicidade. Eu internalizei tão bem o conflito da fronteira que às vezes sinto como se anulássemos o outro e fôssemos um zero, nada, ninguém. *A veces no soy nada ni nadie. Pero hasta cuando no lo soy, lo soy*<sup>78</sup>. (ANZALDÚA, 2009, p. 316)

“Nós vamos ter que controlar sua língua”: assim o filólogo à porta da ciência – até então um humilde intérprete da cultura de um povo mediante os seus escritos – escolheu, pois, agir para entrar aí. Tão autoritário quanto o dentista que Anzaldúa quis evocar, mais colonizador que o missionário-gramático, o linguista não é senão continuador desse filólogo após o enquadramento epistemológico de Saussure. Isto comporta uma consequência verdadeiramente grave: ergueu-se toda uma ciência, institucionalizada há décadas em faculdades por todo o mundo, com um volume de produções nada desprezível, que aporta teorias e métodos cridos universalmente válidos e aplicáveis, mas que parte de um objeto inventado na e pela modernidade, universalizado à força da colonialidade do poder e do saber, manejado ao sabor dos interesses do Estado-nação.

Se há uma surpresa que posso compartilhar ao fim deste trabalho é o conceito *língua* ser tão frágil e essa fragilidade ser tão patente; isto no próprio discurso no qual o dito conceito é tomado por objeto, e na etapa fundacional desse discurso. Sem dúvida, a sua perenidade deve-se ao silenciamento da sua fragilidade: pesquisa-se muito de pontos de vista muitos e variados, mas sob a comodidade comum de não se questionar antes o que é uma língua, como se a questão já tivesse recebido respostas bastantes, ou bastasse a segurança do ponto de chegada, ou mesmo como se houvesse um desengano quanto a uma resposta

<sup>78</sup> “Às vezes não sou nada nem ninguém. Mas até quando não o sou, sou-o.”

aceitável, ou seja, como se se tivesse chegado ao convencimento de que tal resposta não passa de uma quimera. No máximo, afronta-se o questionamento do que seja a língua, isto é, a máquina *língua*, ao qual se dá uma resposta acalentadora para a própria pesquisa. Após décadas de construção de um castelo tão vasto e tão alto, questionar o que é uma língua tornou-se epistemologicamente perigoso para a Linguística, de tal modo que quem o faz tem de pôr um pé nela e o outro fora:

*Nosotros los chicanos*<sup>79</sup> temos um pé em cada lado das fronteiras. De um lado, somos constantemente expostos ao espanhol dos mexicanos; do outro lado, escutamos a reclamação incessante dos anglos para que esqueçamos nossa língua. (ANZALDÚA, 2009, p. 315)

Se Saussure estabeleceu a condição de se colocar no terreno da língua para o linguista moderno, condição que – formalista ou não – todos cumprem, cada um à sua maneira, este trabalho teve, em contrapartida, de se colocar em terreno análogo ao de Anzaldúa: um terreno fronteiro. Buscou-se nos Estudos Críticos da Linguagem o espaço institucional com a abertura necessária para não só escapar à ortodoxia, indo pisar terrenos outros, das Ciências Sociais, da História Social e da própria Filologia, mas também o entendimento necessário para voltar-se para e contra o discurso fundador da ortodoxia, no que tange às línguas. Efetivamente, muito longe de dar uma resposta ortodoxa a que é uma língua, ou seja, uma resposta que conforte a angústia de quem se faz tal pergunta, este trabalho encerra-se com essa angústia realimentada por os Estudos da Linguagem aparecerem tão cúmplices de manejos ideológicos do conceito *língua*, isto é, contribuintes do estabelecimento e da manutenção de hegemonias, quando deveriam estar na linha de frente da contestação; afinal, faz-se ciência para quê?

---

<sup>79</sup> “Nós os chicanos.”

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Claudiana Nogueira de. **Searle interpretando Austin: a retórica do “medo da morte” nos estudos da linguagem.** 2005. 285 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ALKMIM, Tânia. Sociolinguística (Parte I). *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs.). **Introdução à lingüística: Domínios e fronteiras.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 21-48, v. 1.

ANZALDÚA, Gloria. Como domar uma língua selvagem. *In*: **Cadernos de Letras da UFF**, n. 39, p. 305-318, 2009.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização.** 2. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

BALIEIRO Jr., Ari Pedro. Psicolinguística. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 171-202, v. 2.

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

BENTES, Ana Christina. Lingüística textual. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 245-287, v. 1.

BERNÁRDEZ, Enrique. **¿Qué son las lenguas?** 2. ed. Madrid: Alianza, 2004.

BLOMMAERT, Jan; VERSCHUEREN, Jef. El papel de la lengua en las ideologías nacionalistas europeas. *In*: SCHIEFFELIN, Bambi B.; WOOLARD, Kathryn; KROSKRITY, Paul W. (eds.). **Ideologías lingüísticas.** Madrid: Los Libros de la Catarata, 2012.

BOPP, Franz. **Grammaire comparée des langues indo-européennes comprenant le sanscrit, le zend, l’arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l’ancien slave, le gothique et l’allemand.** Trad.: Michel Bréal. 2. ed. Paris: Hachette, 1875.

BOYER, Henri. La Revolució Francesa a la recerca de l’unilingüisme. *In*: FELIU, Francesc; JUHER, Cristina (orgs.). **La invenció de les llengües nacionals.** Barcelona: Quaderns Crema, 1999, p. 103-122.

BRÉAL, Michel. Introduction. *In*: BOPP, Franz. **Grammaire comparée des langues indo-européennes comprenant le sanscrit, le zend, l’arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l’ancien slave, le gothique et l’allemand.** Trad.: Michel Bréal. 2. ed. Paris: Hachette, 1875.

BURKE, Peter. **Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna.** São Paulo: UNESP, 2010.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística (Parte II). *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 49-78, v. 1.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CIRUELA ALFÉREZ, Juan José. **Historia de la lingüística china**. 1999. 322 p. Tese – Departamento de Lingüística General y Teoría de la Literatura, Universidad de Granada, Granada.

COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

DIEZ, Friedrich. **Grammaire des langues romanes**. Trad.: Auguste Branchet e Gaston Paris. 3. ed. Paris: A. Franck, 1874.

DUBOIS, Jean *et alii*. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 2006.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 41-54.

ECO, Umberto. **A busca da língua perfeita**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

ELIA, Silvio. **Preparação à linguística românica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2010.

FERREIRA, Dina Maria Martins. *Homo academicus: crise identitária e prática científica*. **Signótica**, Goiânia, v. 24, n. 2, p. 287-303, 2012.

GAFFIOT, Félix. **Dictionnaire latin-français**. Paris: Hachette, 1934.

IORDAN, Iorgu. **Lingüística románica: evolución, corrientes, métodos**. Madrid: Alcalá, 1967.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. *In*: \_\_\_\_\_. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 11-40.

LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert. **A Greek-English lexicon**. 8. ed. Nova York: American Book Company, 1901.

LINHARES, Miguel Afonso. A construção da norma-padrão da língua catalã: uma análise dos seus percalços e êxitos. *In*: **Cadernos do CNLF**, v. XV, n. 5, t. 2. Rio de Janeiro: CIFEFiL, p. 1115-1215, 2011.



LOUREDA, Óscar. Bolonia, la Filología y Venus ante el espejo. **Tonos**, n. 17, p. 19-31, jul. 2009.

MAGALHÃES, Izabel. Teoria crítica do discurso e texto. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 113-131, 2004.

MAKONI, Sinfree; MEINHOF, Ulrike. **Linguística aplicada na África: desconstruindo a noção de “língua”**. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (org.). **Por uma linguística indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006, p. 191-213.

MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

MEYER-LÜBKE, Wilhelm. **Grammaire des langues romanes**. Trad.: Eugène Rabet. Paris: E. Welter, 1890.

MIGNOLO, Walter D. **Historias locales / diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.

MORATO, Edwiges. Neurolingüística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 143-170, v. 2.

MORENO CABRERA, Juan Carlos. **El nacionalismo lingüístico: una ideología destructiva**. Barcelona: Península, 2008.

\_\_\_\_\_. **La dignidad e igualdad de las lenguas: crítica de la discriminación lingüística**. Madrid: Alianza, 2000.

NADAL, Josep Maria. **Llengua escrita i llengua nacional**. Barcelona: Quaderns Crema, 1992.

\_\_\_\_\_. Normativa i història de la llengua. In: FELIU, Francesc; JUHER, Cristina (orgs.). **La invenció de les llengües nacionals**. Barcelona: Quaderns Crema, 1999, p. 13-38.

NEBRIJA, Antonio. **Gramática castellana**. Madrid: Fundación Antonio de Nebrija, 1992.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2005.

NIERMEYER, Jan Frederik. **Mediae latinitatis lexicon minus**. Leiden: E. J. Brill, 1976.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 17-46, v. 2.

PARIS, Gaston. Préface. In: DIEZ, Friedrich. **Introduction à la grammaire des langues romanes**. Paris; Leipzig: A. Franck, 1863.

PEZATTI, Erolilde Goreti. O funcionalismo em linguística. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011, v. 3.

PINTO, Joana Plaza. Da língua-objeto à práxis linguística: desarticulações e rearticulações contra hegemônicas. **Linguagem em foco**, v. 2, n. 2, 2010.

\_\_\_\_\_. Pragmática. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 47-68, v. 2.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (comp.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 201-246.

RAJAGOLAPAN, Kanavillil. Repensar o papel da linguística aplicada. *In*: LOPES, Luiz Paulo da Moita (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006, p. 149-168.

\_\_\_\_\_. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

RIVAS, Elena. As políticas lingüísticas no reino de León-Castela. *In*: BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel (ed.). **Na nosa lyngoage galega**: A emerxencia do galego como língua escrita na Idade Media. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega; Instituto da Lingua Galega, 2007, p. 227-244.

ROBINS, Robert H. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

SALUM, Isaac Nicolau. Prefácio à edição brasileira. *In*: SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SIFRE, Manuel. **Llengua i dialecte**. Alzira: Bromera, 2005.

SIGUAN, Miquel. Llengües i cultures en un món globalitzat. *In*: MOLLÀ, Toni (ed.). **Llengües globals, llengües locals**. Alzira: Bromera, 2002, p. 37-56.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Caminhos da linguística histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola, 2008.

SÜSELBECK, Kirsten. “Lengua”, “nación” e “identidad” en el discurso de la política lingüística de Cataluña. *In*: SÜSELBECK, Kirsten; MÜHLSCHLEGEL, Ulrike; MASSON, Peter (eds.). **Lengua, nación e identidad**: La regulación del plurilingüismo en España y

América Latina. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert Verlag, 2008, p. 165-186.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

TUSON, Jesús. El valor de la diversitat en la comunicació global. *In*: MOLLÀ, Toni (ed.). **Llengües globals, llengües locals**. Alzira: Bromera, 2002, p. 19-36.

VASCONCELLOS, José Leite de. **Lições de filologia portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1966.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. **Lições de filologia portuguesa**. Lisboa: Dinalivro, 1976.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.

XIMENES, Expedito Eloísio. Filologia: Uma ciência antiga e uma polêmica eterna. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 93-115, jan.-abr. 2012a.

\_\_\_\_\_. Filologia: Uma ciência antiga e uma polêmica eterna (II). **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. 74-91, maio-ago. 2012b.

ZABALTZA, Xabier. **Una historia de las lenguas y los nacionalismos**. Barcelona: Gedisa, 2006.

**ANEXOS**

## ANEXO A – Pontos críticos

PC 1 (MB): quelle que soit, parmi les langues de la famille, celle dont on entreprenne l'étude, on est sûr de trouver dans M. Bopp un guide savant et ingénieux qui vous en montre les affinités et vous en découvre les origines. Non-seulement il replace tous les idiomes dans le milieu où ils ont pris naissance et il les fait mieux comprendre en les commentant l'un par l'autre, mais il soumet chacun d'entre eux à une analyse exacte et fine qui commence précisément au point où finissent les grammaires spéciales. (p. II)

PC 2 (MB): On serait tenté de croire que la linguistique n'a pas de règles fixes, lorsque, en parcourant le plus grand nombre de ces ouvrages, on voit chaque auteur poser de principes qui lui sont propres et expliquer la méthode qu'il a inventée. (p. III)

PC 3 (MB): Avec une bonne foi scientifique plus rare qu'on ne pense, il dit par quelle conjecture il est arrivé à remarquer telle identité, par quel rapprochement il a constaté telle loi ; si la suite de ses recherches n'a pas confirmé une de ses hypothèses, il ne faut point difficulté de le dire et de se corriger. (p. V)

PC 4 (MB): Si les études historiques ne sont plus aujourd'hui en France ce qu'elles étaient il y a cinquante ans, si les leçons de littérature données dans nos écoles ne ressemblent pas aux leçons littéraires qu'ont reçues nos pères et nos aïeux, pourquoi la grammaire seule resterait-elle au même point qu'au commencement du siècle ? (p. VI)

PC 5 (MB): La grammaire, ainsi comprise, est devenue à la fois plus rationnelle et plus intéressante : il est juste que notre enseignement profite de ses connaissances nouvelles qui, loin de le compliquer et de l'obscurcir, y apporteront l'ordre, la lumière et la vie. (p. VI)

PC 6 (MB): La science du langage peut encore être abordée par d'autres côtés. Les recherches d'épigraphie, de critique verbale, de métrique, les études sur le vocabulaire d'un auteur ou d'une période littéraire, sont autant de sources d'information qui doivent fournir à la philologie comparée leur contingent de faits et de renseignements. (p. VII)

PC 7 (MB): On a dit que la France donnait aux idées le tour qui les achève et l’empreinte qui les fait partout accueillir. Pour que la grammaire comparative prenne la place qui lui est due dans toute éducation libérale, pour qu’elle trouve accès auprès des intelligences éclairées de tous pays, il faut que l’esprit français y applique ces rares et précieuses qualités qui, depuis Henri Estienne jusqu’à Eugène Burnouf, ont été l’accompagnement obligé et la marque distinctive de l’érudition dans notre contrée. La France, en prenant part à ces études, les répandra dans le monde entier. (p. VII-VIII)

PC 8 (MB): Une fois que la science du langage aura pris racine parmi nous, aux fruits qu’elle donnera, on reconnaîtra le sol généreux où elle a été transplantée. (p. VIII)

PC 9 (MB): On ajoutait que la perfection de cet idiome était égale, sinon supérieure, à celle des langues classiques de l’Europe. (p. X)

PC 10 (MB): Le futur auteur de la *Grammaire comparée* devait inaugurer une période nouvelle : il apporta avec lui l’esprit d’analyse scientifique. (p. XIV)

PC 11 (MB): Mais il observe les modifications éprouvées par ces langues identiques à leur origine, et il montre l’action des lois qui ont fait prendre à des idiomes sortis du même berceau des formes aussi diverses que le sanscrit, le grec, le latin, le gothique et le persan. A la différence de ses devanciers, M. Bopp ne quitte pas le terrain de la grammaire ; mais il nous apprend qu’à côté de l’histoire proprement dite il y a une histoire des langues qui peut être étudiée par elle-même et qui porte avec elle ses enseignements et sa philosophie. (p. XX)

PC 12 (MB): Il y a entre le sanscrit et les langues de l’Europe des ressemblances qui se découvrent à première vue et qui frappent tous les yeux ; il en est d’autres plus cachées, quoique non moins certaines, qui ont besoin, pour être reconnues, d’une étude plus délicate et d’observations multipliées. Ceux qui voyaient dans l’unité de la famille indo-européenne un fait qu’il appartenait au linguiste de démontrer, mais dont les conséquences devaient développer ailleurs qu’en grammaire, pouvaient se contenter des analogies évidentes. (p. XVI)

PC 13 (MB)

Mais ce sont ces dernières seules qui méritent véritablement le nom de langues à flexion ; elles sont les seules, continue l'auteur dans son langage figuré, qu'il semble parfois prendre à la lettre, où la racine est un germe vivant, qui croît, s'épanouit et se ramifie comme les produits organiques de la nature. Aussi les langues indo-européennes ont-elles atteint la perfection dès le premier jour, et leur histoire n'est-elle que celle d'une langue et inévitable décadence. (p. XXIV)

#### PC 14 (MB)

La troisième et dernière nouveauté que nous voulons relever dans l'ouvrage qui nous occupe, c'est l'indépendance que, dès ses premiers pas, M. Bopp revendique pour la philologie comparative, en regard des grammaires particulières qui donnent les règles de chaque langue. (p. XXVI)

#### PC 15 (MB)

Mais, ainsi qu'il le dit, il ne reconnaît d'autre maître que la langue elle-même, et il contrôle les doctrines des grammairiens au nom du principe supérieur de la critique historique. (p. XXVIII)

#### PC 16 (MB)

Jacob Grimm est le vrai créateur des études relatives aux modifications des sons. Cette histoire des voyelles et des consonnes, qui ne peut sembler inutile ou aride qu'à ceux qui sont toujours restés étrangers à l'examen méthodique des langues, venait de trouver dans l'illustre germaniste le plus délicat et le plus séduisant des narrateurs. Il avait montré, par la loi de substitution des consonnes allemandes, combien est important le rôle des lois phoniques dans la formation et dans la métamorphose des idiomes. (p. XXXV)

#### PC 17 (MB)

La vue fondamentale de la philologie comparative, c'est que les langues ont un développement continu dont il faut renouer la chaîne pour comprendre les faits qu'on rencontre à un moment donné de leur histoire. L'erreur de l'ancienne méthode grammaticale est de croire qu'un idiome forme un tout achevé en soi, que s'explique de lui-même. Cette hypothèse, qui est sous-entendue dans les spéculations des Indous aussi bien que dans celles de Grecs et de Romans, a faussé la grammaire depuis son origine jusqu'à nos jours. (p. XXXVIII)

PC 18 (MB)

La question première, celle de la formation, resterait impénétrable, si la philologie comparative ne fournissait d'autres moyens d'investigation et d'analyse (p. XXXIX)

PC 19 (MB): La grande expérience tentée par Bopp a prouvé qu'en réunissant en un faisceau tous les idiomes de même famille, on peut les compléter l'un par l'autre et expliquer la plupart des faits que les grammaires spéciales enregistrent sans les comprendre. (p. XXXIX-XL)

PC 20 (MB): La *Grammaire comparée* de Bopp est l'histoire de l'application des éléments primitifs qui ont servi à former la plus riche comme la plus parfaite des familles des langues. (p. XLI)

PC 21 (MB): mais ce que, par-dessus tout, nous devons aux écoles de l'Inde, c'est l'idée d'une grammaire expérimentale, nullement subordonnée à la rhétorique ni à la philosophie, et s'attachant à la forme avant de s'occuper de la fonction des mots. (p. XLIV-XLV)

PC 22 (MB): Outre l'instruction, on y trouvera alors un très-sérieux attrait, en découvrant la raison et l'origine des règles que tant de générations se sont transmises sans les comprendre, et en voyant peu à peu un jour nouveau éclairer et transformer des faits que nous croyions connaître depuis l'enfance. (p. XLVI)

PC 23 (MB): Peu de recherches ont pris accroissement aussi rapide : créée il y a un demi-siècle, la philologie comparative est enseignée aujourd'hui dans tous les pays de l'Europe ; elle a ses chaires, ses livres, ses journaux, ses sociétés spéciales ; elle a introduit des idées nouvelles sur l'origine et le développement des idiomes, modifié profondément l'ethnographie et l'histoire, transformé les études mythologiques et éclairé d'un jour inattendu le passé de l'humanité. (p. LV)

PC 24 (FB): Je me propose de donner dans cet ouvrage une description de l'organisme des différentes langues qui sont nommées sur le titre, de comparer entre eux les faits de même nature, d'étudier les lois physiques et mécaniques qui régissent les idiomes, et de rechercher l'origine des formes qui expriment les rapports grammaticaux. (p. 1)



PC 25 (FB): nous chercherons à observer le langage en quelque sorte dans son éclosion et dans son développement. (p. 2)

PC 26 (FB): La signification primitive et par conséquent l'origine des formes grammaticales se révèlent, la plupart du temps, d'elles-mêmes, aussitôt qu'on étend le cercle de ses recherches et qu'on rapproche les unes des autres et les langues issues de la même famille, qui, malgré une séparation datant de plusieurs milliers d'années, portent encore la marque irrécusable de leur descendance commune. (p. 2)

PC 27 (FB): la découverte du sanscrit, qui fut, dans l'ordre des études grammaticales, comme la découverte d'un nouveau monde (p. 2)

PC 28 (FB): Qui se serait douté, il y a un demi-siècle, que de l'extrême Orient il nous viendrait une langue qui partagerait et quelquefois surpasserait toutes les perfections de forme qu'on était habitué à regarder comme le privilège de la langue hellénique, et qui serait partout en mesure de mettre fin à la rivalité des dialectes grecs, en montrant lequel d'entre eux a conservé sur chaque point la forme la plus ancienne et la plus pure ? (p. 2-3)

PC 29 (FB): mais, d'autre part, il y en a de si secrets, de si profondément engagés dans l'organisme grammatical que, pour les découvrir, il faut considérer chacun des idiomes comparés au sanscrit et le sanscrit lui-même sous des faces nouvelles (p. 3)

PC 30 (FB): Si la grammaire comparée, avec ses procédés systématiques qui la font ressembler à une sorte d'anatomie du langage, avait existé plus tôt, il y a longtemps que les rapports intimes du gothique (et par conséquent de tous les idiomes germaniques) avec le grec et le latin auraient dû être découverts et poursuivis dans toutes les directions, en sorte qu'ils seraient connus et admis aujourd'hui de tous les savants. (p. 4)

PC 31 (FB): mais le regard de celui qui enseigne doit embrasser plus d'un ou de deux individus de la race. (p. 5)

PC 32 (FB): Les langues dont traite cet ouvrage sont étudiées pour elles-mêmes, c'est-à-dire, comme objet et non comme moyen de connaissance ; on essaye d'en donner la physique ou la physiologie, plutôt qu'on ne se propose d'en enseigner le maniement pratique. (p. 8)

PC 33 (FB): Je donne le nom « d'indo-européenne » à la famille des langues dont le présent livre rassemble en un corps les membres les plus importants ; en effet, à l'exception du rameau finnois, ainsi que du basque, qu'on ne peut rattacher à rien, et de l'idiome sémitique laissé par les Arabes dans l'île de Malte, toutes les langues de l'Europe appartiennent à cette famille. Je ne puis approuver l'expression « indo-germanique », ne voyant pas pourquoi l'on prendrait les Germains pour les représentants de tous les peuples de notre continent, quand il s'agit de désigner une famille aussi vaste, et que le nom doit s'appliquer également au passé et au présent de la race. Je préférerais l'expression « indo-classique », parce que le grec et le latin, surtout le premier, ont conservé le type originel de la famille mieux que tout autre idiome européen. (p. 21)

PC 34 (GP): Il est presque inutile aujourd'hui d'insister sur l'importance et l'intérêt des études philologiques. Elles ont conquis parmi les sciences historiques un rang qu'elles ne peuvent plus perdre. La linguistique ne saurait désormais être simplement considérée comme un instrument commode, nécessaire même, pour l'étude du passé ; c'est une science qui peut se servir à elle-même de but, sans risquer d'être prise pour l'amusement de quelques érudits. (p. I)

PC 35 (GP): La connaissance des divers langages qui ont servi aux hommes de tous les pays pour exprimer leur pensée a toujours été l'objet de l'étude des savants ; et, sous le rapport de l'analyse philosophique de la parole humaine aussi bien que la science exacte de tel ou tel idiome, il ne faut pas attendre à notre époque pour trouver des maîtres. Mais les rapports de ces idiomes entre eux, leur filiation, leur parenté, n'avaient pas été étudiés jusqu'à la fin du XVIII<sup>e</sup> siècle, on ne l'avaient été que dans les paradoxes parfois ingénieux, mais plus propres à décrier qu'à faire avancer de telles recherches. La découverte ou la connaissance de plus en plus approfondie des langues antiques de l'Orient est fait qui, dans les premières années de notre siècle, a donné à la philologie une nouvelle impulsion, et l'a transportée dans une région plus élevée. (p. I-II)

PC 36 (GP): toutes les langues sont soumises à des lois générales et spontanées, et que leur organisme n'est ni moins logique ni moins admirable que celui de tous les phénomènes naturels. (p. II)

PC 37 (GP): suivre, en un mot, dans toutes les ramifications, la sève venue d'une seule tige (p. II)

PC 38 (GP): Poursuivre et vérifier dans toutes leurs applications ces trois grandes données, telle est depuis lors la tâche de la philologie ; et il est facile, même sans études spéciales, de saisir la portée des conséquences historiques et philosophiques de ce travail. On a été étonné de voir quelques-unes des plus hautes questions qui se rattachent au passé de l'humanité tranchées par une science qui jusque-là se bornait à servir, pour ainsi dire, de clef aux autres. Aussi a-t-on senti le besoin de faire avec elle plus ample connaissance qu'autrefois, et les esprits les plus intelligents n'ont plus osé s'aventurer sans elle à la recherche de problèmes auxquels elle restait jadis complètement étrangère. La politique elle-même n'a pu se soustraire à cette influence, et on a vu des nationalités et leur droit à une existence autonome. (p. II-III)

PC 39 (GP): Les langues modernes n'étaient un sujet d'étude qu'au point de vue pratique ou littéraire, et, à part la grammaire et les dictionnaires que chaque nation dressait de sa propre langue, on ne s'avisait guère de consacrer de doctes vieilles soit à ce que l'on appelait les *jargons barbares* des peuples germaniques soit à ces autres jargons bâtards, *enfants demi-formés des Normands et des Goths*, que parlaient les habitants de l'ancien empire romain. (p. III)

PC 40 (GP): Maintenant il n'en est plus ainsi : nous ne reconnaissons plus de jargons barbares, de patois indignes d'études. Depuis ce *langage grec, aux douceurs souveraines, le plus beau qui soit né sur des lèvres humaines*, jusqu'à l'idiome le plus pauvre d'une peuplade alpestre, toute manifestation de la grande loi qui préside aux langues nous intéresse et mérite notre attention, et quelques-uns des progrès de la science sont même dus aux langues les plus dédaignées jusqu'à nous. Après les langues les plus primitives, qui ont droit avant tout à notre étude comme les plus rapprochées du commencement de la parole, ce sont les plus dérivées qui nous attirent, parce que leur origine nous est connue. (p. IV)

PC 41 (GP): toute langue, étant un produit spontané et organique de la faculté spéciale et merveilleuse placée par Dieu dans l'intelligence humaine, a un droit égal à notre étude et à notre admiration ; et la philologie, sans tenir compte des mérites esthétiques ou littéraires de chacune, n'accorde ses éloges qu'à celles qui ont le moins altéré dans la suite de leur

développement leur organisme primitif, et se sont montrées le plus fidèles aux principes qui devaient les diriger. (p. IV)

PC 42 (GP): Toute bonne grammaire dut être une grammaire comparée, ou au moins le fruit d'études comparatives, et la philologie, en devenant plus digne du nom de science, devint aussi plus difficile, puisqu'elle nécessita des connaissances polyglottes qui paraissaient autrefois superflues. (p. V)

PC 43 (GP): on est persuadé qu'il n'y a pas dans une langue un fait qu'on puisse expliquer sans avoir recours à l'histoire de cette langue (p. VI)

PC 44 (GP): C'est en effet grâce à la comparaison, à l'histoire et à la phonologie, que non seulement la science étymologique, mais la linguistique tout entière, doit le progrès qu'elle accomplit chaque jour. (p. VII)

PC 45 (GP): Ces caractères furent reconnus pour appartenir au latin populaire, et celui-ci proclamé le véritable auteur des langues romanes. (p. IX)

PC 46 (GP): « Les langues romanes, dit-il, ne sont pas issues du latin comme des filles, elles ne sont pas autre chose qu'un développement naturel et normal du latin, que la langue latine adulte. Il est vrai qu'au premier abord elles paraissent avoir une individualité bien distincte du latin ; il semble qu'elles aient seulement avec lui cette ressemblance de famille qu'on observe entre une fille et sa mère ; mais, quand on les examine de près, on voit que, malgré toutes les dissemblances, elles sont au fond la même langue et ont le même génie et la même construction que le latin, seulement à un état plus avancé de développement. » (p. IX)

PC 47 (GP): La diversité même qui en fait des langues bien distinctes est un argument suffisant contre la théorie de Fuchs, car les différents peuples qui les parlent ne peuvent avoir imprimé aussi fortement à chacune d'elles le cachet de leur originalité propre sans les modifier au-delà des limites d'un développement régulier du latin populaire. Sans doute, c'est au fond la même langue, puisque, comme je l'ai dit plus haut, toutes les langues indo-européennes n'en font à la rigueur qu'une seule ; mais, si l'on peut appliquer quelque part en philologie les termes commodes et clairs de *filiation* et de *maternité*, il paraît incontestable que c'est au rapport du latin avec les langues romanes. (p. X)

PC 48 (GP): Étudier dans chacune d'elles les différents phénomènes phoniques, lexicologiques et grammaticaux aux diverses époques de leur existence ; préciser leur rapport exact avec la latin et entre elles ; faire ressortir ce qui caractérise l'originalité de chacune : telle était la matière qui venait s'ajouter à la question d'origine pour les philologues de notre temps. (p. X-XI)

PC 49 (GP): L'accentuation effacée et monotone de notre langue explique l'aplatissement de ses formes, si sèches quand on les compare aux formes mélodieuses ou sonores de ses sœurs du midi, mais sert en même temps à rendre compte de cette clarté et de cette vigueur soutenue qui en font la langue universelle. (p. XI)

PC 50 (GP): Les travailleurs, en effet, n'ont pas manqué à la tâche. L'Allemagne a la gloire d'avoir fait faire à la philologie romane, comme à presque toutes les autres branches de la linguistique, les progrès les plus considérables ; mais les pays où se parlent les langues romanes ne sont pas restés inactifs, et la France se place sans contredit à leur tête. (p. XII)

PC 51 (GP): M. Diez a porté plus d'ordre dans la disposition de ses matériaux ; il a mieux digéré sa science et l'a rendue plus facilement abordable ; enfin il a plus sévèrement subordonné son imagination à son observation, et n'a jamais demandé qu'aux faits eux-mêmes leur explication logique. Je cite encore ses propres paroles : « Les faits sont mon seul sujet ; je les rassemble et je les juge aussi bien qu'il m'est possible, voilà tout. J'ai expressément évité toute recherche qui n'aurait pu donner que des résultats hypothétiques ; ainsi j'ai renoncé à expliquer la manière dont les langues romanes se sont formées du latin ». (p. XVII)

PC 52 (FD): Dans l'introduction j'ai cette fois encore dépassé un peu les limites de la grammaire en y introduisant beaucoup de choses qui appartiennent proprement au domaine de l'histoire des langues. Je mets dans ce nombre les brèves indications littéraires sur les plus anciens textes : j'ai tenu à attirer dès le commencement du livre l'attention du lecteur sur ces monuments, parce que nous possédons en eux les sources les plus pures de la langue et les autorités vraiment décisives. (p. VI)

PC 53 (FD): Six langues romanes attirent notre attention, soit par leur originalité grammaticale, soit par leur importance littéraire à l'est, l'italien et le valaque ; deux au sud-ouest, l'espagnol et le portugais ; deux au nord-ouest, le provençal et le français. (p. 1)

PC 54 (FD): On a pris soin de prouver l'existence de ce dialecte populaire par les témoignages des anciens eux-mêmes ; mais son existence est un fait qui a si peu besoin de preuves qu'on aurait plutôt le droit d'en demander pour démontrer le contraire, car ce serait une exception à la règle. Seulement il faut se garder d'entendre par langue populaire autre chose que ce qu'on entend toujours par là, l'usage dans les basses classes de la langue commune, usage dont les caractères sont une prononciation plus négligée, la tendance à s'affranchir des règles grammaticales, l'emploi de nombreuses expressions évitées par les écrivains, certaines phrases, certaines constructions particulières. (p. 1)

PC 55 (FD): Une fois l'existence d'une langue populaire admise comme un fait démontré par des raisons d'une valeur universelle, il faut en reconnaître un second non moins inattaquable, c'est la naissance des langues romanes de cette langue populaire. En effet, la langue écrite, qui s'appuyait sur le passé et qui n'était cultivée que par les hautes classes et les écrivains, ne se prêtait pas par sa nature même à une production nouvelle, tandis que l'idiome populaire, beaucoup plus souple, portait en lui le germe et la susceptibilité d'un développement exigé par le temps et les besoins nouveaux. (p. 2)

PC 56 (FD): la littérature de la décadence se conservait encore pure des flexions mutilées ou contraires à la grammaire (p. 3-4)

PC 57 (FD): C'est certainement un des plus intéressants problèmes de la philologie romane que de reconstruire les primitifs latins par le moyen des mots romans, et de rendre ainsi à la mère ce que ses filles ont reçu d'elle (p. 25)

PC 58 (FD): Les mots trop courts ou même trop peu sonores devaient naturellement être évités par une langue qui, rejetant systématiquement certaines consonnes finales, par exemple *m* ou *s*, rétrécissait encore leur forme. Que pouvait faire le roman de mots comme *rem*, *spem*, *vim* (nous prenons ici l'accusatif pour type), comme *fas*, *vas*, *aes*, *os*, *jus*, *rus* ? (p. 46)

PC 59 (FD): Mais ici il faut distinguer d'après la nature des diverses langues (p. 46)

PC 60 (FD): La nouvelle langue ne pouvait plus admettre aussi aisément que l'ancienne des mots homonymes ou ayant une grande ressemblance (p. 47)

PC 61 (FD): le futur classique, qui coïncidait plus ou moins en partie avec l'imparfait de l'indicatif, en partie avec le subj. prés. Fut abandonné par toutes les langues romanes (p. 48)

PC 62 (FD): Enfin la perte de beaucoup de mots latins eut pour cause l'introduction de termes empruntés à des langues étrangères (p. 49)

PC 63 (FD): La langue nouvelle a laissé tomber presque tous ces beaux verbes si nombreux dans la 2<sup>e</sup> conjugaison qui expriment un état (p. 50)

PC 64 (FD): Les pertes considérables que subit la 3<sup>e</sup> conjugaison ont sans doute pour cause la grande variété de ses flexions. Les verbes se conservèrent mieux en composition (p. 50)

PC 65 (FD): Chacun de ses peuples divers devait aussi exercer sur la *romana rustica* une influence diverse [...] les dialectes germaniques étaient encore assez voisins les uns des autres pour que ces différentes peuplades n'eussent certainement pas entre elles besoin d'interprètes. Le gothique [...]. Le lombard [...]. Le bourguignon [...]. Le francique [...]. (p. 56)

PC 66 (FD): Mais les rapports des deux nations ne s'étendaient pas aux deux langues. La langue allemande n'était pas la dominante : toutes deux reconnaissaient la suprématie du latin, qui conservait ses anciens privilèges de langue officielle et de langue ecclésiastique ; les lois allemandes même étaient rédigées en latin. La nation conquérante s'habitua donc elle-même à la manière de voir reçue parmi les habitants cultivés des provinces, qui considéraient comme des patois, et plaçaient sur une seule et même ligne, bien loin au-dessous du latin, l'allemand aussi bien que le roman, dont la valeur était cependant fort inégale. (p. 57)

PC 67 (FD): En Italie, le lombard florissait encore au temps de Paul Diacre (mort vers 800), qui en parle souvent comme d'une langue vivante (p. 58)

PC 68 (FD): Après le français, c'est l'italien qui est le plus riche ; il peut revendiquer environ 140 mots à lui propres. Les langues du sud-ouest sont déjà bien plus pauvres ; elles n'ont guère qu'une cinquantaine de mots de ce genre. La plus pauvre est le valaque (p. 60)

PC 69 (FD): les Germains qui y restèrent ne purent maintenir longtemps leur nationalité au milieu des invasions et des retraites perpétuelles des peuples les plus divers. (p. 60)

PC 70 (FD): C'est d'après ces influences qu'il faut apprécier le degré de pureté de chacune des langues romanes, car la proportion de grec et d'allemand est presque partout la même. (p. 66)

PC 72 (FD): Nous passons maintenant au deuxième objet de cette introduction, les provinces ou domaines respectifs de chacune des langues qui composent la famille romane. (p. 67)

PC 73 (FD): Les anciens idiomes de l'Italie étaient, en partant du nord, le gaulois sur les deux rives du Pô ; au sud-ouest l'étrusque ; puis les trois dialectes parents, au sud-est l'ombrien, au centre le sabellien avec le volsque, au sud l'osque ; la langue grecque, introduite depuis un temps immémorial, s'étendait dans la Lucanie, l'Apulie et la Calabre, où la langue messapienne s'éteignit graduellement. (p. 68)

PC 74 (FD): l'italien est le plus pur des idiomes romans ; de toutes les filles de la langue latine, c'est celle qui ressemble le plus à sa mère. (p. 71)

PC 75 (FD): Ce n'est que le siècle suivant qui vit se développer rapidement toute une littérature, soit dans la langue écrite, soit dans les dialectes. Il faut chercher le berceau de la langue écrite au centre de l'Italie, en Toscane plutôt qu'à Rome ; elle est tellement supérieure aux patois que le nom de langue de convention lui revient à plus juste titre encore qu'au haut allemand littéraire. (p. 72)

PC 76 (FD): Les italiens se sont mis de bonne heure à réfléchir et à écrire sur leur langue. (p. 73)



PC 77 (FD): L'Italie était destinée par sa forme, par sa longue extension au sud-est depuis les Alpes, qui donne lieu à des influences climatologiques très-diverses, et par ses grandes îles, à voir se développer des dialectes fortement caractérisés. (p. 74)

PC 78 (FD): Il ne faut pas attendre de ces dialectes une parfaite régularité dans les lois phoniques, parce qu'ils n'ont pas toujours pu se soustraire à la pénétration des dialectes voisins et à l'influence de la langue littéraire. De là vient qu'on rencontre jusqu'à trois ou quatre représentations du même son italien ou latin ; mais parfois aussi cette diversité est due à un développement intérieur. (p. 74-75)

PC 78 (FD): Les dialectes du sud doivent passer les premiers, parce qu'ils déploient mieux le caractère italien, la plénitude des formes (p. 75)

PC 79 (FD): La *Sardaigne* se divise, sous le rapport linguistique, en trois provinces. Dans celle du nord domine le dialecte de Gallura, que l'on désigne comme étranger, introduit dans les temps modernes et n'étant que de l'italien corrompu ; au centre celui de Logudoro, qui porte évidemment le cachet le plus original et le plus archaïque, et qu'on appelle proprement dialecte sarde ; au midi le dialecte de Campidano (auquel se rattache aussi Cagliari), qui penche vers les dialectes du nord de l'Italie. (p. 77)

PC 80 (FD): Pendant les deux premiers siècles de la littérature italienne, il exista, dans le nord de la péninsule, à côté de la langue italienne du centre, une espèce d'idiome littéraire qui, avec des variétés dialectales, offrait un grand nombre de traits identiques, et qui, si les circonstances politiques et littéraires lui eussent été favorables, eût pu devenir une nouvelle langue romane littéraire. Heureusement pour l'unité linguistique de l'Italie, que ces conditions de développement firent défaut. (p. 83)

PC 81 (FD): On commença au XV<sup>e</sup> siècle à travailler sur la langue nationale. (p. 89)

PC 82 (FD): La langue portugaise, qui est très-voisine de l'espagnol, qui n'en est pas un dialecte, qui maintient au contraire son originalité par d'importants caractères grammaticaux, a les mêmes sources, et par conséquent à peu près les mêmes éléments. (p. 90)

PC 83 (FD): La langue a pour domaine le Portugal et, en outre, la Galice. Il a déjà été question de l'asturien ; le portugais et le galicien (*galliziano, gallego*) sont une seule et même langue, comme des savants indigènes eux-mêmes l'ont reconnu et démontré avec des chartes rédigées dans les deux pays (cf. Dieze, sur Velazquez p. 96). En effet si on examine les rares monuments d'une date reculée qu'on peut nommer avec certitude galiciens, c'est-à-dire les chartes de cette province, ainsi que les *cantigas* du castillan Alphonse X, et les chansons moins anciennes de Macias, on trouvera bien peu de formes avant quelque importance qu'on ne rencontre aussi dans les anciens textes portugais ; mais l'idiome de cette province, politiquement unie à l'Espagne, s'est peu à peu éloigné de son ancienne forme. (p. 91)

PC 84 (FD): La patrie spéciale du provençal est le sud de la France. [...] En dehors de la France, le provençal s'étend sur l'est de l'Espagne, particulièrement en Catalogne, dans la province de Valence et des îles Baléares (Bastero, *Crusca prov.* p. 20). La conscience de cette communauté de langage était si énergique, qu'un troubadour (*Choix*, IV, 38) divise les peuples de la France en Catalans et Français, et compte parmi les premiers les habitants de la Gascogne, de la Provence, du Limousin, de l'Auvergne et du Viennois. Dante, qui ne connaissait pas encore le castillan, place même en Espagne le siège principal de la langue d'oc : « *Alii OC, alii OIL, alii SI afirmando loquuntur, ut puta Hispani, Franci et Itali.* » (*De vulg. eloq.* I, 8) On a même dit que l'Aragon avait appartenu quelque temps à cette langue et ne s'en détaché que plus tard. Mayans dit par exemple des chartes de ce pays : « *Los instrumentos quanto mas antiguos, mas lemosinos son* (I, 54). » (p. 93-94)

PC 85 (FD): Enfin, il faut encore rattacher à ce domaine la Savoie et une partie de la Suisse (Genève, Lausanne et le sud du Valais). – Il était difficile de trouver un nom caractéristique pour cette langue placée entre les domaines français, italien et espagnol, car il n'y avait pas de désignation géographique qui embrassât son territoire : il fallait l'emprunter à une des provinces qui le composaient. (p. 94)

PC 86 (FD): Dès avant les premiers troubadours, on s'est certainement efforcé d'employer une langue plus pure, mieux réglée, et cherchant plus à se rapprocher du latin que les patois populaires : à eux échet le rôle de pousser plus loin son développement, de séparer le noble du bas, l'étranger du national, mais en même temps d'emprunter aux patois ce qui donnait à l'expression de la légèreté et de la variété, aux formes grammaticales de la richesse. (p. 97)

PC 87 (FD): Le dialecte limousin ne mérite pas les éloges qu'on lui prodiguait autrefois. (p. 99)

PC 88 (FD): La langue *catalane* (car on peut désigner ainsi, d'après la province la plus proche, la langue qui s'étend sur l'est de l'Espagne, les îles et le Roussillon) n'est pas exactement avec le provençal dans le rapport d'un dialecte ; c'est plutôt un idiome original allié de près à celui-là. Dans le pays où elle se parle, malgré les nombreux poètes qui ont employé le provençal, on ne l'a jamais admis comme langue littéraire. Sans doute le catalan ne pouvait point se soustraire à l'influence du provençal : au plus tard, vers le milieu du XIV<sup>e</sup> siècle, des formes et des expressions provençales pénètrent dans la littérature. (p. 102-103)

PC 89 (FD)

La conquête romaine détruisit autant que possible dans toute l'étendue de la Gaule les langues indigènes. (p. 106)

PC 90 (FD): Malheureusement les grammairiens de cette époque se croyaient appelés à procéder en réformateurs de la langue, et spécialement à faire dans l'orthographe une révolution qui fut souvent ridicule ou niaise. Mais il y eut aussi des écrivains plus intelligents qui consacrèrent à la langue nationale une partie de leurs études (p. 112)

PC 91 (FD): DIALECTES. – Ils jouent en français un rôle bien plus important qu'en italien. En effet, dans l'ancienne littérature, ils avaient pleine valeur, et aucun d'entre eux n'était proprement accepté comme langue écrite. (p. 113)

PC 92 (FD): Ce fut un événement politique qui donna à l'idiome français cette suprématie : l'usurpation de Hugues Capet, qui fixa la tête du système féodal à Paris. – A mesure que l'unité du royaume se fortifia, les différences provinciales s'effacèrent, et peu à peu le dialecte de l'Île de France devint dominant, et s'éleva enfin au rang de langue commune, mais non sans recevoir des dialectes circonvoisins de nombreuses formes qu'étaient proprement étrangères à son essence. (p. 114)

PC 93 (FD): Nous ne pouvons, malgré toutes les réclamations contraires, la mettre à côté des six langues romanes littéraires comme une sœur égale en droits, d'abord parce que, troublée

par des influences étrangères, elle n'a pu arriver à une complète originalité ; ensuite et surtout parce que sur son sol il ne s'est pas développé de langue littéraire, car on n'écrit et on ne parle que dans les dialectes et d'après une orthographe arbitraire. Il n'y a pas ici un idiome cultivé et poli, qui n'état pas nécessaire. il est vrai, à un petit peuple alpestre ; ce qui est regardé comme la langue écrite va de pair avec les dialectes et change avec eux. (p. 121)

PC 94 (FD): Quelque mêlée et altérée que semble cette langue, le valaque, nous ne pouvons lui refuser une place parmi les langues romanes, en considération de son rang extérieur (puisqu'elle est la langue officielle, liturgique et littéraire de la contrée où elle se parle) et aussi des traits archaïques qu'elle a conservés. (p. 124)

PC 95 (FD): Le premier passe pour être moins mélangé, et est littérairement plus développé ; le second a reçu plus d'éléments étrangers, particulièrement albanais, et surtout beaucoup plus de grecs, mais moins de slaves, et est resté à l'état de patois. (p. 125)

PC 96 (FD): Là, comme en italien, l'étymologie rencontre de grandes difficultés ; des langues appartenant aux familles les plus diverses, connues ou inconnues, se sont trouvées réunies ou se sont succédé dans les provinces moldo-valaque ; et cependant, à en juger par le dictionnaire que nous possédons, l'idiome daco-roman est resté pauvre. (p. 125)

PC 97 (FD): Cet immense mélange de peuples se reflète à merveille dans la plus orientale des branches sorties de la *lingua rustica*. C'est à peine si la moitié de ses éléments est restée latine. On pourrait croire trouver dans cette langue, qui n'a eu presque aucun contact avec ses sœurs et s'est développé sans leur influence, un certain nombre de mots latins qui leur sont inconnus (p. 126)

PC 98 (FD): Dans ces circonstances favorables, une langue peut quelquefois subir le mélange le plus fort sans y perdre son caractère ; mais le valaque n'était pas bien arrivé encore pour ainsi parler à la pleine possession et à la conscience de lui-même, quand il commença d'être pénétré par les éléments étrangers. Les principes de l'assimilation lui faisaient encore défaut : l'admission trop littérale des mots étrangers en est la preuve ; des sons purement slaves, des groupes même de lettres comme *ml* et *mr* initiaux, furent accueillis sans changement. (p. 129)

PC 99 (ML): Il est vrai que la matière à étudier, particulièrement celle que nous fournissent les dialectes, est encore très inégale et très défectueuse ; mais l'exploitation de tous les dialectes occupera encore les recherches de plus d'une génération, et c'est déjà servir la science que d'indiquer les plus grandes lacunes. (p. VI)

PC 100 (ML)

L'étude scientifique du langage a un double objet ; elle doit porter d'abord sur la forme du mot et ensuite sur son sens, c'est-à-dire sur ce qu'il représente non comme produit physiologique du son rendu par l'air à travers les organes vocaux, mais comme intermédiaire de rapports psychologiques avec d'autres hommes. (p. 1)

PC 101 (ML): Au point de vue du développement et de la transformation des sons d'une langue, la signification du mot est à peu près indifférente puisqu'il ne s'agit, en phonétique, que d'un développement physiologique. (p. 1)

PC 102 (ML): Les recherches sur ce point sont rendues difficiles par ce fait que les influences extérieures les plus diverses ont souvent eu une action décisive sur la signification du mot. (p. 3)

PC 103 (ML): La philologie romane a pour but d'exposer comment le vocabulaire latin s'est modifié, pour la forme et le sens des mots, dans les différents pays où l'on a parlé roman. (p. 4)

PC 104 (ML): Une utilisation systématique de toutes ces sources indirectes du roman est en dehors du cadre d'une grammaire romane. (p. 5)

PC 105 (ML): Les différences locales, peut-être minimes à l'origine, s'accroissent lorsque l'empire romain s'écroula, que les relations cessèrent d'être réciproques et qu'à la place d'un empire homogène il y eut des états isolés et indépendants les uns des autres. C'est ce qui arriva vers l'an 600, et c'est à cette date que commencent les nations romanes. (p. 6)

PC 106 (ML): Et même sans cette difficulté, le choix de cette époque serait purement arbitraire puisque les idées de nationalité et de langue ne sont pas du tout identiques. (p. 6)

PC 107 (ML): L'expression de latin vulgaire, en tant qu'elle s'applique à quelque chose de différent du roman, ne sera employée que dans deux cas : d'abord comme désignation du latin vulgaire dans les contrées où ne s'est pas développée une nation romane, c'est-à-dire en Afrique, en Bretagne et en Germanie ; en second lieu, pour les phénomènes qui ne peuvent pas s'expliquer par les lois phonétiques des langues romanes isolées, et qui, par l'accord de toutes les formes romanes, sont attestés comme datant d'avant la séparation. (p. 6)

PC 108 (ML): D'après Diez, on distingue six langues romanes : le roumain, l'italien, le provençal, le français, l'espagnol et le portugais. Les raisons de cette distinction sont en partie du domaine de la littérature, en partie du domaine de l'histoire politique. C'est uniquement à cause de leur importance littéraire au Moyen-Age que le provençal et aussi, dans le *Gundriss*, le catalan, ont leur place propre ; c'est uniquement à son indépendance politique que le roumain doit la sienne. Le rhéto-roman, ne jouant ni rôle politique, ni rôle littéraire, n'a été traité que tout à fait accessoirement par Diez. Et cependant les Rhètes, dans le canton des Grisons, conservent une autonomie beaucoup plus grande que, par exemple, les Français du Sud. Tandis que ceux-ci reconnaissent le français comme langue littéraire et qu'ils y subordonnent tout naturellement leur dialecte, les habitants de l'Engadine ont leur langue littéraire propre qui, loin d'être sacrifiée à l'italien, se tient sur le même rang que lui, et c'est dans cette langue qu'ils lisent leurs journaux, etc. En tenant compte de ce point de vue, nous regarderons donc comme langues littéraires romanes : le ROUMAIN, le RHÉTIQUE, l'ITALIEN, l'ANCIEN PROVENÇAL, le FRANÇAIS, l'ESPAGNOL et le PORTUGAIS. Parmi elles, le provençal se rapproche particulièrement du français, et le portugais de l'espagnol ; de telle sorte que, dans la suite, là où il n'y aura pas de développements phonétiques divergents, les exemples français serviront en même temps pour le provençal et les exemples espagnols pour le portugais. (p. 8)

PC 109 (ML): ASCOLI a établi un groupe linguistique roman de plus qui forme à lui seul un tout, aussi bien que le français, l'italien, etc. : c'est le FRANCO-PROVENÇAL, Arch. Glott. 67-70. C'est avec le même droit qu'on pourrait aussi séparer le gascon, le wallon et les dialectes de la côte Est de l'Italie. (p. 8)

PC 110 (ML): Aussi, depuis longtemps, dans chaque domaine de langue littéraire, on a distingué différentes subdivisions qui sont caractérisées par certains traits linguistiques. Les nouvelles recherches ont de plus en plus démontré qu'une subdivision de ce genre, si utile

qu'elle soit au point de vue pratique, ne peut échapper au reproche d'être arbitraire et de manquer de base scientifique. (p. 9)

PC 111 (ML): Partout où dominant des relations mutuelles, on trouve une transition graduelle entre un patois et l'autre. (p. 9)

PC 112 (ML): Comme la réunion en groupes particuliers des nombreuses différences linguistiques subordonnées à une langue littéraire et ne trouvant pas d'expression dans cette langue littéraire, présent de grands avantages pratiques, il est bon de la conserver provisoirement. Ce sont les limites politiques anciennes ou actuelles qui servent à établir ce groupement ; mais il ne faut jamais oublier que ce n'est qu'un expédient plus ou moins arbitraire. (p. 10)

PC 113 (ML): La marche du développement des différentes langues romanes est très inégale. (p. 16)

PC 114 (ML): L'ANCIEN FRANÇAIS diffère si essentiellement du FRANÇAIS MODERNE, qu'on a pris l'habitude de le traiter comme une langue à part. (p. 16)

PC 115 (ML): C'est environ depuis le commencement du VII<sup>e</sup> siècle que les chartes, les lois, les vies de saints, etc., témoignent d'une ignorance de plus en plus complète des formes latines. Une grande confusion apparaît dans la déclinaison et la conjugaison. Des innovations se montrent aussi dans l'orthographe : on confond les lettres, on les supprime, on en ajoute, ou bien on les remplace les unes par les autres. La formation des mots et la syntaxe ne s'écartent pas moins des règles antérieures. Si grossier et si irrégulier que paraisse au premier abord ce BAS-LATIN, on peut cependant y reconnaître sans grande difficulté les caractères fondamentaux du développement linguistique roman. Le fonds n'est autre chose que le dialecte roman de l'écrivain, émaillé, dans une mesure plus ou moins large, de réminiscences des formes du latin correct. (p. 17)